

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE**

**REDEFININDO TERRITÓRIOS: PRESERVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO NO
AVENTUREIRO-ILHA GRANDE (RJ)**

HELENA CATÃO HENRIQUES FERREIRA

ORIENTADORA: MARIA JOSÉ TEIXEIRA CARNEIRO

**Rio de Janeiro
2004**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE - CPDA**

HELENA CATÃO HENRIQUES FERREIRA

Dissertação submetida ao Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Sociedade e Agricultura, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 17/08/2004

Maria José Teixeira Carneiro, Dr. UFRRJ

Rosane Prado, Dr. UERJ

Silvana Gonçalves de Paula, Dr. UFRRJ

AGRADECIMENTOS:

À professora Maria José Carneiro, minha orientadora, pelo rigor e a atenção dedicados ao meu trabalho, sempre expressos de forma amável e carinhosa.

Aos professores e colegas do CPDA pelas contribuições valiosas durante todo o curso e a elaboração da dissertação.

À todos aqueles que colaboraram com informações, sugestões, empréstimo de documentos, trabalho, etc., sem os quais minha tarefa teria sido muito mais difícil, destacando: Alceo Magnanini, Alexandre Guilherme Oliveira, Ana Lucila, Felipe Rocha, Ivan Neves, Luciana Catão, Mônica Araújo, Norma Crud Maciel, Roberto Coelho de Souza, Regina Célia C. Lima, Rosane Manhães Prado.

Ao amigos, interlocutores de sempre, que participaram intensamente das minhas angústias e alegrias, apoiando e estimulando em todos os momentos.

Aos meus pais, Guilherme e Cecília (em memória) pelo incentivo constante e pelos princípios éticos transmitidos, tão importantes na orientação dos meus trajetos pela vida.

À minha irmã, Inês, que mesmo de longe tem sabido manter sua presença, acompanhando tudo com palavras de estímulo.

Às minhas filhas, Camila e Maíra por entenderem a importância deste trabalho para meu crescimento profissional e pessoal e estarem sempre ao meu lado ajudando a manter a coragem e o equilíbrio necessários.

E sobretudo aos moradores do Aventureiro, motivação primeira desta dissertação, pela acolhida e disponibilidade, com quem em tão curto tempo estabeleci interações para mim tão enriquecedoras.

RESUMO

A criação de Unidades de Conservação da Natureza, uma das principais estratégias ambientalistas no Brasil e no mundo, tem desencadeado processos diversos de mudanças nas localidades. Devido as regulações impostas pela legislação das unidades as populações moradoras nestas áreas são impelidas a modificar suas formas de apropriação dos recursos naturais, sendo, inclusive, algumas vezes transferidas para outros locais. Ao mesmo tempo, a conservação destas unidades vem ao encontro de uma demanda das populações urbanas por um contato maior com os ambientes tidos como “naturais”, “puros” e “não poluídos”, estimulando um fluxo crescente de turistas em direção a elas. Os habitantes, cerceados em suas atividades e práticas costumeiras e também impelidos pela pressão econômica do turismo voltam-se para a prestação de serviços a estes visitantes. Deste contato resultam também transformações diversificadas. O espaço rural passa então a ser apreendido como espaço ambiental e visto como “paraíso”, dando origem a novos territórios sociais. Estes territórios emergentes implicam uma reterritorialização para as comunidades locais. No caso específico da Vila do Aventureiro, na Ilha Grande, estes processos ocorrem em razão do estabelecimento de duas unidades de conservação: a Reserva Biológica da Praia do Sul e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro. A proposta central deste trabalho é entender como os moradores desta vila têm percebido e lidado com a criação destas unidades e com o turismo que lá tem crescido desde então. Meu propósito é refletir sobre o contraste entre a perspectiva preservacionista instalada na localidade e as transformações sociais que este processo desencadeia.

Conservação ambiental, turismo, população local

ABSTRACT

The creation of Environment Conservation Units, one of the main environmental strategies in Brazil and in the world, has unleashed several processes of change in the localities where they are established. Due to the regulations imposed by the legislation in the units, the local populations are impelled to modify their ways of appropriation of natural resources, being, some times, transferred to other places. At the same time, the conservation of these areas matches an urban population demand for a greater contact with places considered as 'natural', 'pure' and 'unpolluted', which encourages a growing flux of tourists towards them. The inhabitants, restricted to their usual practices and activities and also impelled by the economic pressure of tourism, turn to the rendering of services to these visitors. From this contact, different transformations are also resulted. Thus, the rural area begins to be apprehended as environmental space and seen as 'paradise', originating new social territories. These emerging territories imply a reterritORIZATION to the local communities. In the specific case of Vila do Aventureiro, in Ilha Grande, these processes occur due to the establishment of two conservation units: the *Reserva Biológica da Praia do Sul* (Praia do Sul Biological Reserve) and the *Parque Estadual Marinho do Aventureiro* (Aventureiro Marine State Park). The central proposition of this work is to understand how the inhabitants of this village have perceived and dealt with the creation of these units and the tourism that has grown there since then. My aim is to reflect on the contrast between the preserving perspective installed in this area and the social transformations that this process unleashes.

Environment conservation, tourism, local populations

Aventureiro, 31 de outubro de 2003

Noite

Enfim estou aqui! Depois de duas tentativas frustradas de vir para cá e uma expectativa crescente, consigo “fazer a travessia”, como fala Diegues. Estou cansadíssima. A viagem foi estafante. Além disso, saí muito cedo para estar às 8 horas da manhã em Angra, carregando uma bagagem pesada. Juntei muita coisa para trazer e o peso da mochila ficou no meu limite. Trouxe ainda uma outra menor, com máquina fotográfica, gravador, fitas, pilhas, remédios, filtro solar, creme e repelente. Havia também uma bolsa com comida para os cafés da manhã e os lanches da noite. Pretendo almoçar na casa de moradores que tem “barzinhos”, como eles denominam os bares acoplados às suas casas, que geralmente estão ligados aos “campings”. Devo comer principalmente no da Zulmira, membro da família que Ricardo me indicou como referência.

A primeira das minhas apreensões foi vencida. O mar. Até chegar próximo à Ilha Grande o barco do seu Mauro, pai de Tiago, o rapaz que cuida da casa em que estou hospedada, ia calmo, nas águas tranqüilas e verde-azuladas, debaixo de um mormaço que às vezes virava sol. Ao chegar no barco, conversei um pouco com o dono que, curioso para saber quem era eu, arriscava perguntas sobre o que eu vinha fazer aqui. Contei que estava fazendo uma pesquisa sobre a Ilha Grande, que ia conversar com os moradores do Aventureiro. Depois que o barco saiu me calei observando o mar, com o olhar perdido em tanta água à minha volta.

No barco iam três rapazes que pareciam turistas. Dois eram bem novos e o terceiro tinha uns trinta poucos anos. Iam falando, eu ia ouvindo o diálogo. Pareciam conhecer bem o lugar. Ao meu lado conversavam Mariana (mulher de Tiago) e Maria, sua irmã; às vezes interrompidas por Antônio, de 8 anos, filho de Mariana. Falavam baixinho, em tom de segredo. Eu reparava as duas com seu jeito alegre, suas roupas iguais a qualquer jovem da cidade com short, camiseta, sandália, cordão com pingente e brincos. Mariana estava com os cabelos, que são muito compridos, presos num coque. Soltava de vez em quando, ficando então muito mais bonita.

Lá pelas tantas o mar começou a ficar agitado. Mariana me chamou para ir para a parte de trás do barco dizendo que a partir dali ia balançar muito e naquele lugar que eu estava ia ficar toda molhada. Obedeci indo sentar ao seu lado num banco estreito nos fundos da embarcação. Este acabou sendo o grande momento da viagem. Conversei longamente com as duas irmãs, fazendo perguntas, contando um pouco sobre a minha vida e principalmente deixando que falassem. Disseram-me que nesta época do ano ainda não havia praticamente nenhum turista no Aventureiro, embora sempre apareça um ou outro “pingado”. Relataram que no verão, principalmente no Ano Novo e no Carnaval, mas também na Semana Santa, chega uma quantidade tão grande de gente que às vezes é difícil encontrar os nativos em meio a tantos turistas. Falaram ainda de seu desagrado com esta situação, não esquecendo de acrescentar porém que “pelo lado do dinheiro é bom”, pois é quando conseguem “tirar alguma coisa”. Contaram que sua mãe, Zulmira, ainda tem algumas roças. Planta feijão, mandioca, e uma horta. Suas roças já foram mais perto de casa, agora são num lugar mais difícil. Mesmo assim, prefere cuidar delas sozinha. A não ser quando aparece algum serviço mais pesado. Nestas ocasiões o pai e o irmão ajudam um pouco.

Mariana disse que só vai à Angra quando é preciso, pois não gosta de “passar o mar”. É “chatinho”, o barco joga muito e é longe. Maria vai sempre, “quase toda semana”. As duas conhecem o Rio de Janeiro, mas Maria parece conhecer melhor. Seu namorado é de lá, embora atualmente more no Aventureiro. Já foi levar a mãe ao Instituto Benjamim Constant pois ela está com um problema sério “de vista”. “Ficou um tempão tratando em Angra”, onde os médicos “enrolam” muito. Mariana contou que teve dois dos seus filhos em Angra e um no Rio. Quando estava para ter neném ia embora, mas muitas mulheres ainda tem seus filhos no Aventureiro. Sua avó, Joana, atualmente a pessoa mais antiga do lugar, foi parteira e ajudou muita gente a nascer por lá. Mazinho, também filho de seu Mauro, que dirigia o barco em que estávamos, nasceu no mar à caminho de Angra e sua mãe lhe deu o nome de Edmar. Dona Joana, segundo dizem, adora contar histórias e falar de antigamente. No passado trabalhou em uma fábrica de sardinhas no Abraão. Hoje, diz Mariana, confunde um pouco o que acontece, “só lembra bem do tempo antigo”.

Quando atracamos no cais do Aventureiro eram mais ou menos 1 hora da tarde. A viagem durou cerca de três horas. Se não fosse a conversa animada que tive com Maria e Mariana acho que tinha me apavorado. O mar, em alguns muitos momentos ficou “sinistro”, como diz minha filha. Se eu não tivesse também tomado um Dramin às 6 e meia da manhã e outro às 11 horas, no barco, teria passado mal, com certeza. Lidiane, de 1 ano e meio, filha mais nova de Mariana, andou enjoando no chão do barco com o consentimento e o estímulo da mãe.

Entre uma onda gigante e outra perguntei, tentando conferir as informações que eu tinha sobre este trajeto:- Como está o mar hoje na opinião de vocês, calmo ou agitado? - Calmo, disseram elas, quase em uníssono. Boquiaberta completei: - E quando ele fica agitado, como é? Disseram que às vezes não dá nem para sair com o barco. Principalmente no inverno. Se tiver uma emergência tem que chamar a Defesa Civil. Desta vez não tive coragem de perguntar como, apesar do meu ofício de perguntadora ambulante. Não estava querendo esmiuçar muito aquele assunto, naquele momento. Devo ter feito cara de pasma, porque elas se preocuparam em me acalmar dizendo: - Mas ele fica mais calmo do que isso, é que está ventando um pouco. É o vento Leste. Às 11 ele começa e só vai melhorar depois das 4 da tarde. Encerrei este assunto, para ver se me distraía com outra coisa.

Por fim, terra firme! Ao alívio da chegada, seguiu-se entretanto uma preocupação: como carregar a bagagem? Tiago não tinha vindo neste barco pois precisava esperar uns tijolos e vinha no barco de um amigo. Mariana pediu ajuda ao primo que estava no cais. Ele trouxe minha mochilona e a bolsa das comidas. Eu vim com as sacolas de material de limpeza que tinha comprado no mercado em Angra e a mochila menor que parecia conter chumbo. O calor era enorme. Eu não tinha bebido muita água por medo de ficar com vontade de ir ao banheiro durante a viagem.

O primo de Mariana deixou a mochila e a bolsa na areia da praia e sumiu. Tentei ver se meu celular “pegava” para avisar em casa que tinha chegado bem; fiquei “caçando” o sinal com ele na mão. Nada. Nem um tracinho. Desisti. Disse à Mariana que ia deixar a bagagem na casa dela e viria pegar aos poucos, pois não agüentaria subir com tudo de uma vez. A casa do Ricardo, onde ficarei hospedada é no final de uma trilha íngreme. Ela resolveu então me ajudar. Mesmo assim a subida foi pesada pois eu estava cansada. Mariana abriu a porta da casa e foi embora. Comecei a tirar minhas coisas da mochila,

arrumar, fazer um reconhecimento de terreno, vendo o que eu ia precisar. Tomei um banho num chuveiro maravilhoso instalado do lado de fora da casa, cercado de bambu e com água de nascente muito gelada e deitei no banco da varanda para me recuperar. Depois de alguns minutos pude me vestir e descer para almoçar no bar da Zulmira, plantado como sua casa, praticamente na areia da praia. A comida era : arroz, feijão, peixe frito e batata frita. - Não tem uma saladinha? Perguntei - Não, mas amanhã vou pegar umas coisas na roça. Respondeu ela . - Ah! Queria muito uma saladinha, disse eu. Almocei com Lidiane e Luana (a outra filha de Mariana e Tiago) ao meu lado. Zulmira mandou que elas saíssem, mas eu pedi: - Deixa! Estão conversando comigo! -Lidiane adora peixe, disse Luana, de cinco anos. Eu ia dando aos bocadinhos para ela e as duas me ajudaram com a batata frita e o refrigerante, graças a Deus!

Algum tempo depois chegou Mariana, que tinha ido em casa, e veio falar comigo. Zulmira não me deu muita conversa. Olhava de longe, me observando. Logo chegaram os três turistas do barco perguntando a ela se tinha alguma coisa pra comer. Um deles falou: - Não dá pra servir um ovo, tia? Não como nada do mar. Ela respondeu que não tinha ovo, então ele resolveu comer só arroz com feijão e batata frita.

Fui com Mariana à casa dela pra ver se falava no celular do seu irmão Paulo, o único que às vezes dá sinal. Entrei na casa. A varanda é toda ladrilhada. Na sala há um sofá, poltronas, alguns quadros e retratos nas paredes. O banheiro também é todo ladrilhado. Nas janelas da casa as esquadrias são de alumínio. O celular do Paulo é a sensação do momento! Fica na beira de uma janela em posição estratégica, senão perde o sinal. A pessoa tem que falar pelo fone de ouvido pra não ter que mexer no aparelho. Assim, com cuidado, consegui dar notícias da minha chegada!

Depois disso, resolvi vir pra casa, pois estava ultrapassando meus limites. Tiago apareceu por aqui e me ensinou a mexer nos lampiões e no fogão. Acendeu o gás da geladeira e foi embora. Escureceu. Acendi o lampião e três velas. Começo a enfrentar meus outros medos: a saudade, a solidão e a noite escura. Como escreve Diegues no livro sobre Ilhas e Mares, atravessar a água e chegar à uma ilha tem simbolismos existenciais.

SUMÁRIO

1. Introdução	01
2. Capítulo I – Unidades de conservação: a natureza reservada	10
2.1-O contexto do surgimento das áreas naturais protegidas no mundo	
2.2 - As unidades de conservação no Brasil	
2.3- A Ilha Grande e suas Unidades de Conservação	
2.3.1- A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e o Parque Estadual Marinho de Aventureiro	
3. Capítulo II –Áreas protegidas e populações humanas	31
3.1- O debate no mundo e o impasse no Brasil	
3.2- “Populações tradicionais”	
3.3-“Caiçara”:uma identidade atribuída	
3.4- Os habitantes do Aventureiro e as unidades de conservação	
4. Capítulo III – Turismo, transformação e ressignificação do lugar	61
4.1 – A natureza como “paraíso”	
4.2 – Ecoturismo e turismo de massa na natureza	
4.3 –Turismo e população local	
4.4 – O turismo na Ilha Grande	
4.5 – O turismo no Aventureiro: um cenário sazonal	
4.6- Novas formas de sociabilidade	
4.7- Categorias de moradores	
4.8- Turismo : preservação ou destruição ?	
5. Capítulo IV – Redefinindo Territórios:	104
5.1-Territórios em disputa	
5.2-Costumes nativos	
5.3-Território e identidade	
5.4-Territórios globais e territórios locais	
5.5-O território virtual do Aventureiro	
6. Considerações finais	133
7. Bibliografia	138
8. Anexos	

1. INTRODUÇÃO

A reserva de áreas consideradas ambientalmente relevantes faz aparecer, como pontua Mormont (1996), “novas relações de interdependência”, que podem ser entendidas como um novo arranjo nas relações sociais locais. Neste processo, ocorre uma “requalificação do território”, uma “requalificação do local” como lugar de gestão do meio ambiente (Mormont,1996). O território, visto como a apreensão do espaço por um determinado grupo social (Raffestin,1986), multiplica-se, dando origem a novos territórios que se conformam na medida em que novos grupos sociais entram em cena.

Desta forma, o estabelecimento de áreas ambientalmente protegidas dá origem a novos territórios, com novas regras e nova historicidade, em que atores sociais envolvidos disputam entre si a hegemonia sobre a apreensão do espaço, o direito de usá-lo e legitimá-lo em conformidade com suas próprias demandas. Mormont (1996) afirma que uma localidade é uma construção social em contínua reformulação e que a ecologia traz a base de novas relações que se organizam combinando enraizamento e mobilidade. O autor aponta, ainda, o aspecto paradoxal da questão ambiental que se divide entre a rigidez da constatação científica do risco ambiental e a doçura utópica da proximidade com a natureza.

Estes novos territórios que são engendrados na apreensão do espaço rural como espaço ambiental implicam uma reterritorialização para as comunidades que habitam as áreas em que se implantam as unidades de conservação. A proposta central deste trabalho é entender como os moradores da Vila do Aventureiro, na Ilha Grande-RJ, têm percebido e lidado com a criação de duas unidades de conservação da natureza, abrangendo seu território: respectivamente a Reserva Biológica da Praia do Sul e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro, e com o turismo que lá tem crescido desde então.

Meu propósito é refletir, tendo como base os processos sociais que têm como cena o Aventureiro, sobre o contraste entre a perspectiva de conservação da natureza articulada no Brasil e no mundo, em grande medida através da criação de unidades de conservação, e as transformações sociais desencadeadas por este processo nas localidades.

A criação de unidades de conservação tem sido uma das principais estratégias para a conservação ambiental, visando não apenas a manutenção de alguns recursos básicos, como a água, por exemplo, mas também o resguardo de ecossistemas para a pesquisa científica, entre outros motivos, como será detalhado mais tarde.

A simples concepção destas unidades traz em si a idéia de separação destas áreas do ambiente em geral, criando um sistema fechado, diferente do todo em que está imerso. Na prática, tem sido difícil sustentar este modelo devido às inúmeras e diversificadas pressões econômicas, sociais e ambientais. Estas dificuldades costumam ser atribuídas principalmente pelos ambientalistas não governamentais à falta de recursos e vontade política dos governos para a sua implantação efetiva o que implica dotá-las de planejamento, infra-estrutura, etc. Penso, entretanto, que além destes motivos que, sem dúvida contribuem para essa situação, existem motivos de fundo que dizem respeito ao próprio modelo em que são concebidas.

Uma das questões mais complexas implicadas na instituição de unidades de conservação é a que diz respeito às populações locais, já que nestas áreas são impostos diversos tipos de regulações, acarretando mudanças nas formas de apropriação e atuação destes moradores em relação aos recursos naturais. Deste fato decorrem comumente conflitos entre estas populações e os gestores das unidades, na medida em que as primeiras tendem a resistir a uma modificação de seus costumes, levando em conta que estão em jogo tanto sua reprodução cultural como até mesmo sua sobrevivência (Diegues, 1996).

Embora para o contexto da conservação ambiental seja importante a criação de áreas protegidas, a forma de pensar as relações entre estas áreas e suas populações tem se construído de maneira diversa, dentro de contextos ideológicos diferentes, em que se contrapõem visões nas quais as questões sociais estão excluídas e outras que pensam estas questões como fundamentais para a reflexão e o planejamento conservacionista. A história das unidades de conservação tem sido permeada por este debate.

No primeiro capítulo, procuro fazer uma retrospectiva da criação de áreas protegidas no mundo e no Brasil, buscando identificar no interior do pensamento ambientalista as perspectivas descritas acima, que estão presentes ainda hoje nos embates conservacionistas e que se colocam de forma explícita e contundente na construção da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Neste processo de elaboração do SNUC, fica claro como a questão populações/unidades de conservação constitui um ponto nodal do conservacionismo. É nela que se centram as principais discussões, em que se instalam os principais impasses, e, por este motivo, a tramitação da lei foi longa, percorrendo caminhos diversos em busca de consensos, indo e voltando pelos labirintos legislativos.

No segundo capítulo, busco refletir sobre esta questão e sobre a noção de populações tradicionais engendrada neste processo, com a qual se procura construir uma aproximação entre populações e áreas protegidas, justificando desta forma sua permanência nelas. Por outro lado, a conservação de áreas naturais vem ao encontro de uma crescente demanda das populações urbanas por um contato maior com os ambientes considerados naturais e vistos como puros e não poluídos, em contraposição ao ambiente das grandes cidades.

O turismo tem explorado cada vez mais estas imagens, transformando estes locais em verdadeiros paraísos, estimulando um fluxo intenso de pessoas em direção a estas áreas. As populações locais, em parte por estarem cerceadas em suas práticas culturais e atividades tradicionais¹, como também impelidas pela pressão econômica que o turismo exerce, voltam-se para a prestação de serviços turísticos e encontram aí um campo com possibilidades anteriormente desconhecidas. Este contingente crescente de atores externos que afluem periodicamente para as localidades provoca inúmeras mudanças nestes locais, tanto pelas trocas culturais que se dão neste contato, como pelas transformações físicas e espaciais criadas pelas demandas por eles geradas. O turismo coloca-se, assim, como mais um elemento de conflito entre a população local e os projetos conservacionistas, embora, neste caso, esteja estreitamente ligado a eles.

¹ Ao falar em tradição e práticas tradicionais, ao longo de todo o texto, refiro-me às práticas costumeiras da população em questão e não ao sentido de tradicional em oposição ao moderno.

No contexto das atuais concepções de desenvolvimento sustentável surgem propostas de organização desta atividade de modo diferente do que tem se configurado como turismo de massa, tentando aproximar esta atividade econômica da idéia de conservação. Não é sem dificuldade, no entanto, que se dá esta aproximação, na medida em que as atividades econômicas dentro do sistema capitalista incluem necessariamente a perspectiva do crescimento contínuo, enquanto a conservação da natureza supõe a idéia de limite.

No terceiro capítulo, procuro analisar esta questão e refletir de que maneira ela tem se dado na Ilha Grande e no Aventureiro, articulando-a com a discussão sobre as transformações desencadeadas nas localidades pela exploração turística.

No quarto capítulo, busco integrar todos estes questionamentos, tendo como objeto de pesquisa os processos que ocorrem no Aventureiro. Faço isto apoiada na perspectiva da conformação de distintos territórios sociais e das disputas entre os sujeitos a eles vinculados, a partir de demandas diferenciadas que são colocadas tanto pelo ambientalismo quanto pelo turismo na localidade. Acredito que, nesta disputa, se conforma um novo território para a população, redefinido pelas exigências contemporâneas.

Na concepção de alguns autores, que discutem as interações das culturas locais com os processos globalizantes, esta redefinição se daria através de uma homogeneização cultural, em que a cultura local ficaria subsumida na cultura global (Ortiz, 1994; Hall, 2002). Em outras abordagens, ao mesmo tempo em que se dá a conformação de diferentes identidades a partir destes contatos, forças aglutinadoras de elementos identitários trabalham no sentido de preservar a existência de diferenças (Featherstone, 1996; Escobar, sd; Hannerz, 1997; Barth, 2000). Posiciono-me junto a esta segunda perspectiva por acreditar que estes contatos não resultam necessariamente em uma anulação da cultura local. Neste sentido, a maneira pela qual um grupo social se relaciona com a sociedade abrangente depende da forma como é desenvolvida a interação e também da coesão interna do próprio grupo, podendo apontar, inclusive, para uma aglutinação em torno de elementos locais, como que em reação aos processos globalizantes, e para novas formas de inserção.

A Vila do Aventureiro, por apresentar, a meu ver, os “tipos ideais” dos elementos que constituem este debate, foi por mim escolhida para objeto de pesquisa. A unidade de conservação em questão é uma reserva biológica, tipo mais restritivo desta forma legal, em que não é permitido, sob nenhuma hipótese, a presença de moradores e muito menos de turistas. A comunidade local não está no entorno da unidade, mas totalmente inserida dentro da área da reserva. É considerada pelos ambientalistas como a população mais tradicional do Estado do Rio de Janeiro. O ambiente em que vive esta população é, da mesma forma, considerado um dos mais ricos do Estado, pela grande variedade de ecossistemas nele existentes. Apesar disto esta localidade tem recebido um grande contingente de turistas, constituindo, hoje, sua principal fonte de sustento. Desta forma, criam-se no Aventureiro conflitos, contradições e transformações particularmente ricos para a discussão das questões propostas.

Meu interesse por este objeto de estudo decorre de diversos fatores. Em primeiro lugar, de memórias afetivas da infância, quando freqüentava intensamente o litoral sul do Estado do Rio de Janeiro. A Ilha Grande sempre me pareceu misteriosa: um paraíso

natural que guardava um presídio e, segundo me era relatado, enclausurava presos perigosos. Meu primeiro contato com ela foi como turista na Vila do Abraão, ainda adolescente, seduzida pela beleza de um lugarejo outrora mais bucólico do que nos dias atuais. Mais tarde, esta relação se aprofundou no trabalho de socióloga, com planejamento de turismo em áreas de unidades de conservação, interessando-me particularmente pelas comunidades que vivem nestas áreas. Em 1991 e 1992, quando participei da pesquisa e elaboração do Plano Diretor do Parque Estadual da Ilha Grande, representando o órgão oficial de turismo do Estado, tive a oportunidade de entrevistar moradores da Vila do Abraão, começando a conhecer a história e a entrar em contato com as questões da Ilha. Entre estas questões estão as que dizem respeito ao Aventureiro, que, pelas razões acima descritas, se afiguram adequadas para empreender uma reflexão sobre os temas citados.

De modo a avaliar as implicações sociais da implantação da Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, assim como da afluência de turistas à Vila do Aventureiro, optei por uma abordagem qualitativa, em primeiro lugar por sua adequação à investigação acerca de um universo de significações, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores. Outra razão significativa é a importância que ela confere à interação entre pesquisador e pesquisado- fator que propicia uma comunicação mais intensa com os sujeitos da pesquisa.

Privilegiei as entrevistas e conversas informais com os nativos da Vila, e a observação de seus modos de vida na medida do possível, considerando as limitações do tempo disponível. Antes das visitas de campo, no entanto, revelou-se necessário percorrer o processo de criação das Unidades de Conservação que foram estabelecidas na localidade, a fim de buscar compreender as principais motivações dos atores sociais governamentais e não governamentais, de modo a identificar valores em disputa. Para tanto, recorri a entrevistas com personagens desse processo e à documentação sobre o tema.

Tais informações foram sendo contextualizadas no universo social e histórico da Ilha Grande, de maneira a percebê-las como fenômenos integrados àquele ocorrido em toda a região litorânea do sul fluminense, em que a presença de Unidades de Conservação da Natureza convive com um incessante crescimento da atividade turística. No desenvolvimento do trabalho de campo, empreendi duas idas ao local, cada uma com a estada de dez dias. A primeira deu-se nos primeiros dias do mês de novembro de 2003 - período ainda considerado como de baixa estação para o turismo, em que a localidade do Aventureiro estava praticamente vazia de turistas, entregue quase exclusivamente aos seus moradores. Na segunda viagem, em pleno mês de janeiro de 2004, ocasião da festa de Santa Cruz - a padroeira do Aventureiro - período considerado de alta estação por ser verão e coincidir com as férias escolares, o fluxo havia aumentado ainda mais em razão da realização da festa mais importante da localidade.

Utilizando técnicas de observação direta, atentei-me para as relações dos moradores entre si, privilegiando o olhar para o seu cotidiano de um modo geral. Durante o período em que o local estava sem turistas observei-os indo para a roça ou para a pesca, consertando utensílios, emendando redes e voltei também o olhar para o trabalho dos funcionários públicos que limpam as trilhas, que trabalham na escola, etc. Fixei a atenção às casas em que pude entrar, aos momentos de descanso dos moradores; às crianças em sala de aula; à ida da população em peso à festa da Parnaioca, entre outras

tantas coisas. E, ainda, nas relações comigo, a estranha perguntadora que foi se aproximando aos poucos e se apresentando como alguém que queria escrever uma dissertação de mestrado sobre a história do Aventureiro antes e depois da criação da Reserva e da chegada dos turistas.

Na segunda etapa pude observá-los interagindo com os turistas e durante a Festa de Santa Cruz tive a rara oportunidade de presenciar o momento em que reverenciavam suas tradições, com uma grande amostragem da população reunida.

Com o propósito de captar mudanças nas formas de vida e de delimitação dos territórios nativos indaguei sobre as práticas produtivas, costumes e representações simbólicas sobre o espaço e a natureza antes do estabelecimento das unidades de conservação e da chegada do turismo. Para tanto, utilizei técnicas de construção de histórias de vida e de história oral, visando apreender fragmentos de memória coletiva sobre o passado da comunidade.

Finalmente, meu estudo voltou-se para o período pós-implantação das unidades e pós-afluência de turistas - período este que se prolonga até os dias atuais. Além de procurar identificar as regulações impostas pela legislação nesta nova circunstância, busquei perceber o ponto de vista nativo sobre esse conjunto de normas e sobre as alterações e adaptações implementadas em seus modos de vida. A esta dinâmica, associa-se a relação destes habitantes com os turistas, como eles os vêem, o que identificam como fator de mudança em suas vidas a partir desta presença, qual sua expectativa em relação a eles - em particular face ao fato de estarem ocupando um espaço interdito, o que lhes é cobrado pelo órgão ambiental responsável pela área.

As observações e entrevistas foram registradas diariamente em um caderno de campo. No primeiro momento pretendi gravá-las, o que não foi bem recebido pelos entrevistados. Embora não se opusessem frontalmente à gravação demonstraram desconforto e timidez com o gravador. Uma moradora, entretanto, disse claramente que não queria que a conversa fosse gravada. Desisti então deste instrumento, deixando que as entrevistas fluíssem, fazendo uma pergunta ou outra para estimular e nortear um pouco os relatos. Mesmo assim, a maioria reagiu, a princípio, com uma certa desconfiança. Esforcei-me então por uma aproximação delicada, buscando estabelecer um código de confiança, já que me foi revelado, logo de início, que era comum jornalistas aparecerem por lá, tentando fazê-los falar para depois publicarem notícias mentirosas e incriminadoras nos jornais. Relataram ainda o quanto se sentiam ameaçados de virem a ser expulsos de lá.

Em diversos momentos tive que vencer a resistência e superar a timidez à procura das pessoas e ao entabular conversas que, às vezes, pareciam não muito desejadas. Não posso deixar de citar, no entanto, que desde o primeiro momento de contato houve quem me acolhesse de forma gentil e colaboradora, conversando com toda boa vontade e disponibilidade, o que veio a diminuir o desconforto e a sensação de rejeição. Durante a Festa da Parnaioca algumas pessoas vieram espontaneamente falar comigo, mostrando aceitação e até convidando-me a dançar forró, o que pôde ser reafirmado depois por um nativo que disse a outro: “essa aqui é gente boa!”.

Na segunda viagem tudo foi mais fácil. Parecíamos ser velhos conhecidos. Eu me sentia mais adaptada aos ritmos e humores locais. A receptividade dos moradores pareceu-me

maior e as entrevistas fluíram com facilidade. Presentaram-me, inclusive, com fofocas, o que foi interpretado por mim como uma indicação de aceitação. Alguns moradores prestaram apoio à minha pesquisa, percorrendo várias casas junto comigo e apresentando-me aos seus moradores.

Embora as entrevistas tenham se caracterizado pela conversa informal, elaborei roteiros, em anexo, para que algumas perguntas pudessem conduzir a investigação, sem no entanto, excluir as questões não previstas que se apresentassem no decorrer do próprio trabalho.

Entrevistei 41 pessoas da comunidade ao longo das duas viagens; entre elas doze jovens na faixa etária de 14 a 22 anos. Os cenários dessas entrevistas foram os mais variados: dentro de barcos, em cozinhas, varandas, na areia da praia, em trilhas, sentados na soleira de uma porta, no meio de uma obra com o entrevistado virando cimento, no meio de um quintal em que uma família debulhava o feijão. Nem sempre as entrevistas começaram e acabaram no mesmo dia. Muitas foram feitas aos pedaços, conforme a oportunidade. Em alguns momentos, conversei com grupos que se reuniam ao acaso na varanda das casas, ao entardecer. Aproveitei estes momentos, que ocorreram na segunda etapa, para mostrá-los o mapa que fiz com base em um desenho - presente de uma moradora na primeira viagem. Estas oportunidades foram particularmente enriquecedoras para a pesquisa pois, a partir de meu questionamento, eles começaram a trocar idéias, impressões, percepções, opiniões, construindo ou externando suas próprias imagens e representações sobre o espaço que habitam, transformando o momento em especial fonte de observação.

Apesar de ter aproveitado intensamente tudo que lá vivi, considero que o tempo disponível para a realização da pesquisa de campo não me permitiu o aprofundamento desejável sobre a vida dos habitantes locais. Na busca de complementar o quadro formado pelas visões diferenciadas sobre a localidade do Aventureiro, entrevistei também turistas durante a segunda viagem e preoquepei-me em analisar o maior número possível de documentos e notícias de jornal sobre a Ilha Grande e o Aventureiro, mesmo após a pesquisa de campo, com vistas a aprofundar informações sobre suas diferentes fases de transformação.

Procurei ainda ouvir relatos de atores variados com seus respectivos questionamentos, confrontando-os e cruzando estes dados e falas, tendo claro de que todos eles representavam versões diferenciadas das questões colocadas, pontos de vista. Somente trabalhando com este conjunto, pude construir minha própria interpretação.

2. CAPÍTULO I – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A NATUREZA RESERVADA

2.1-O contexto do surgimento das áreas naturais protegidas no mundo:

O surgimento das áreas protegidas no mundo corresponde à elaboração da idéia de reservar ou separar, por meio da legislação, áreas consideradas como detentoras de aspectos naturais relevantes, resguardando-as do uso econômico intensivo, ou dependendo da categoria, simplesmente destinando-as à preservação. Na linguagem ambientalista, o termo conservação refere-se ao uso controlado e manejado dos recursos e preservação carrega a idéia de intocabilidade, de manutenção integral dos biomas.

A noção de áreas protegidas ou como são conhecidas no Brasil, unidades de conservação, vem sendo construída historicamente e carrega consigo em cada época e em cada local determinada concepção de natureza. A criação das primeiras unidades de conservação, os parques nacionais nos EUA, relaciona-se à divulgação de um pensamento preservacionista a partir do início do século XIX e a uma valorização da idéia de “mundo selvagem”(wilderness) em contraposição à de “mundo civilizado” tão em voga desde o início da Idade Moderna (Diegues, 1996). No começo do século XVIII, no auge da Revolução Industrial na Inglaterra, para a maioria das pessoas, a natureza era vista como algo a ser domado e dominado. Porém, antes do século terminar, a intensa urbanização pela qual o país havia passado decorrente da industrialização e da mecanização da agricultura, começou a modificar a percepção a respeito do ambiente e provocou um movimento de reavaliação da idéia de natureza despertando novas sensibilidades. O campo inculto, as terras selvagens, que até então eram capazes de causar desprezo e até horror na maioria dos cidadãos, começaram a ser valorizados, a ser considerados capazes de exercer um “salutar poder espiritual sobre o homem”(Thomas, 2001). O estudo da história natural também contribuiu para uma aproximação do homem com as áreas naturais e na sua relação com as outras espécies. Keith Thomas afirma, no entanto, que a idéia de equilíbrio da natureza, antes de dominar o campo científico teve origens teológicas. Era baseada numa crença na perfeição da criação divina e em que a alteração deste equilíbrio causaria enormes danos. Nesta concepção até mesmo as espécies aparentemente nocivas tinham sua razão de existência. Este pensamento, aliado a um sentido de utilidade de algumas espécies e ao apreço pela natureza reforçado por estudos sobre história natural, teriam fundamentado os primeiros movimentos de proteção a alguns animais e plantas selvagens. Assim, na Inglaterra do século XIX, começaram a ser criados jardins paisagísticos, reservas e cinturões verdes.(Thomas, 2001, pp. 288-356).

Ao final deste mesmo século, nos EUA, a preocupação com a destruição da natureza causada pela revolução industrial que se implantava com toda pujança, resultando, já naquela época, em desmatamento e poluição, fez com que em 1872 fosse criado o Parque Nacional de Yellowstone. Embora exista uma polêmica sobre as origens do ambientalismo, pode-se considerar que, se foi na Inglaterra onde engendraram-se importantes noções precursoras deste pensamento, foi nos EUA, com a fartura de terras virgens, possível criar a primeira área protegida do mundo (Acot, 1990). Na Europa, o primeiro parque foi o Parque Nacional dos Alpes, criado em 1914 e, no Brasil, o de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, em 1937. Richard Grove (apud Pádua, 2002) localiza que o início das preocupações ambientais no mundo teria se dado no século XVIII, a partir da destruição ambiental colonialista européia nos trópicos. Apesar da criação da primeira unidade de conservação no Brasil ter ocorrido somente no início do

século XX, Pádua (2002) relata que no final do século XVIII o tema da destruição ambiental já era utilizado por autores brasileiros como argumento de crítica ao colonialismo e de defesa da independência.

Com a criação do Parque Nacional de Yellowstone começava a ser posta em prática a idéia de áreas naturais legalmente protegidas, que naquele momento tinham como objetivo principal a proteção dos recursos naturais, vistos por seu aspecto estético e paisagístico, bem como de interesse para recreação das populações que viviam nas cidades. Desde que a primeira Unidade de Conservação foi criada no mundo, no entanto, muitas mudanças se operaram neste conceito. A partir da segunda metade do século XX, as idéias ambientalistas começam a se consolidar, orientadas por preocupações vinculadas ao campo científico. Foi criado então, por cientistas ligados às Nações Unidas, o primeiro organismo internacional de cunho ambientalista, a União Internacional para Proteção da Natureza, em 1948, que, mais tarde, passou a se chamar União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) e hoje é a União Mundial para a Natureza, com a mesma sigla. Os critérios utilizados para seleção de áreas a serem protegidas, a partir de então, mudaram, deixando de priorizar as paisagens espetaculares para se guiar por critérios considerados científicos, como a importância da proteção de ecossistemas, a proteção à flora, fauna e recursos hídricos, a defesa da diversidade biológica e dos ciclos reprodutivos de espécies vegetais e animais; além de aspectos sociais e educação ambiental. (Drummond, 1997).

A proteção de áreas naturais constitui uma das principais estratégias do movimento ambientalista. O ambientalismo tem sido marcado pela dualidade entre o preservacionismo e o conservacionismo: o primeiro ligado às concepções mais puristas e biocêntricas, onde o homem não tem hierarquicamente uma posição de destaque na natureza; e o segundo, à uma visão antropocêntrica, na qual a conservação da natureza está associada à sobrevivência e ao bem-estar humanos no mundo. Leis(1999) argumenta que a visão dualista de natureza e sociedade é uma característica da cultura ocidental e moderna.

As contribuições divergentes entre si de Gilbert White e Carl Linnaeus no final do século XVIII, podem ser identificadas como idéias precursoras das visões preservacionistas e conservacionistas (Diegues, 1996, Leis, 1999). White, pároco e botânico em uma aldeia rural inglesa, acreditava numa convivência harmoniosa do homem com as outras espécies. Segundo Leis (1999), ele pode ser considerado um antecessor de uma linha ambientalista biocêntrica que teria continuidade em autores como Thoreau e que nos dias atuais seria representada pela ecologia profunda (deep ecology). Já Linnaeus estabelecia uma hierarquia entre as espécies, colocando o homem no topo desta hierarquia, representando uma linha mais antropocêntrica. Ainda segundo Leis, embora não se deva procurar em autores do século XVIII a constituição de uma ética ambientalista, foi por influência destes autores que, em meados do século XIX, foram criadas centenas de sociedades de história natural e clubes de campo, principalmente na Europa.

Esta dualidade, que foi elaborada de forma mais acabada no início do século XIX com as idéias dos americanos Gifford Pinchot e John Muir, tem marcado a história do ambientalismo, influenciando também nos debates que permeiam a criação de unidades de conservação (Diegues,1996). Muir era preservacionista e defendia a idéia de que a natureza em estado virgem deveria ser protegida de qualquer uso humano produtivo, ou

seja, deveriam existir áreas intocáveis. Já Pinchot acreditava ser possível compatibilizar uso e conservação, podendo ser apontado como um precursor do entendimento atual de desenvolvimento sustentável (Leis, 1999; Diegues, 1996). Leis afirma que desde suas origens o ambientalismo foi mais que uma crítica passiva do olhar dualista galileu-cartesiano, produzindo uma atitude contemplativa sobre a natureza e também uma atitude ativa que trabalhou no sentido de expandir e integrar as relações da sociedade com a natureza (Leis, 1999). Ainda hoje, de alguma forma, o debate ambiental é polarizado por esta dualidade, embora cada vez mais se consolide a percepção de que questões sociais estão inseridas nos problemas relativos à conservação ambiental.

As tendências ambientalistas contemporâneas, que começaram a ser formuladas nas décadas de 1960 e 1970, dividem-se principalmente entre as concepções da Ecologia Profunda, da Ecologia-Social e do Eco-Socialismo. A primeira tem um enfoque biocêntrico e atribui um valor intrínseco à natureza, independente do homem. Em relação às áreas protegidas, considera-se que a natureza deva ser preservada por si mesma, independente da contribuição que estas áreas possam trazer à sociedade. Seu principal formulador foi Arne Naess, filósofo norueguês, seguido por Bill Devall e George Sessions, nos Estados Unidos e Warwick Fox, da Austrália. As duas outras correntes sofreram influência das idéias marxistas e atribuem à acumulação capitalista os motivos da degradação ambiental e da devastação do planeta. A Ecologia Social teve como maior pensador Murray Bookchin, professor de ecologia social e ativista norte-americano. Propunha uma concepção mais ampla de natureza e da relação da humanidade com o mundo natural. O ecomarxismo, por sua vez, originou-se em um movimento de crítica interna do marxismo clássico, considerando que a natureza, na teoria de Marx, é tida como estática, pensada em virtude da ação transformadora do homem por meio do processo de trabalho, não sendo reconhecida como um poder, mas como um objeto de consumo e meio de produção. Alguns autores identificados com esta perspectiva são Hobsbawm, Gutelman, Skibberg e Moscovici (Diegues, 1996).

No Brasil as concepções preservacionistas e conservacionistas foram reelaboradas em razão de sua realidade social, cultural e econômica (Sant'Anna, 2003). Devido principalmente à existência de “populações tradicionais” e indígenas vivendo em áreas destinadas à preservação, e a outras questões relacionadas com a desigualdade na distribuição dos meios de apropriação dos recursos naturais, a necessidade de incrementar o desenvolvimento econômico e social da população e a disposição territorial e geográfica não foi possível, aqui, replicar as noções preservacionistas e conservacionistas americanas de forma idêntica (Diegues 1996, apud Sant'Anna, 2003). O preservacionismo incorpora as noções de uso sustentável e manejo dos recursos naturais e, portanto, a partir destes novos elementos passa a se autodenominar conservacionismo (Sant'Anna, 2003). Seus adeptos defendem, entretanto, o modelo de unidades de conservação cuja a total responsabilidade por sua criação e gestão é do Estado e em que as categorias de manejo de “proteção integral” são as tidas como mais importantes, privilegiando desta forma aquelas que excluem a presença de populações humanas residentes nas áreas. Já a corrente ambientalista conhecida como conservacionista nos Estados Unidos aqui radicaliza seu apoio à presença humana em unidades de conservação, reconhecendo diferentes formas de interação dos grupos considerados “tradicionais” com seu meio. Introduz a noção de justiça social e passa a denominar-se socioambientalista. Propõe, então, um modelo descentralizador do poder de decisão para as unidades e sua gestão partilhada com ONGs, comunidades locais e populações “tradicionais”. Defende uma visão integrada de natureza e sociedade para

pensar estratégias de conservação ambiental (Sant'Anna, 2003). Acredito que, talvez, também tenha contribuído para esta reelaboração das concepções preservacionistas e conservacionistas no Brasil, o caráter desenvolvimentista de origem do ambientalismo brasileiro, descrito por Pádua (2002).

2.2 - As unidades de conservação no Brasil:

Bem antes de começarem a ser criadas as unidades de conservação no Brasil, tiveram lugar, no país, alguns movimentos para a proteção legal das florestas. Em um primeiro momento, a preocupação dizia respeito à catastrófica redução dos estoques de madeira para a construção de navios, devido à grande devastação que já se podia observar nas florestas do litoral brasileiro. Segundo Urban (1998), em 1605, foi restrito aos magistrados o poder de autorizar o corte de árvores e, no final do século XVIII, medidas mais rigorosas foram tomadas, tendo sido declaradas nas cartas régias de 1796 e 1797, como propriedade da Coroa, todas as florestas costeiras e dos rios que desembocavam diretamente no mar. No entanto, estas leis nunca foram seriamente observadas. Apesar de todas as medidas legais que se multiplicaram através da história, os diversos ciclos econômicos que se sucederam acabaram por eliminar a maior parte da cobertura florestal, dando lugar a canaviais e plantações de algodão ou café.

Pádua (2002) aponta a existência de uma verdadeira “tradição precursora do pensamento ambientalista” em autores brasileiros dos séculos XVIII e XIX, que se preocuparam com a degradação do ambiente colonial e com suas formas de exploração dos recursos naturais. Demonstra que, apesar das diferenças de forma e conteúdo presentes nos textos analisados, havia um denominador comum entre eles que era seu caráter político, cientificista, antropocêntrico e economicamente progressista, refletindo as influências do pensamento iluminista. Estes autores não se posicionavam a favor da natureza da forma abordada pelo romantismo, com sentimentos voltados para seu valor intrínseco, estético ou espiritual, mas sim para sua importância econômica e política. A degradação era associada ao atraso, às práticas rudimentares do colonialismo. Preconizavam a modernização tecnológica do sistema produtivo e das instituições sociais. José Bonifácio de Andrada e Silva foi um dos expoentes desta tradição, mas, como lembra o autor, sua reflexão ambiental não estava isolada. Articulava-se com outros pensadores que “relacionaram o problema da conservação com a questão mais ampla da construção, sobrevivência e destino da sociedade brasileira”. (Pádua, 2002, p.20)

Muitos brasileiros, portanto, em diversas épocas, se posicionaram contra os desmatamentos e a destruição da natureza, entre os quais André Rebouças, Euclides da Cunha, Coelho Neto, Augusto Lima, Afonso Arinos, Roquete Pinto, entre outros, que com suas idéias e escritos deram início à crítica ambiental em sua terra. Mas como lembra Pádua, os participantes deste debate “não lograram promover ou influenciar políticas públicas que impulsionassem o enfrentamento da destruição ambiental a não ser em alguns poucos casos, como no excepcionalmente bem-sucedido processo de restauração da Floresta da Tijuca, entre 1861 e 1874” (Pádua, 2002, p.30).

André Rebouças foi o autor da primeira proposta para criação de parques nacionais no Brasil, em 1876. Pádua (2002) argumenta que se pode perceber nesta proposta de Rebouças o viés desenvolvimentista dominante no pensamento ambiental brasileiro,

porque o eixo de sua argumentação na época foi o progresso que o turismo poderia trazer para aquelas regiões.

Desde o final do século XIX, começaram a tomar corpo, no Brasil, algumas idéias sobre a proteção dos recursos naturais trazidas por naturalistas estrangeiros em missão no país. Estes viajantes fizeram pesquisas e deixaram inúmeros depoimentos importantes, que ajudaram a remontar a história natural brasileira.

Nos primeiros anos do século XX, os presidentes Afonso Pena, em 1907, e Epitácio Pessoa, em 1920, já admitiam a necessidade da implementação de projetos para a proteção das florestas. Devido ao reconhecimento de sua importância econômica, foi criado, em 1926, o Serviço Florestal, que só em 1929 se estruturou mais concretamente, produzindo mudas para reflorestamento, efetuando reflorestamentos, estudos biológicos das essências e estudos de flora (Urban,1998).

Uma das primeiras iniciativas importantes para a proteção das florestas foi a publicação do Código Florestal, em 1934, que legislava sobre áreas públicas e privadas, regulamentando sua guarda e seu corte e fixava penalidades por crimes e contravenções. Este código trazia um aspecto inédito, pois estabelecia limites à propriedade privada, subordinando-a ao interesse coletivo. A partir dele foi criado também o Conselho Florestal Federal, que tinha o objetivo de promover o cumprimento da legislação, orientando as autoridades federais neste sentido. Como ressalta Urban(1998), o Código Florestal sofreu diversas revisões, tendo sido a primeira em 1946. Não continha determinações expressas a respeito de parques ou outras figuras de proteção. Estes parques eram administrados por funcionários do Ministério da Agricultura, sem qualquer especificidade em relação ao conservacionismo. Em sua opinião isto demonstraria o caráter produtivista ² e não conservacionista deste Código. Tal caráter, de certa forma, permaneceu na Lei Florestal de 1965 (Lei 4771), em que a proteção da fauna de menor importância econômica permanecia vaga, só sendo tratada com maior atenção a partir da publicação da Lei de Proteção à Fauna, em 1967. Esta, então, teria inaugurado um caráter conservacionista na legislação brasileira, ao contrário da visão pragmático-comercial dominante até então nas leis sobre a exploração de florestas. É importante observar, no entanto, que, apesar da elaboração de tantas leis de proteção à natureza desde cedo no Brasil, muito mais difícil foi a implementação de políticas públicas que dessem conta de promovê-la efetivamente. (Urban, 1998)

Com a Lei Florestal de 1965, diversas categorias de unidades de conservação ficaram definidas, como Parques Nacionais, Estaduais e Municipais; Reservas Biológicas e Florestais também nestas três instâncias. Naquele momento, no entanto, estas categorias não estavam vinculadas a qualquer sistema, o que só veio a se constituir mais tarde, na década de 1970.

A maioria dos parques brasileiros, até a década de 1960, estava localizada nas regiões Sul e Sudeste, em áreas de belezas paisagísticas e com alguma proximidade do litoral, inclusive, porque um dos principais objetivos destes primeiros parques era o de proporcionar opções de lazer para as populações urbanas. Somente a partir de então este padrão começou a ser mudado. E, principalmente, a partir da década de 1970, deu-se

² Voltado para os aspectos econômicos relacionados às florestas, como explicita Urban (1998).

início a uma criação sistemática de parques em regiões remotas e em áreas de fronteira, em que o critério mais importante passou a ser a proteção dos ecossistemas (Drummond,1997).

Em 1967, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Florestal- IBDF, com a atribuição de formular a política florestal e coordenar as ações relativas à conservação dos recursos naturais no país. No entanto, como lembra Urban (1998), a falta de recursos materiais e humanos e a difícil integração entre funcionários de diferentes órgãos complicavam o funcionamento de sua administração. O IBDF passou a existir aproveitando a estrutura, os funcionários e algumas atribuições de outros órgãos que foram extintos no mesmo momento de sua criação, tais como: Instituto Nacional do Mate, Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura, Conselho Florestal, Instituto Nacional do Pinho. Por esse motivo, muitas ações eram voltadas ao comércio, ao reflorestamento, à padronização oficial, ao beneficiamento, e a informações sobre madeiras, ao invés da conservação ambiental. No entanto, dentro deste mesmo órgão, havia o Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza que, com dificuldades, lutava para desempenhar funções conservacionistas. Trabalhava no sentido de aumentar em número e promover o funcionamento de parques nacionais e reservas biológicas, e cuidar da proteção da fauna e da flora.

No período entre 1971 e 1989, foram criados muitos parques e reservas biológicas. Como lembra Sant'Anna (2003), durante a década de 1970, houve uma mudança de enfoque no direito internacional com relação ao meio ambiente, passando de uma política de proteção à "monumentos naturais", para uma visão sistêmica do meio ambiente³ e uma preocupação com a proteção de habitats de espécies em extinção.

Em 1974, mais um órgão público passou a fazer parte da área ambiental brasileira: a SEMA-Secretaria Especial de Meio Ambiente, criada por repercussão da Conferência de Estocolmo sobre o Homem e a Biosfera, em 1972. Este órgão preocupou-se em instituir um novo tipo de unidade de conservação naquele momento, as Estações Ecológicas, voltadas unicamente para a pesquisa científica (Urban,1998).

Entre o final da década de 1970 (1ª etapa) e o início da década de 1980 (2ª etapa), foi formulado o primeiro Plano do Sistema de Unidades de Conservação- PSUC, que tinha por objetivo estabelecer uma base legal para regular sua criação e implantação, já então vislumbrando-se a criação de um sistema de áreas protegidas. Em 1989, o IBDF e a SEMA foram substituídos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis- IBAMA. Naquele mesmo período, foi feita uma revisão no primeiro PSUC , resultando num anteprojeto de lei que, passando ainda por outras revisões, transformou-se, em 1992, no Projeto de Lei 2892. Este projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional, onde percorreu longo processo de discussões. Somente em 2000 foi aprovada a Lei 9985/00 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Cabe ressaltar que, apesar de todo o esforço de setores ambientalistas governamentais e não governamentais no sentido de criar unidades de conservação no Brasil, estas tem enfrentado durante toda sua história problemas variados e grandes dificuldades para se

³ Ligada a proteção dos ecossistemas.

implantar⁴. Além de questões fundiárias e disputas pela propriedade da terra, enfrentam a disputa das populações nativas pelo uso dos recursos, já que sua existência interfere diretamente na sobrevivência destas populações. Tal disputa muitas vezes não é declarada, mas transformada em atos considerados ilegais como caça, extrativismo vegetal e mineral, etc. Da mesma forma, as unidades de conservação lidam com problemas de poluição e lixo, com a falta de recursos para a instalação de equipamentos, infra-estrutura e contratação de pessoal, com pressões imobiliárias e de populações em busca de terra para plantar e morar, e, freqüentemente, com um número crescente de visitantes atraídos pela idéia de “natureza selvagem”.

O sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC:

Após um longo trâmite no Congresso Nacional e de ter sido debatida por diversos setores da sociedade, principalmente os envolvidos com as questões ambientais, através de reuniões públicas e workshops, a Lei 9.985, que instituiu o SNUC, foi sancionada pelo Presidente da República em 18 de julho de 2000, tendo sido regulamentada pelo Decreto Federal 4.340, de 22 de agosto de 2002. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC passou a estabelecer, a partir de então, critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação, unificando-se os conceitos e as regulações sobre as unidades que, durante longo período, funcionaram de maneira diversificada e desarticulada.

No entanto, é preciso acrescentar que não é sem dificuldades que está ocorrendo o processo de implantação deste sistema. Ao contrário, é bastante complexo, devido às dimensões do território nacional, à diversidade de conjunturas locais que envolvem as unidades em nível nacional e também pela própria história da legislação ambiental brasileira que relata uma substituição inumerável de leis e decretos, em grande parte desconhecidos da maioria da população e muito pouco respeitados por esta e outras razões. Além disso contribuiu para sua complexidade a forma em que se deu sua construção legal, de consulta à sociedade através de debates. A Lei do SNUC foi a primeira lei ambiental brasileira gerada em um período em que a sociedade estava lutando pela redemocratização de suas instituições e em que era grande o anseio de participação popular nos destinos da Nação. Certamente este foi o motivo central do longo tempo decorrente em sua tramitação, necessário para solucionar um acirrado processo de disputa e negociação entre concepções divergentes sobre as relações entre natureza e sociedade. Atores do movimento ambientalista que tiveram a oportunidade de se expressar e participar de todo este debate propunham modelos e estratégias diversos, o que fez com que ao final a lei apresentasse alguns aspectos de certa forma contraditórios e ambíguos.

Ressalta-se também que num determinado momento foi necessário que as discussões convergissem para a elaboração de um produto, ou seja, a lei que foi possível construir. É na tentativa de implantação deste documento legal que o debate continua, ora no enfrentamento das dificuldades ora na concretização das disputas. Essa dinâmica provavelmente resultará em uma revisão futura deste instrumento.

Em seu artigo 2º, a lei 9985 define como unidade de conservação: “o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais

⁴ A implantação de uma unidade de conservação diz respeito ao reconhecimento público de sua existência e a possibilidade de cumprimento de seus objetivos. Isto inclui a instalação dos equipamentos necessários, a contratação de pessoal e a execução de programas, bem como o respeito aos seus limites físicos.

relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. Estabelece que estas unidades sejam criadas por atos do Poder Público no momento em que este propõe um ordenamento das áreas protegidas no âmbito estadual, federal e municipal, assim como os objetivos de manejo de cada uma das categorias, para que os objetivos nacionais de conservação venham a ser alcançados.

Os objetivos do Sistema, descritos no corpo da Lei são: “contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; proteger características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico e proteger os recursos naturais necessários à subsistência das populações tradicionais, respeitando, valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as socialmente e economicamente.” (Lei 9985/00)

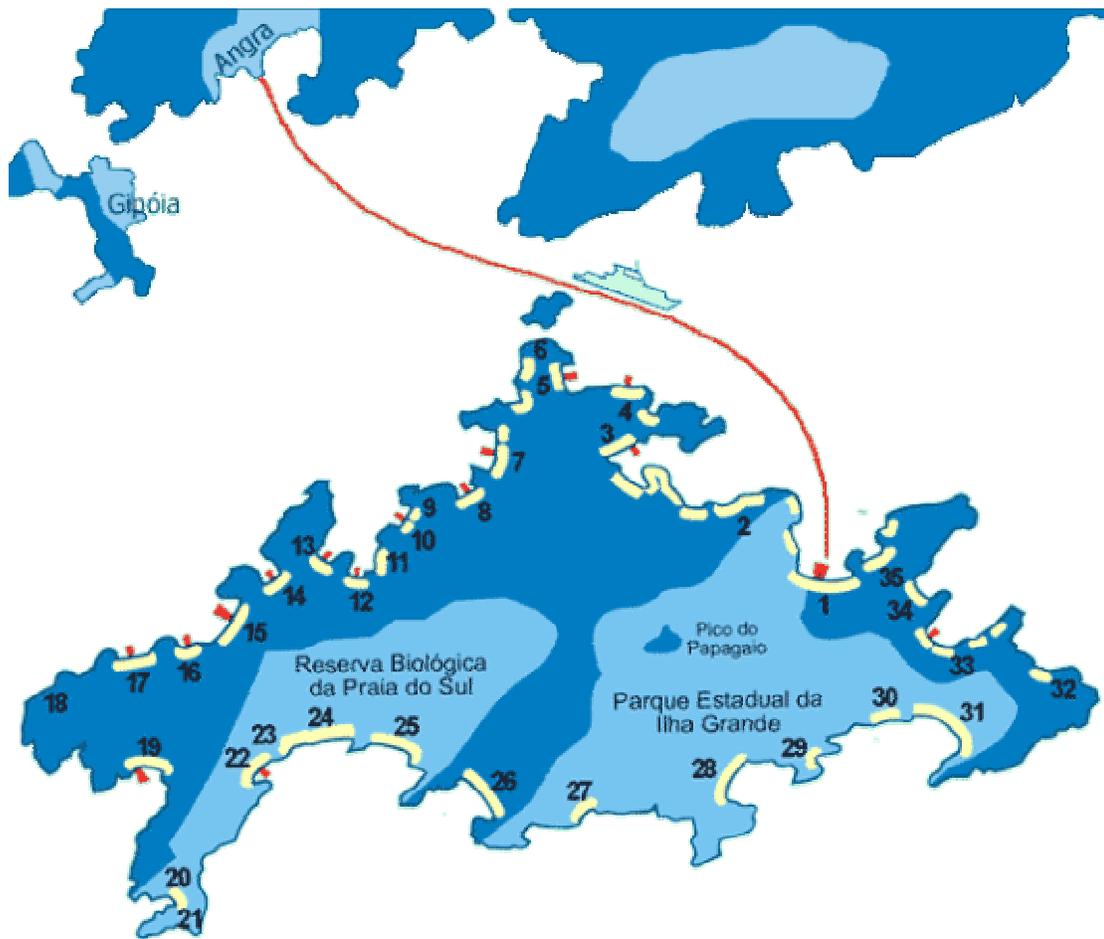
De acordo com os objetivos de manejo e tipos de uso, as unidades de conservação foram organizadas em dois tipos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O primeiro tipo tem como objetivo básico a preservação, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, aquele que não envolve o consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. Abrange as seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. O segundo tipo tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais e compreende: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Buscando sintetizar as diversas posições ambientalistas que estiveram presentes na construção da Lei do SNUC, a disputa se concentrou entre duas principais visões das unidades de conservação: uma que as percebe como áreas que devem ser resguardadas do uso humano para que possam ser conservadas suas características naturais e outra que as entende como uma construção eminentemente social, não podendo, portanto, ficar apartada das outras questões sociais. Saliento que o ponto central dos debates foi a presença humana em unidades de conservação, que será tratada no segundo capítulo desta dissertação. Este teria sido o cerne da polêmica, polarizando as opiniões tanto dos ambientalistas quanto dos demais formuladores (Sant’Anna, 2003).

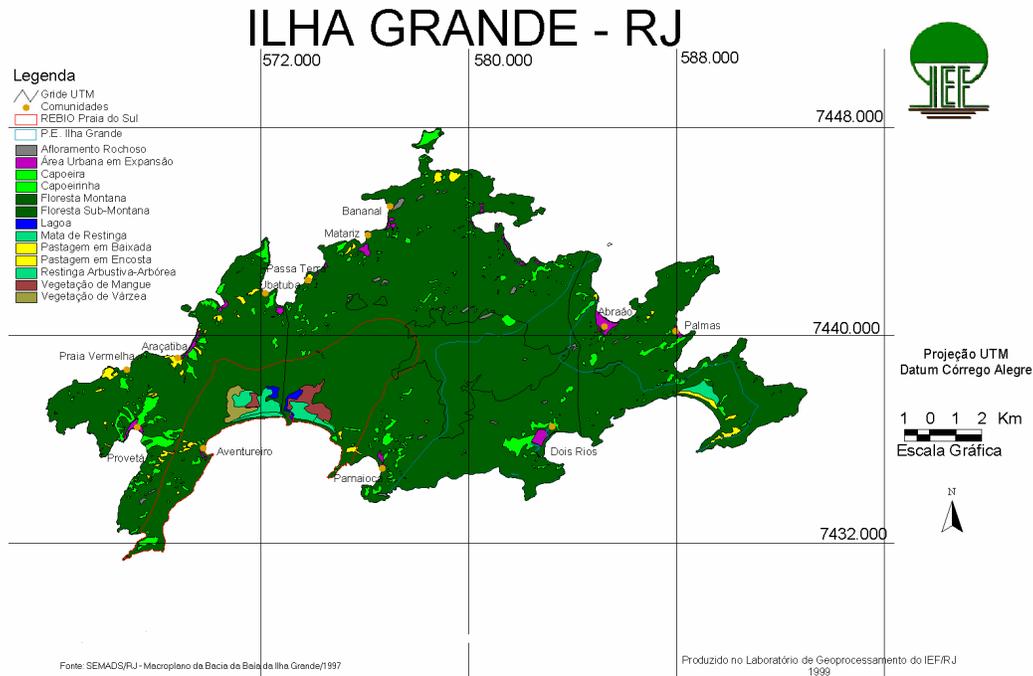
2.3 - A Ilha Grande e suas Unidades de Conservação:

Localizada na região Sul do Estado do Rio de Janeiro, na Baía do mesmo nome, a Ilha Grande pertence ao município de Angra dos Reis. É a maior ilha do estado,

com uma área de 193 km², possui relevo bastante acidentado e inúmeros picos, sendo o mais alto, o Pico da Pedra d'Água, com 1031 m, seguido pelo Pico do Papagaio, com 982 m.



Possui 106 praias, diversos cabos e enseadas. O clima da região é ameno, suas temperaturas variam entre 26,7° C e 20,1° C. No entanto, o índice pluviométrico anual é alto, cerca de 2302mm. Seu sistema hidrográfico é composto por numerosos cursos d'água que descem pelas montanhas, às custas dos quais as populações das diversas localidades da ilha se abastecem. É formado também por alguns rios de maior porte como Capivari, Matariz, Andorinha, Dois Rios e Córrego do Sul. Área de domínio da Mata Atlântica e ecossistemas marinhos associados, originalmente a Ilha deve ter sido coberta por densa floresta. No entanto, devido aos ciclos econômicos que por lá se desenvolveram através dos tempos, tais como o extrativismo de madeira, plantações de açúcar e café e até criação de gado, além de formas mais recentes de ocupação como o turismo, esta situação se alterou. O lado da Ilha voltado para o continente é o mais impactado antropicamente, pelo fato de suas águas serem abrigadas, facilitando o acesso e, fazendo mais antiga a sua colonização. A parte oceânica e as partes mais altas, em razão da inacessibilidade, conservaram sempre maior integridade de sua cobertura vegetal.



Com o objetivo principal de conservar suas florestas e proteger seus ecossistemas, desde a década de 1970 a ilha tem sido alvo de decretos e leis criando diversos tipos de Unidades de Conservação, alguns deles inclusive se sobrepondo. São elas:

- **Parque Estadual da Ilha Grande - Atualmente com 5600 ha foi criado em 1971, abrangendo inicialmente uma área de 100 000 ha e passando a ter 15 000 ha em 1973. Sua área atual foi constituída a partir de 1978, através de sucessivos decretos. O parque é administrado pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF.**
- **Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul- Criada em 1981, possui uma área de 3600 ha e é subordinada à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA.**
- **Área de Proteção Ambiental dos Tamoios – Subordinada à FEEMA, abrange uma área de 20 000 ha.**
- **Reserva Biológica da Ilha Grande- Criada por decreto de 1987, não é considerada nem pelos órgãos ambientais, na medida em que além de se sobrepor às outras Unidades de Conservação, está em total desacordo com a legislação, uma vez que esta determina não poder existir nenhum tipo de ocupação humana em uma Reserva Biológica.**
- **Parque Estadual Marinho do Aventureiro- Criado por decreto estadual em 1990, o parque abrange uma área de 1300 ha e é administrado pela FEEMA**

2.3.1 - A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e o Parque Estadual Marinho de Aventureiro:

Criada pelo Decreto Estadual nº 4972, de 2 de dezembro de 1981, a Reserva engloba terras à sudoeste da Ilha Grande, voltadas para o Oceano Atlântico. Reserva Biológica é uma das primeiras categorias de unidade de conservação existentes no Brasil. Segundo depoimento da ambientalista Maria Tereza Jorge Pádua para o livro “Saudade do Matão” (Urban, 1998), o termo reserva biológica apareceu pela primeira vez em 1965, no entanto, a Convenção para Proteção de Flora, Fauna e Belezas Cênicas dos Países da América, que é anterior, já havia usado este termo. Citada no Código Florestal de 1965 e depois na Lei de Proteção à Fauna, em 1967, as reservas biológicas eram definidas como áreas em que eram proibidas a utilização, a perseguição, a caça e a apanha ou mesmo a introdução de quaisquer espécimes de flora e de fauna, tanto silvestres quanto domésticas. Eram também proibidas quaisquer modificações do meio ambiente. Poderiam ocorrer atividades científicas desde que devidamente autorizadas pela autoridade competente.(Urban, 1998)

Hoje, após a aprovação e regulamentação do SNUC, seu conceito é o seguinte:

“Art 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta, ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais” (SNUC, 2000).

Antes do estudo que efetivamente deu origem à Reserva, já tinham sido feitas tentativas no sentido de se estabelecer uma reserva biológica ou uma estação ecológica nas praias do Sul e do Leste e arredores. Em 1978 foi sugerida a criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul no Relatório sobre a Situação Florestal da Região Programa do Litoral Sul, produzido pela Divisão de Avaliação e Orientação Ecológica- DIVEC – FEEMA. Ainda neste ano foi apresentada à Subcomissão de Parques e Reservas (Comissão de Preservação Ambiental) uma proposta para que o 1º Simpósio Nacional de Ecologia enviasse à SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente) uma recomendação sobre a instituição da Estação Ecológica das Praias do Sul e do Leste, por serem primitivas e não pertencentes ao Parque Estadual. A moção foi aprovada pelo plenário deste simpósio (Maciel et al, 1980).

Segundo técnico da FEEMA da época da criação da Reserva, a Ilha Grande foi então percorrida com o intuito de se estudar a possibilidade desta outra unidade de conservação no local. Por ser oceânica, a Ilha é patrimônio da União. Em sua opinião todos os títulos de propriedade dados pela Prefeitura seriam nulos. O que existe são aforamentos. Mediante o pagamento de uma taxa anual, consegue-se o direito de ocupar a área, de maneira semelhante a um aluguel. Desta forma, nada estaria regularizado legalmente, nem o Parque Estadual, o Parque Marinho, a Reserva, e nenhuma propriedade na Ilha. A única área realmente definida seria aquela em que estava o presídio, porque sendo este federal, quando o Governo Federal mudou-se para Brasília, todas as suas propriedades passaram ao Estado. Sendo assim, não era preciso considerar a questão de propriedade para se criar uma unidade de conservação no local. Através deste depoimento pode-se perceber que a confusão legal que ocorre na Ilha Grande atinge as próprias unidades de conservação e, portanto, em grande parte não interessa a ninguém que seja resolvida, sob o risco de por em questão sua legitimidade.

Com relação à criação da Reserva Biológica da Praia do Sul foi fator preponderante, segundo este mesmo técnico da FEEMA, a pressão exercida pelos interesses imobiliários em algumas áreas da Ilha Grande e pelo grande crescimento do turismo na região sul fluminense naquela época, principalmente após a abertura da rodovia BR – 101. Apesar do turismo na Ilha ser um tanto contido pela existência do atualmente extinto presídio de segurança máxima, os interesses turísticos e imobiliários já naquele momento reivindicavam a transferência do Instituto Penal Cândido Mendes para outro local, ou mesmo sua extinção, o que vinha provocando eco no governo estadual.

Em 1979, a EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo aprovou um projeto de ocupação turística e loteamento de parte da Praia do Sul. Foi inclusive aberto um caminho de dez metros de largura, que atravessava o cordão de restinga, provavelmente com o objetivo de fazer um levantamento topográfico, para depois proceder ao loteamento. O assunto foi estudado pela FEEMA e levado à CECA (Comissão Estadual de Controle Ambiental), na tentativa de controlar a especulação imobiliária. Além disso, o Plano de Ação Anual da FEEMA (PLANAF) de 1980 previu centenas de atividades a serem estudadas, visando solucionar problemas ambientais a curto, médio e longo prazos. Os projetos 09.0102.01 e 09.01.02.03, integrantes do PLANAF, tiveram como finalidade a preservação das Praias do Sul e do Leste na Ilha Grande, com a criação da Reserva Biológica, dando continuidade a uma meta do PLANAF de 1978. Foi feita, então, uma pesquisa detalhada sobre a caracterização dos ecossistemas da área e um levantamento dos seus componentes de flora e fauna (Maciel, et al, 1980).

Como justificativa máxima para a criação da Reserva foi afiançado tratar-se do “último conjunto de ecossistemas do litoral do Estado do Rio de Janeiro, a reunir restinga (praia, ante-duna, dunas fixas e alagados), manguezal, litoral rochoso e mata de encosta, com vegetação ainda em bom estado de preservação.” Foram também encontradas, durante os trabalhos de campo três jazidas pré-históricas para polimento de armas e ferramentas de pedra. (Maciel, et al, 1980)

No momento em que a equipe que estudava a possibilidade de uma outra unidade de conservação na Ilha chegou na área onde hoje se encontra a Reserva, o lugar, a seu ver, estava desabitado, a não ser em uma pequena faixa de areia - a praia do Aventureiro-, local habitado por cerca de 30 famílias não muito numerosas. Uma delas, descendente de um sargento da Força Expedicionária Brasileira-FEB, Antônio Osório, posseiro, foi a que acolheu a equipe exploradora. Esta família vivia quase que exclusivamente do plantio de mandioca e praticava também uma pequena pesca. A percepção deste grupo não considerou que muitas destas áreas tidas por eles como desabitadas poderiam fazer parte do espaço de vida dessa população (Diegues,1996).

Após a criação da Reserva, a FEEMA decidiu transferir os que lá moravam para Angra dos Reis, dado que em área de Reserva Biológica não é permitida a presença de habitantes. Segundo este ex-técnico da FEEMA a população foi entrevistada e noventa por cento das pessoas queriam ir embora de lá. Em sua avaliação, eles sofriam muito pela falta recursos, sem atendimento de saúde, expostos às condições do mar que, em algumas épocas do ano, dificulta o trânsito dos moradores para o continente. E de acordo com seu relato: “Quando já estava tudo acertado para esta transferência houve uma mudança dentro da FEEMA e passaram a ser outros os responsáveis pela Reserva. A nova equipe tinha uma outra orientação e defendia a permanência dos moradores no Aventureiro.” A partir de então foi elaborado o Plano Diretor da Reserva. Este plano,

aprovado pelo Conselho Superior da FEEMA, definiu outra área para a Reserva, em que Aventureiro ficaria de fora. No entanto, ele não chegou a ser implantado e os limites da unidade continuaram os mesmos da época de sua criação.

A área destinada à Reserva, embora em estado peculiar de conservação, tem como registro histórico antiga ocupação por atividade agro-pastoril, nos fins do século XIX e início do século XX. De acordo com o Atlas das Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Rio de Janeiro (SEMADS, 2001), existiram no local as fazendas Capivari, Grande, Cachoeira Grande, do Leste e do Fidélis, que ocupavam o anfiteatro das praias do Leste e do Sul, existindo ainda hoje ruínas destas fazendas no meio da mata. No entanto, pode-se encontrar remanescentes de mata primária, apesar de desfalcadas de madeiras de lei pela exploração madeireira. Hoje a área está desabitada, e já se encontrava assim em 1980, época da pesquisa da FEEMA que visava a criação da Reserva.

Os limites da unidade ainda continuam os mesmos da época de sua criação: da Ponta da Escada a Oeste até a Ponta de Tacunduba a Leste, sendo o ponto mais alto o Pico do Leste, com cerca de 920m de altitude, na Serra do Papagaio. Dentro de sua área encontra-se a praia do Aventureiro e os morros circundantes, onde vive há cerca de 150 anos (SEMADS-RJ, 2001; Wunder, 2000) uma população de agricultores e pescadores que, atualmente, tem vivido também do turismo. É curioso observar, que mesmo sendo proibida qualquer tipo de intervenção humana em reserva biológica, desde sua antiga conceituação, os seus criadores incluíram a Vila em sua área. Além disso, no estudo feito pela FEEMA em 1980, foram descritos os principais núcleos pesqueiros da Ilha e entre eles, o Aventureiro. Em outra pesquisa (FEEMA,1981), em que foi feito um levantamento sobre hidrografia, relevo e trilhas da Reserva, as informações foram coletadas com base na tradição oral da população do Aventureiro e foi constatado que os nomes de rios e morros eram associados aos nomes das pessoas, das famílias e também associados às roças que se distribuíam pela região, o que atesta a estreita ligação daquela população com seu meio ambiente. Estes fatos denotam que, apesar de todo o conhecimento sobre a população que ali vivia e sobre a sua intensa ligação com o ambiente, a concepção de natureza e conservação que informou a criação da Reserva tornou esta população invisível em seu projeto.



A paisagem hoje vista como intocada, e a mata que para os leigos aparenta ser primária, guardam vestígios de sucessivas e antigas populações que ali viveram, tendo por último sido palco de atividade agro-pastoril no final do século XIX e no início do século XX.

Praias do Leste e do Sul

Com o Plano Diretor da Reserva, houve uma mudança neste enfoque, até mesmo porque ele incorporou elementos levantados pelo trabalho *O Povo do Aventureiro* (Vilaça e Maia, 1988) que, além de tornar visível esta população, advogou pela transformação da área do Aventureiro em APA (Área de Proteção Ambiental) do Aventureiro. Embora esta discussão seja ainda muito presente no local, tendo em vista que os moradores têm a expectativa de que o Aventureiro deixe de fazer parte da Reserva, até o presente momento a área continua a fazer parte da mesma.



Um dos objetivos do Parque, subjacente ao decreto de criação, parece ser, observando o mapa ao lado, a complementação da proteção à Reserva, pois sua área corresponde exatamente à parte marítima adjacente.

O Parque foi criado pelo Decreto Estadual Nº 15 983, de 27 de novembro de 1990. De acordo com este decreto, a partir de então ficaram vedadas a exploração dos recursos naturais, especialmente a pesca, e qualquer “atividade potencialmente poluidora”. São permitidas, sob o controle da FEEMA, a pesca artesanal, atividades de pesquisa científica, turismo ecológico e educação ambiental. Sua área compreende a parte marítima de 5 milhas náuticas que margeiam a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul. Seu nome faz referência ao núcleo populacional de pescadores lá existente. Nele incluem-se a zona de marés e a desembocadura dos rios, e engloba todo o volume de mar do espelho d’água daquela reentrância natural da ilha, bem como os meios físicos e bióticos existentes da superfície até o fundo do mar, segundo o Atlas das Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Rio de Janeiro (SEMADS-RJ, 2001). Ainda segundo este Atlas, o Parque foi criado com o objetivo de preservar atributos excepcionais da natureza, compatibilizando-os com usos voltados para educação ambiental, recreação, turismo ecológico e pesquisa científica. Seus limites são: a partir da Ponta do Drago, prosseguindo pela linha do preamar média de 1831, no sentido nordeste, pela linha de costa, até encontrar a Ponta do Aventureiro. Desse ponto prossegue em sentido horário até o ponto mais a sudoeste da Ponta de Tacunduba, incluindo costões rochosos, matacões e a elevação existente na desembocadura das lagoas do Leste e do Sul e as praias do Aventureiro, Demo, Sul e Leste (Decreto Estadual Nº 15 983, 27/11/90).

Entende-se que a criação do Parque tenha como uma das finalidades complementar a proteção da Reserva, regulando também as atividades marítimas adjacentes. Todavia, cabe observar que a legislação do Parque, na medida em que prevê a pesca artesanal e o turismo ecológico, entra em conflito com a legislação da Reserva. A pesca artesanal, permitida pelo decreto de criação do Parque, supõe a existência de uma população radicada na região que possua esse elemento em sua cultura, o que não é permitido pela

Reserva. Além disso, o turismo ecológico, modalidade turística com ênfase nos recursos naturais preservados, que prevê atividades planejadas visando a conservação destes recursos, e que é também previsto para o Parque, certamente não se sustentaria somente em área marinha. Seria necessário que fossem estabelecidas infra-estrutura e atividades também em terra. Portanto, a delimitação de fronteiras do Parque entra em choque com a imposta pela Reserva, já que necessariamente o que ocorre no mar tem continuidade com o que acontece em terra.

É possível concluir, portanto, tomando por base o que foi exposto neste capítulo, que a criação destas duas unidades de conservação foi informada por conceitos ambientalistas biocêntricos, em que se consideram as áreas de Proteção Integral como as mais importantes para a conservação, e em que se exclui a presença de moradores, delegando ao Estado a total responsabilidade por sua criação e gestão. Desta forma, estava prevista a retirada dos moradores do Aventureiro da Reserva. Posteriormente, com a aproximação de uma visão ambientalista mais preocupada com as questões sociais, instaurou-se uma disputa de percepções sobre a área dentro do próprio órgão, o que resultou na permanência da população no local.

3. CAPÍTULO II – ÁREAS PROTEGIDAS E POPULAÇÕES HUMANAS

3.1 – O debate no mundo e o impasse no Brasil:

Uma das principais dificuldades que as unidades de conservação tem enfrentado através de sua história é a relação de sua administração com as populações humanas que vivem em seu interior ou em seu entorno. O termo “áreas protegidas” explicita a concepção de conservação ambiental presente neste modelo. Está aí suposto que a ação da sociedade sobre a natureza física e biológica é necessariamente destrutiva e de que é através da reserva e proteção de pedaços desta natureza que se poderá manter uma parte do mundo em seu aspecto original para pesquisas, banco genético, proteção dos recursos hídricos ou desfrute das populações urbanizadas. Portanto, o papel dos órgãos ambientais responsáveis por elas tem sido o de controlar e em alguns casos tentar impedir os usos sociais demandados por estas populações moradoras ou vizinhas.

A partir das décadas de 1960 e 1970, começaram a ser discutidas pelas organizações ambientalistas internacionais questões referentes à presença humana em áreas protegidas e a ser questionada a expulsão destes grupos, prática considerada obrigatória até então. Particularmente importante, neste sentido, foi o Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, em Bali, na Indonésia, quando, segundo relata Diegues (1996), recomendou-se que os responsáveis pelas áreas protegidas utilizassem em seu planejamento e manejo os conhecimentos destas comunidades e que as decisões fossem tomadas em conjunto com elas.

Na década de 1980, o debate sobre populações e conservação ambiental já tinha avançado bastante no mundo, caracterizando-se como um tema recorrente nos Congressos Mundiais de Parques Nacionais. Este debate concentrava-se na crítica à expulsão das chamadas “populações tradicionais” das unidades de conservação, no reconhecimento de uma relação destes povos com seus ecossistemas diferenciada da urbano-industrial e na necessidade de sua participação no controle e no uso dos recursos naturais. Em 1992, o IV Congresso Mundial de Parques, em Caracas, teve como título “Povos e Parques”. Neste Congresso ficou patente a preocupação com o respeito às “populações tradicionais”, vistas como detentoras de grande conhecimento de seus ecossistemas e participante de sua conservação. Outra grande preocupação deste Congresso foi a de convencer estas populações de que as áreas protegidas poderiam lhes trazer benefícios, ao mesmo tempo em que era importante a sua participação no projeto de conservação. Desta forma, foi sugerido que estas fossem incorporadas a projetos de desenvolvimento rural em zonas-tampão, regiões nos limites das unidades que teriam a função de diminuir os impactos sobre elas (Diegues, 1996).

No Brasil, no entanto, estas idéias chegaram com um certo atraso e com uma certa dificuldade. A implantação do modelo econômico conhecido como “Milagre Brasileiro”, na década de 1970, desencadeou um crescimento rápido da economia brasileira, com o incentivo à industrialização a qualquer preço e à criação de mega-projetos, como por exemplo, os centros petroquímicos. A chamada “Revolução Verde”, em curso desde a década de 1960, implantou a modernização da agricultura e incentivou a produção em larga escala de maquinários e insumos químicos agrícolas, além de ter propiciado uma imensa concentração de terra e renda em todo o país. Estes processos provocaram enormes impactos ambientais e sociais no Brasil.

Como uma espécie de contrapartida a estes impactos, foi no período de 1970 a 1986, durante o regime militar, que foi criada a maioria das Unidades de Conservação hoje existentes no país. Na opinião de Maria Tereza Jorge Pádua⁵, um dos motivos do interesse dos militares na criação das áreas protegidas era o de que “defender uma área, cercar uma área contra os inimigos, é um raciocínio militar.” (Urban, 1998, p.148) Este fato, provavelmente influenciou a forma autoritária pela qual estas unidades foram criadas, sem a participação das populações envolvidas nem da sociedade em geral neste processo.

A redemocratização do país, que teve início na década de 1980, e a entrada em cena dos movimentos sociais contribuíram para o questionamento deste modelo e para a compreensão, por diversos setores da sociedade, da existência de diferentes formas de organização social e territorial. Grande importância para isto teve a participação dos seringueiros na construção de um espaço político no cenário nacional. Como relata Little (2002), a partir da realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, em Brasília, suas reivindicações territoriais resultaram na formulação de políticas públicas territoriais e no apoio de diversos setores da sociedade civil internacional, culminando em duas conquistas importantes: o estabelecimento dos Projetos de Assentamento Extrativista, dentro da política de reforma agrária do INCRA, em 1987, e a criação da modalidade das Reservas Extrativistas dentro da política ambiental do país, em 1989. Da mesma forma, como resultado dos movimentos sociais e das lutas políticas em busca de afirmação de seu espaço social, tanto os remanescentes das comunidades de quilombos quanto os povos indígenas conseguiram reconhecimento de seus territórios pela Constituição de 1988. Durante todo este período, apesar de existirem no país vozes contrárias, o modelo de unidades de conservação que não leva em consideração as populações que vivem nas áreas antes da implantação da unidade ainda é o hegemônico. No SNUC, as unidades do tipo “Proteção Integral” ainda proibem claramente a presença de moradores em seu interior.

Parece haver, no entanto, aspectos contraditórios no discurso e na prática das instituições governamentais quanto a esta questão. Hoje, já se reconhece a importância de incluir as populações locais no projeto de conservação das áreas, como é afirmado no documento *Bases, Princípios e Diretrizes*, do IBAMA: “atualmente tem-se definido ser imprescindível o apoio da sociedade em geral e das populações vizinhas em particular, para assegurar a proteção a longo prazo dos recursos naturais...” Todavia isto é descrito somente para zonas vizinhas ou do entorno e nunca para populações que vivem no interior das unidades. No entanto, na maioria esmagadora dos casos, a unidade é que foi criada incluindo a área de uma população nativa. Estes aspectos contraditórios a que me refiro devem-se provavelmente às divergências de posições sobre a própria idéia de conservação da natureza e sobre o papel das unidades de conservação no interior das instituições.

Foi principalmente com as contribuições trazidas do Congresso Mundial de Parques, em 1992, em Caracas, que este debate tomou maior importância no Brasil, embora tenha sido criado ainda em fevereiro de 1992 o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT, dentro do IBAMA. A finalidade da

⁵ Uma das primeiras funcionárias do extinto IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) que lá trabalhou por catorze anos, juntamente com Alceo Magnanini, organizou a área de conservação deste órgão, criando grande parte das unidades de conservação brasileiras.

criação deste centro foi promover a elaboração, a implantação e a implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas por estas populações através de suas entidades representativas e/ou indiretamente, através de órgãos governamentais constituídos para estes fins ou ainda por meio de organizações não governamentais. Na página do IBAMA, na Internet, há um item sobre o CNPT que se refere às dificuldades enfrentadas para a sua implementação. Este teria sido rejeitado por alguns setores do próprio órgão que não compreendiam sua função. O texto relata ainda que foi difícil para o CNPT se estabelecer como setor do IBAMA devido a uma dificuldade da instituição em lidar com questões sociais. É possível depreender daí disputas por hegemonia entre concepções diferenciadas sobre as relações entre natureza e sociedade, e meio ambiente e conservação, que permeiam o pensamento ambientalista, como descritas no capítulo anterior, dentro dos próprios aparelhos de Estado; disputas estas que parecem estar longe de serem resolvidas .

O intenso processo de discussão sobre este tema, que ocorreu durante a tramitação da lei do SNUC, demonstra o quanto esta questão está colocada no universo do ambientalismo brasileiro e o tamanho do impasse que ainda vivemos. Apesar disso, a presença das populações consideradas tradicionais nas unidades tem sido tratada de forma mais cuidadosa pelos órgãos ambientais porque, segundo a legislação do SNUC, para que estas sejam removidas de suas áreas é preciso que seja possível realocá-las em locais semelhantes. Na maioria dos casos, estes locais são também unidades de conservação. Sendo assim, muitos grupos têm permanecido dentro das unidades, tendo entretanto restritas suas práticas culturais de uso dos recursos naturais, o que dificulta e às vezes inviabiliza sua permanência na área.

3.2 – “Populações tradicionais”:

Neste contexto, a noção de “populações tradicionais” faz-se importante, pois são as populações assim consideradas os principais personagens destas disputas e as únicas que têm reconhecido por setores do ambientalismo algum direito sobre estas áreas. Os moradores do Aventureiro, por exemplo, de certa forma, permanecem no local por serem considerados “população tradicional”.

Na concepção originalmente apresentada na lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e que foi vetada na versão final e aprovada (lei 9.985 de julho de 2000), “população tradicional” era definida como: “grupos humanos, culturalmente diferenciados, vivendo há no mínimo três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável” (SNUC, Projeto de Lei nº 2.892 de 1999).

Segundo Sant’Anna (2003), “a preocupação com a terminologia apropriada e definições sobre esta questão se estendeu até o momento em que a lei foi sancionada pelo presidente, momento em que a definição de ‘populações tradicionais’ foi vetada”. Este veto fez parte de um interessante processo de discussões a respeito desta noção que se desenrolou nos diversos âmbitos percorridos pelo projeto de lei. A dificuldade de definir o conceito voltava-se para o propósito de não cometer injustiças, excluindo grupos pertinentes ou incluindo indevidamente outros grupos. Mostravam-se problemáticos certos elementos da definição proposta, como por exemplo, a expressão “culturalmente

diferenciados” que, no entender de alguns participantes do debate, poderia sugerir uma idéia de “cultura primitiva ou atrasada”. Outra crítica de relevo nesta polêmica referiu-se ao emprego do termo tradicional que, segundo as argumentações elaboradas, implicava a adoção da noção de tempo e espaço para determinar a tradicionalidade do grupo, fazendo com que não se aplicasse, portanto, a todos os grupos que a lei pretendia atingir. Outro argumento neste sentido foi de que tradicional, no caso, estaria referido ao estilo de vida destas populações que, além de carregar um sentido pejorativo, era uma categoria construída pelos atores externos e não pelos membros dos próprios grupos (Sant’Anna, 2003).

Tantas divergências e dificuldades em relação a noção fizeram com que antropólogos, ambientalistas, parlamentares, entre outros representantes da sociedade civil negociassem o veto da definição propondo, em troca, que ela fosse elaborada caso a caso, na utilização prática da lei (Sant’Anna, 2003). Apesar de vetado o inciso e de não restar nenhum tipo de esclarecimento sobre esta noção, a lei continuou, no entanto, a tratar de assuntos referentes a estas populações. Por exemplo, no Art. 4º, inciso XIII, é descrito como sendo um dos objetivos do SNUC “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de ‘populações tradicionais’, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”. No Art. 5º, inciso X, uma de suas diretrizes é garantir às “populações tradicionais”, “cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação, meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos”.

Esta categoria parece estar, portanto, relacionada à defesa de direitos de populações aos seus territórios. A identidade do indígena no Brasil é definida de forma mais clara do que aquela das “comunidades tradicionais” não indígenas, na opinião de Diegues (2001). Por outro lado, o reconhecimento desta identidade coexiste com intenso debate a respeito do significado dos termos populações “nativas”, “tribais”, “indígenas” e “tradicionais” utilizados internacionalmente. O termo *indigenous*, usado em muitos documentos oficiais da União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN e do Banco Mundial, não quer dizer propriamente indígena, mas tem o sentido de povos nativos. A noção diz respeito aos povos que demonstram ligação intensa com seus territórios ancestrais, conhecimento aprofundado sobre a natureza e seus ciclos e recursos, que dão grande importância à família e às relações de parentesco ou compadrio, que se distinguem pela importância dada às simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas e pela tecnologia utilizada, relativamente simples e de impacto limitado, que possuem linguagem muitas vezes diferente da oficial e instituições sociais e políticas “tradicionais” além de um sistema de produção voltado principalmente para a subsistência (Diegues, 2001). Esse mesmo autor define “comunidades tradicionais” como sendo aquelas que “estão relacionadas a um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariada. Nela, produtores independentes, estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, estas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis” (Diegues, 1996).

Alguns problemas podem ainda ser apontados em relação ao conceito de “populações tradicionais”: em primeiro lugar a dificuldade na delimitação do que as diferencia de

outras sociedades. Como saber até que ponto uma sociedade inclui-se na listagem de atributos para a classificação de ser ou não tradicional? Quantos desses atributos são necessários para poder ser assim classificada? Além deste aspecto, essa noção pressupõe a idéia de uma sociedade estática, congelada em determinados padrões, não observando o aspecto dinâmico da reprodução sociocultural. Como observa Zanoni (2000), tratar essas populações como “tradicionalistas” pode ser importante para mostrar que são povoadoras de longa data da região onde vivem e por legitimar sua permanência nas áreas protegidas. No entanto, em seu ponto de vista, essa noção gera também ambigüidades que podem prejudicar a compreensão das dinâmicas históricas que produzem, reproduzem e transformam seus modos de vida. Além disso, a noção de tradicional, como adjetivo de populações moradoras de uma região, pode implicar em uma tendência à uniformização de grupos heterogêneos, dificultando a apreensão de sua historicidade.

Sardan (1995), ao descrever os estereótipos comuns à visão dos agentes de desenvolvimento sobre as comunidades camponesas, demonstra como as sociedades ocidentais carregam idéias preconcebidas das sociedades ditas tradicionais, enclausurando-as em uma visão do tradicional como atemporal, como imune à mudança, à adaptação e à transformação que são, sob o seu ponto de vista, a regra. Já Diegues (2001) lembra que, a rigor, todas as culturas têm sua tradição e que tipologias baseadas em um conjunto de traços culturais empíricos são simplificadoras, não percebendo estas sociedades como fluxos socioculturais dinâmicos em permanente transformação.

É possível concluir que devido aos embates ambientalistas a respeito dos direitos das populações às suas áreas, em que tem prevalecido uma perspectiva biocêntrica que invalida estes direitos, tem sido ainda necessária a utilização desta noção com uma dimensão política. Esta teria o objetivo defender este direito ao território construindo uma aproximação entre as idéias de sociedade e natureza. Devido à sua relação de intensa ligação e dependência da natureza, estas populações estariam mais próximas a ela do que a sociedade abrangente. É provavelmente por este motivo que, apesar das contradições apontadas não serem desconhecidas daqueles mesmos que dela fazem uso, esta noção continua a ser utilizada e naturalizada no discurso ambientalista.

Para Little (2002), a primeira questão em relação à noção de “povos tradicionais”, como prefere ele, é saber se tem fundamento empírico. Exige para isso que seja enfocada sob a dimensão fundiária. É neste campo que ela faria sentido. Para ele, a razão histórica destes povos, o regime de propriedade comum e o sentido de pertencimento ao lugar, guardados na memória coletiva desses grupos e que se contrapõe à razão instrumental do Estado, que determina as áreas a serem protegidas, é que aponta as semelhanças entre grupos tão diferenciados que podem ser incluídos nesta categoria. Ressalta, porém, que as semelhanças neste campo não obrigam que elas existam em outros planos da prática sociocultural como o religioso, o identitário, o cosmológico, o lingüístico, etc. Um outro elemento em defesa dessa noção, para Little, é sua sociogênese e seus usos políticos e sociais. No contexto ambientalista, a idéia de “povos tradicionais” teria surgido a partir da necessidade dos preservacionistas em lidar com os grupos sociais residentes em unidades de conservação de proteção integral e também serviu como forma de aproximação dos socioambientalistas e os grupos que historicamente

mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, gerando formas de gestão do território.

Penso que esta noção relaciona-se com três principais questões: a primeira está no campo do direito e diz respeito ao direito que estas populações tem ao seu habitat. Este não está inscrito na lógica da territorialidade do Estado-nação que reconhece apenas duas categorias básicas no regime de propriedade: a de terras privadas e a de terras públicas. Como diz Little (2002, p.7), “As terras privadas são presididas pela lógica capitalista e individualista, segundo a qual o dono consegue o direito do controle exclusivo sobre a parcela que lhe pertence, da sua exploração para fins econômicos, de vendê-la e de reivindicar a propriedade se ela estiver injustamente em poder de outro (...) a noção de terras públicas, por outro lado, é associada com o controle de terra por parte do Estado.” Já o direito que estas populações têm sobre estes territórios inscreve-se no campo das leis consuetudinárias que, segundo o mesmo autor, raras vezes são reconhecidas e respeitadas pelo Estado. Suspeito que seja este um dos principais motivos da invisibilidade das roças do Aventureiro para os que advogaram a criação da Reserva Biológica da Praia do Sul com os limites que foram definidos.

A segunda questão implicada é sobre o tipo de relação que estas populações estabelecem com seu ambiente que nem sempre é compreendido por quem vê o mundo através das lentes do pensamento moderno, racional, científico e burocrático. Pode-se identificar nestas populações diferenças profundas no modo de se relacionar com o considerado mundo natural em comparação com a percepção da sociedade moderna. Por exemplo, nelas não é tão marcada a cisão entre o que é natural e o que é social, na medida em que o mundo não humano está intimamente ligado ao mundo humano e que é a partir da percepção que o homem tem dele que é capaz de perceber o seu próprio mundo e vice-versa (Descola, 2000). Ainda segundo este autor, para estas sociedades a natureza não é uma instância transcendente, mas “sujeito de uma relação social”, porém não é suficiente mostrar que uma tal oposição é inexistente nestas sociedades. Para ele, a crítica da oposição entre natureza e cultura implica um amplo remanejamento dos conceitos empregados para pensar as relações entre os objetos naturais e os seres sociais. “*Il faut pouvoir l'intégrer dans un nouveau champ analytique au sein duquel le naturalisme moderne, loin de constituer l'etalon permettant de juger des cultures distantes dans les temps ou dans l'espace, ne serait que l'une des expressions possibles...*”⁶ (Descola, 2000, p. 70).

Provavelmente a falta de compreensão desta forma diferenciada de se relacionar com o “ambiente natural” esteja na raiz da intolerância com o modo de vida destas populações e da não percepção de que ele possa ser incluído nos projetos conservacionistas. No Aventureiro, a criação da Reserva Biológica não foi precedida de discussões com a população que lá estava. Ao contrário, a unidade de conservação partiu de uma idealização do ambiente biofísico, sendo a área percebida como preservada por si mesma, sem inclusão da perspectiva de que a relação da população com ela poderia estar contribuindo para a sua conservação. E desta forma foi planejada sua exclusão do

⁶ Tradução livre: “É preciso poder integra-la em um novo campo analítico no seio do qual o naturalismo moderno, longe de constituir um padrão de julgamento das culturas distantes no tempo ou no espaço, não seja mais que uma das expressões possíveis...”

processo. Seria necessário, portanto, despir-se dos pré-conceitos para poder entender esta relação e ser possível trabalhar com ela. Para Godelier, ao se pôr em prática uma intervenção que envolva os aspectos naturais e sociais de uma determinada sociedade é preciso analisar o sistema de representações que os indivíduos e grupos fazem de seu meio ambiente, porque é a partir dessas representações que eles agem sobre ele. O meio ambiente tem sempre uma dimensão imaginária, como por exemplo, é “a morada de poderes sobrenaturais que controlam as condições de reprodução da natureza e da sociedade.” (Godelier,1984)

A terceira questão que se coloca, a meu ver, diz respeito à relação destas populações com a conservação da biodiversidade, atualmente um dos principais objetivos das unidades de conservação. A razão pela qual se formulou o modelo de áreas naturais sem a presença humana é a suposição de que esta seja incompatível com a proteção da biodiversidade. No entanto, alguns estudos, sobretudo os relacionados à etnoconservação⁷, defendem a idéia de que a manutenção e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais estão relacionados com as práticas tradicionais da agricultura itinerante das populações que lá vivem.

“A regeneração da floresta úmida, parece ser, em parte, conseqüência das atividades do homem primitivo” (Diegues, 2001, p.21). O autor, citando conclusões de Gómez-Pompa, afirma que muitas espécies encontradas na “mata primária” são, na verdade, resultado de plantas domesticadas pelo homem no passado. Muitas áreas consideradas intocadas são um mosaico de floresta primária com outras áreas cobertas por sucessão vegetal em diversos estágios. Este fator favoreceria consideravelmente a variabilidade de espécies e provavelmente sua especificação. Enfocando esta questão, uma pesquisa sobre o Aventureiro (Oliveira e Lima,1994), que estudou a roça caiçara, descreve que esta baseava-se em um sistema de derrubada da mata-queima-plantio- pousio, denominado coivara. Oliveira e Lima (1994) contam que após a derrubada da mata e da queima, seguia-se o plantio que, em Aventureiro, era substancialmente de mandioca, mesclada com outros produtos, como feijão, milho, inhame, guandu, abóbora, arroz de sequeiro, mamão, melancia, batata, entre outros. A roça era complementada por produtos de consumo secundário, como o cará-do-ar, e por espécies invasoras comestíveis como o caruru e a taioba. Após três anos de plantio, com a redução da produtividade decorrente do empobrecimento do solo, a área era abandonada por cerca de dez anos. Ocorria então uma sucessão ecológica, levando ao aparecimento de uma capoeira que processava a recuperação do solo exaurido. Esta capoeira, ao final do pousio, podia ser derrubada e queimada, para dar origem a um novo plantio. Os autores ressaltam que aparentemente este era um sistema caótico, no entanto, reproduzia em escala reduzida a própria diversidade de espécies da floresta, contribuindo para o controle de pragas.

Na terra, em pousio, era feita uma seleção de espécies úteis pela comunidade, tanto para suas próprias necessidades (plantas medicinais, tintoriais ou condimentares), como para a recuperação do solo, como o cobi, uma leguminosa que desempenha importante papel na fixação do nitrogênio, portanto, fundamental nas fases iniciais da sucessão ecológica.

⁷ Campo científico baseado na etnobiodiversidade, isto é, a riqueza da natureza da qual também participa o homem, nomeando-a, classificando-a e domesticando-a. Nesta perspectiva, a biodiversidade pertence tanto ao domínio natural, como ao cultural, mas é a cultura, como conhecimento, que permite às *populações tradicionais* entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, retirar espécies e colocar outras, enriquecendo-a, com freqüência (Diegues, 2001).

Parece, segundo este estudo, que na baía da Ilha Grande a população costumava introduzir esta planta nos locais em que ela não ocorria espontaneamente. Para eles, entretanto, interessava tê-la nas proximidades de suas casas, pois seus galhos secos eram utilizados como lenha e sua casca prestava-se à tintura de redes de pesca.

A recuperação da floresta era bastante eficiente durante o pousio. Para funcionar bem, no entanto, o método pressupõe o respeito a certas regras relacionadas à frequência das queimadas. Em alguns pontos do Aventureiro, existem terrenos extremamente degradados, dominados pelo sapê e pelo alecrim, em virtude da utilização inadequada do fogo. Nessas áreas, nem a biomassa nem o número de espécies aumentam com o tempo, caracterizando-se como uma “sucessão desviada”, com a formação de uma comunidade final composta por espécies resistentes ao fogo. Os autores, no entanto, listam como prova de eficiência e de sustentabilidade das roças neste sistema, o fato de que as terras a montante da Vila do Aventureiro vêm sendo usadas há mais de 150 anos, sem que ocorra colapso na ciclagem de nutrientes. Além disso, os nutrientes perdidos são repostos sem utilização de adubos fósseis; o controle de pragas não utiliza agrotóxicos e os processos erosivos são minimizados. Seria inerente a esta prática um controle permanente da taxa de biodiversidade. Os conceitos de “terra braba” e “terra mansa”, utilizados pelos agricultores, demonstrariam este controle. A “terra braba” é uma capoeira que com a idade ganha aparência de floresta, apresentando alta diversidade e grande biomassa, o que dificulta o manejo. “Terra mansa” é aquela resultante de um cultivo que tem obedecido aos ciclos da roça caiçara e que, portanto, possui um manejo facilitado. Este sistema só pode funcionar, como advertem os autores, vinculado a uma baixa densidade demográfica, com terras disponíveis para o pousio.

Penso que no Aventureiro o sistema pode estar sendo alterado, em relação ao que foi descrito na pesquisa citada, por diversos fatores. O pousio não tem mais sido feito como manda a técnica tradicional, em primeiro lugar por causa da redução das terras para plantio (devido à legislação da Reserva, o controle sobre a expansão agrícola é grande). Por outro lado, não é possível deixar a capoeira crescer demais, para evitar que esta não fique caracterizada como floresta e, desse modo, não seja possível derrubá-la.

Em razão do número de agricultores ter diminuído sensivelmente nos dias atuais, o sistema não está totalmente prejudicado. Todavia, um outro fator interfere na regulação das terras para o plantio: o crescimento da população por casamento e formação de novas famílias, o que demanda espaço para construções, além da disputa de terras para camping, fator relacionado ao turismo que tem se implantado no local.

Esta pesquisa nos mostra que, contrariando o entendimento dos técnicos da FEEMA que idealizaram a existência da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul considerando a população do Aventureiro como um empecilho para a conservação, um outro grupo dentro do próprio órgão advogou a sustentabilidade da roça caiçara, apresentando, dessa forma, uma visão bastante diferenciada, não só da sociedade na sua relação com o dito “mundo natural”, como também das propostas para a sua conservação. Esta segunda visão procura incluir os habitantes do Aventureiro no projeto de conservação, pois percebe as práticas tradicionais deste grupo como tendo, em si mesmas, um caráter conservacionista.

3.3 – “Caiçara”, uma identidade atribuída:

Os moradores do Aventureiro são considerados pelos ambientalistas, governamentais ou não, principalmente os identificados com o pensamento sócio-ambientalista, como a mais “tradicional” “população caiçara” do Estado do Rio de Janeiro, remanescente das que teriam habitado amplas faixas litorâneas no passado. Sendo assim, a identidade “caiçara” caracteriza-se como uma categoria atribuída a estes habitantes por agentes externos ao Aventureiro, da qual possivelmente tomaram conhecimento a partir da intensificação dos contatos com os ambientalistas, desde a criação da Reserva Biológica. São conhecidas como “populações caiçaras” aquelas que viviam no litoral brasileiro desde o Rio de Janeiro até o norte de Santa Catarina, constituídas por mestiços de indígenas, brancos e negros, e que são associadas à agricultura itinerante, à pesca artesanal e ao extrativismo vegetal.

Cristina Adams, em “Caiçaras na Mata Atlântica” (2000), localiza a origem da palavra caiçara no tupi-guarani, significando homem do litoral. Teria primeiramente designado as estacas que rodeavam as aldeias e também o curral de galhos fincados na água para capturar os peixes. Mais tarde, foi usado para denominar as palhoças feitas na praia para guardar canoas, depois para identificar os moradores de Cananéia, em São Paulo, daí passando a nomear todos os indivíduos das comunidades do litoral desde o Paraná (ou o norte de Santa Catarina) até o Rio de Janeiro. A autora indica que há uma polêmica sobre a “cultura caiçara”. Enquanto alguns autores como Silva (1993) consideram-na como uma sub-cultura da cultura caipira, outros, como Luchiari (s.d.), acreditam que “caiçaras e caipiras possuem identidades próprias, com um tipo de vida e uma cultura que lhes são característicos” (Adams, 2000, p.105). Diz, ainda, que Setti (1985) observou que o habitante de Ubatuba “se percebe como caiçara na medida em que é assim designado, mas não se autodefine como tal” (Adams, 2000). Costa (2004) destaca, também, que o termo caiçara não se constitui em uma categoria nativa do Aventureiro, pois os habitantes locais costumam se autodenominar como “filhos do Aventureiro”.

Segundo Adams (2000), tendo sido o litoral a primeira área brasileira de povoamento, existiriam elementos culturais comuns em toda a população costeira, decorrentes de influências semelhantes na sedimentação de suas bases culturais. Estas populações, oriundas da miscigenação do branco português com o indígena, deu origem a um contingente de mamelucos, que, mais tarde, misturou-se também com o elemento negro, trazido ao Brasil pela prática escravista. Assim, costumes e elementos característicos dos grupos indígenas tupi-guarani foram, desde o início, mesclando-se à cultura portuguesa. A ela incorporam-se a mandioca, o milho, os feijões, a abóbora, o amendoim entre outros produtos. Muitas frutas nativas como a banana, a goiaba, o caju, o maracujá passaram a fazer parte de sua dieta. Além disso, adotaram também a caça e a pesca como fonte de proteína. Diversos instrumentos e técnicas indígenas foram se integrando a sua cultura, tal como o sistema indígena de plantio (roça itinerante e baseada na queimada e no pousio), a plantação de mandioca, a produção de farinha, as culturas consorciadas com a mandioca, o tipiti (cesto de timbopeva flexível, utilizado para espremer a mandioca ralada), o uso e a técnica de fabricação de canoas, métodos e técnicas de pesca, de fabricação de redes, entre muitos outros. Da mesma forma, a alimentação dos indígenas passou a incorporar elementos trazidos pelos portugueses como o trigo, o arroz branco, a batata inglesa, alguns outros legumes por eles desconhecidos.

Arruda (2000) observa a influência indígena também nas formas de organização do trabalho e na sociabilidade. Na cultura caipira, as famílias representam unidades de produção e consumo baseadas na reciprocidade, tal como se pode ver nos mutirões e nas festas religiosas articulando-se entre si, em estruturas frouxas mas abrangentes, como são os “bairros rurais”. Ainda segundo este autor, a colonização portuguesa estava baseada na exploração de produtos valorizados no mercado internacional e o adensamento populacional se fazia em torno destas explorações. No entanto, os ciclos da economia brasileira migravam de região para região com a substituição de um produto pelo outro. A perda de importância econômica de uma região relegava-a ao abandono, restando no local pequenos núcleos populacionais relativamente isolados e dispersos vivendo de uma economia de subsistência. Desta forma, as populações caiçaras foram se constituindo nos interstícios dos grandes ciclos econômicos do período colonial e se fortaleciam quando as atividades voltadas para a exportação entravam em declínio (Diegues, 1996). Estas populações sempre mantiveram com as cidades maiores e mais próximas algumas relações, com maior ou menor intensidade, delas dependendo para a venda de produtos excedentes de sua lavoura ou pesca e também para a compra de produtos não gerados na comunidade.

Adams (2000) traz a discussão sobre qual seria a principal identificação dos caiçaras, se com a lavoura ou com a pesca. Esta questão aponta elementos interessantes para se refletir sobre a configuração atual destas sociedades. A autora afirma que diversas descrições sobre o antigo modo de vida caiçara demonstram a importância da agricultura para estas comunidades. Trabalhos mais recentes, no entanto, valorizam mais o caiçara como pescador, vivendo de forma muito voltada para o mar e tendo a agricultura como uma atividade complementar.

Adams (2000) demonstra que, segundo classificação de Diegues (1983), a organização da pesca se dá com base nas combinações dos fatores produtivos e das relações sociais de produção, conformando diversos tipos. Estes tipos têm uma existência histórica, apresentando-se cada um como dominante de acordo com a época, porém coexistindo e se articulando entre si ao longo do tempo. O primeiro seria a pesca de subsistência, que teria praticamente desaparecido no Brasil, só existindo em regiões em que não há nenhuma relação com o mercado. Em segundo lugar, há aquela que se estabelece dentro da pequena produção mercantil, na qual estariam incluídos os caiçaras. Esta produção tem como objetivo um maior ou menor grau de venda dos seus produtos e por isso requer alguma especialização e divisão social do trabalho. A organização é feita dentro da unidade familiar ou de vizinhança. O autor divide esta categoria em pescadores-lavradores e pescadores artesanais. Os primeiros têm na agricultura sua atividade principal, a pesca é complementar e está muito ligada à safra, como a da tainha, por exemplo. Nesta perspectiva, a unidade familiar do caiçara é vista como uma unidade camponesa de produção, não havendo portanto acumulação de capital.

No caso dos pescadores artesanais, a pesca deixa de ser uma atividade complementar para tornar-se a principal fonte de renda. A organização do trabalho não é mais baseada na unidade familiar. A divisão social do trabalho precisa de maior especialização. O barco de pesca passa a ser motorizado, podendo atingir locais mais distantes, e alguns processos mais modernos são utilizados para a conservação do peixe. O produto, então, é vendido para atravessadores ou para empresas de pesca.

Adams (2000) conta que a partir do início do século XX, sobretudo por volta de 1930, indo até os anos de 1980, aconteceram mudanças importantes na vida das comunidades pesqueiras no Brasil: a formação de colônias de pescadores, a motorização dos barcos, a pesca seletiva e a transformação do sistema de representação corporativista. A motorização dos barcos foi talvez o aspecto mais importante, pois teria definido para muitos a pesca como atividade principal. Em terceiro lugar estaria a produção pesqueira capitalista feita pelas empresas de pesca que empregaram e empregam um grande número de pescadores.

A análise das tipologias relacionadas à pesca mostra-se interessante, pois, como pude observar, todas existiram em Aventureiro e, em alguma medida, ainda existem. De acordo com relatos dos moradores mais antigos, dentre os quais a mais idosa - hoje com 81 anos-, a atividade principal da comunidade era a lavoura. A pesca sempre existiu, no entanto mais voltada para o consumo da própria população. Parece ter sido com a introdução do motor nas canoas, o que aconteceu no fim da década de 1950 e início da década de 1960, que a pesca começou a crescer em importância no local. E talvez tenha sido, a partir de então, que, no Aventureiro, começou a se construir uma identidade relacionada a esta atividade; forte, ainda hoje, embora não seja esta atualmente a maior fonte de ganhos da comunidade.

Conversando com um pescador de cinquenta anos, dono também de camping e de barco que faz transporte de passageiros, ouvi: “Sou pescador. O peixe aqui é o mais importante. Não dá pra comer farinha pura, né? Fica tudo de barriga inchada!” Este breve relato fez-me perceber que um elemento identitário em uma dada população não precisa necessariamente ser dominante como fonte de renda monetária.

Grande parte dos pescadores de Aventureiro trabalhou embarcada nas empresas de pesca de Provetá, em grandes traineiras que percorriam todo o litoral brasileiro em busca de peixe, indo parar às vezes no Paraguai. A época de ouro desta pesca foi nos anos de 1970 e 1980. Segundo um ex-pescador, de 55 anos, ganhava-se um bom dinheiro. “Não era nenhuma fortuna, mas consegui fazer meu casamento, com festa e tudo com o dinheiro da pesca. Hoje em dia ninguém mais no Aventureiro trabalha embarcado. Os de Provetá, sim. Aqui, não. É um trabalho muito sacrificante. Às vezes o sujeito ficava um mês sem vir em casa. Eu mesmo, uma vez, fiquei três meses sem vir em casa. A pessoa fica molhada o tempo todo, mora no barco. É muito sacrifício.”

Para estes pescadores, o mar é ainda a maior referência. “Uma coisa muito poderosa!”, como me disse um deles, e acrescentou: “Como diziam os antigos, o mar não tem cabelos.” “Tem que ter respeito”, disse-me outro. Mesmo que, agora, como em suas palavras, a maioria “pesque turistas” no continente, é do mar e de suas condições que tudo depende. “Às vezes não dá pra chegar nem sair quando o mar engrossa”, frase muito repetida, em diversas circunstâncias. E para mais uma vez ressaltar a pesca como uma referência no Aventureiro, uma senhora idosa (ex-lavradora), referindo-se a um grupo de presos fugidos que encontrou há tempos na trilha quando voltava da roça, disse: “Encontrei um cardume de presos!”

Fazendo uma edição do passado, os pescadores do Aventureiro reclamam muito do fracasso da pesca. “Antigamente tinha tanto peixe que às vezes formava uma montanha na areia, uma montanha do tamanho de uma casa!”. “Nós escolhia o peixe que queria

pescar. Tinha um cardume aqui, outro ali, e a gente escolhia o peixe que queria matar”(pescador aposentado, dono de camping).

Desta forma, a época em que viviam principalmente da pesca é idealizada como se representasse a época da verdadeira fartura. Hoje, afirmam que o peixe “fracassou” por causa das grandes empresas, com instrumentos modernos e poderosos, como o sonar, por exemplo, que rastreia o peixe a quilômetros e não sobra nada, nem os filhotes ou os peixes ovados. “Agora, a pesca é uma loteria. Matar uma grande quantidade de peixe, então, é como ganhar na mega-sena” (pescador e dono de barco, bar e camping).

Na estação do verão, é difícil ter tempo para pescar no Aventureiro. A ocupação com os turistas, mais rentável, toma todo o tempo. No entanto, no momento em que vão embora, voltam a pescar. A pescar e, em menor escala, a plantar. E mesmo quando está lá o turista, às vezes saem “pra matar um peixinho pra comer”, “pra botar nos pfs”⁸, ou até mesmo para se divertir. É interessante constatar como a pesca e a lavoura não estão somente associadas ao trabalho, mas também à diversão. Várias vezes perguntei como se divertiam e escutei: “Indo pra roça, colhendo ou semeando com as crianças” (agricultora, 35 anos); “Pescando e jogando futebol” (pescador, dono de camping e bar, cinquenta anos).

A pesca para a família se alimentar e para a venda em pequena escala não acabou, e penso que não acabará enquanto houver peixe, por figurar como um forte elemento de identificação da comunidade. Não é regular, porém eles encaram a questão da seguinte forma: “O sujeito sabe pescar, o mar está ali, a família está acostumada a comer peixe. Se ele tem tempo, e isto não é difícil por aqui, ele entra no mar e pesca” (pescador, 55 anos).

3.4 – Os habitantes do Aventureiro e as unidades de conservação:

Em primeiro lugar é importante deixar claro que existe uma grande diferença na percepção da comunidade sobre cada uma das duas unidades de conservação locais. A Reserva Biológica é percebida de forma mais concreta que o Parque Estadual Marinho. Suas regulações legais interferem diretamente na posse da terra e na possibilidade ou impossibilidade das práticas culturais deste grupo social. O Parque Marinho, no entanto, é desconhecido da maioria das pessoas. Parece ter uma existência apenas formal, pois não foi citado espontaneamente em nenhum momento das entrevistas, e as regulações em relação à pesca, tais como proibições em relação a práticas consideradas predatórias, como por exemplo o arrasto, são identificadas pelos pescadores como comuns a todas as localidades da Ilha Grande e não especiais de um parque marinho.

A criação destas duas unidades de conservação tem afetado a vida da população do Aventureiro e provocado, por diversos fatores, sentimentos ambíguos em relação a elas. O domínio da terra pela figura da Reserva Biológica e a denominação de “ocupantes da terra” dada a estes habitantes, como explico mais adiante, implica uma subversão da “ordem familiar camponesa” como descreve Woortmann (1990), que supõe o trabalho na terra como “construtor da família” e a terra como “patrimônio da família”, herdado pelos descendentes. Ao mesmo tempo em que admitem que de certa forma conseguiram se livrar da especulação imobiliária que assola o restante da Ilha, em razão

⁸ Pratos feitos.

destas unidades, ressentem-se das “perseguições” da FEEMA ao seu modo de vida “tradicional” e também ao atual, o que interpretam como “um plano, que até hoje vigora”, o de tirá-los de lá, dificultando suas vidas no Aventureiro.

A mata, que hoje cresce por toda parte, encobre roças que ali existiram um dia, encobre uma história vivida, um trabalho impresso nas terras. Apaga, portanto, parte de uma rede de relações que existiu entre os agricultores, sua sociabilidade ligada aos mutirões, à tristeza, à revolta e ao medo provocados pelas mudanças trazidas com a Reserva. O decreto da unidade de conservação prevê a preservação dos ecossistemas e dos restos arqueológicos de populações extintas há longa data. Mas, ao mesmo tempo, decreta o apagamento de uma história recente e presente. Ao perderem o direito às roças como eram antes, perderam também parte de seus afetos e marcos da memória.

Esta população tem vivido, na prática, as conseqüências do embate teórico entre questões que mobilizam historicamente o ambientalismo. Durante o processo de criação da Reserva, que implicava concretamente a inviabilização de suas práticas tradicionais, a visão mais restritiva operou de forma a projetar sua retirada do local. Em seguida, a disputa interna do órgão ambiental sobre esta questão, polarizando entre uma visão biocêntrica e outra que incorporava a questão social, resultou na sua permanência na área.

Até agora, entretanto, estas visões tem se atualizado. Paira ainda sobre a comunidade a ameaça de expulsão. Opiniões se dividem sobre quase todos os aspectos de sua vida atual, como se o simples fato de existirem em seu ambiente, herdado dos antepassados, fosse motivo de polêmica.

Residentes de uma das praias de mais difícil acesso na Ilha Grande, pelas condições do mar oceânico a que estão expostos e pela declividade acentuada dos morros circundantes, esta população viveu um relativo isolamento até a década de 1990. A lavoura e a pesca artesanal são comprovações para algumas correntes ambientalistas de suas “raízes caiçaras”, percebidas como ameaçadas de extinção pelo turismo que cresce no local e em outras opiniões estas “raízes” já estariam praticamente extintas e descaracterizadas.

A praia do Aventureiro tem cerca de 800 m e separa-se de outra pequenina praia denominada do Demo, por inúmeras pedras de grande proporção, muito comuns na região. Seguindo-se pela praia do Demo e atravessando-se um íngreme e escorregadio costão rochoso, chega-se, então, às praias do Sul e do Leste - a área mais preservada da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul. Neste local, a Mata Atlântica apresenta-se em avançada regeneração e em conjunto encontram-se duas lagoas com um córrego trazendo suas águas para o mar, bem como um manguezal e vegetação de restinga orlando a praia. No passado, esta foi também uma área muito utilizada pela população do Aventureiro para coleta de espécies úteis tanto de flora como de fauna. Praticavam a pesca nas lagoas, consideradas pelos moradores muito ricas em peixes. A caça era comum, principalmente de tatus, pacas e gambás, que complementavam sua dieta. Outrora com as dificuldades de transporte para o continente, não tinham acesso fácil a outro tipo de proteína. Hoje, devido às proibições da legislação de Reserva, a área costuma ser raramente utilizada pelos habitantes, mais como passagem para quem vai a pé à Parnaiooca, ou para eventuais passeios. Há uma queixa recorrente, entre eles, sobre a

interdição da caça, e da pesca nas lagoas, pois pelo que relatam, eram atividades consideradas importantes.

Vilaça e Maia (1988) chamam atenção para a importância do mar na vida desta comunidade. Esta importância permanece, embora a pesca tenha deixado de ser seu suporte econômico nos dias atuais. Na época de sua pesquisa ainda havia o arrasto da tainha, do qual os pescadores agora lamentam o fim. Era um momento especial para o Aventureiro. Seus moradores largavam as roças, largavam tudo, para puxar o arrasto da tainha. Era um trabalho coletivo, tido como importante para a união da comunidade. Os pescadores entravam no mar com canoas, carregando redes emendadas. O espia ficava em uma pedra bem alta de onde observava o mar e sinalizava a posição do cardume para os pescadores. Ali eles jogavam as redes. Alguém dava o sinal “e as pessoas vinham vindo de tudo que é canto, homens, mulheres, crianças, até velho, ajudavam a puxar a rede” (pescador, 55 anos). Conseguiram uma quantidade grande de peixe que era distribuída pelas famílias de acordo com o número de participantes no arrasto. “Hoje em dia não tem mais isso. A tainha praticamente acabou”.

No verão, de outubro a março, o mar é mais calmo. Os peixes são outros, e as comunicações são outras. O mar que às vezes isola, nestas épocas liga ao continente, é uma estrada. Atualmente, com o fluxo de turistas, no verão é possível conseguir barco para chegar e sair do Aventureiro praticamente todos os dias. São barcos dos moradores, são os de Angra, uma fatura de comunicação, comparada à época do inverno.

Um aspecto que me pareceu fundamental na vida deste grupo social, e que também é dado pelo mar, é a sensação de instabilidade. Se o mar engrossa, não tem pesca, não tem turista, não tem ida ao médico por mais urgente que seja, não tem como ir comprar nada. Na época do inverno, a vida local se parece mais com a de antigamente. As dificuldades aumentam, o isolamento é maior. As atividades mais praticadas voltam a ser a pesca e a lavoura. A vila se volta para o seu interior.

Com relação às mudanças que ocorreram na população do Aventureiro pode-se avaliá-las ao comparar a situação atual com a da época da pesquisa de Vilaça e Maia (1988). Nesta época, no Aventureiro, contavam 23 casas onde viviam 87 pessoas. Algumas casas situavam-se na praia, mas a maioria localizava-se nas partes mais baixas das encostas circundantes. Eram casas pequenas, unifamiliares, compostas de uma pequena sala pouco usada, geralmente dois quartos pequenos e uma grande cozinha com um fogão à lenha e outro a gás. Esta era a parte mais utilizada da casa, tanto pela família quanto pelas visitas. Em algumas havia um pequeno banheiro interno. Quando não, as pedras do fundo do quintal ou algum canto escondido funcionavam como tal.

Atualmente a comunidade tem cerca de 103 pessoas e quarenta casas, contando com as dos veranistas e dos nativos não moradores, segundo contagens que fiz junto com pessoas da própria comunidade. Desta forma, confirma-se a observação de um técnico da FEEMA de que a população do Aventureiro, ao contrário do que se pensa comumente, cresceu após a criação da Reserva. Segundo este funcionário, teriam migrado para lá pessoas atraídas por uma situação imaginária de que ali estaria ocorrendo uma “tutela do Estado que protegeria e daria emprego aos moradores locais”. No entanto, não pude confirmar isto em minha pesquisa de campo. O que me pareceu mais provável é que além de um crescimento populacional relacionado com a formação

de novas famílias, houve uma pequena migração atraída pelo interesse no trabalho com o turismo.

Outra situação que se apresenta diferente da pesquisa de Vilaça e Maia (1988) é que atualmente há uma concentração maior de casas na praia, embora por sua pequena extensão tenham que se distribuir também pelas áreas de encosta. Apesar de serem ainda em sua maioria residências unifamiliares, observa-se que em pelo menos três casos (segundo informações a tendência está aumentando) há mais de uma família morando junto, na medida em que há o casamento dos filhos e estes têm permanecido na mesma casa, devido à proibição de novas construções. Esta é, aliás, uma das mais freqüentes reclamações dos moradores em relação à FEEMA e à Reserva. Apesar da proibição, no entanto, pode-se observar algumas construções recentes ou em processo. Outra prática freqüente são os “puxadinhos”, aumentos na construção, também proibidos pela legislação ambiental. Algumas foram aumentadas e são agora casas de três quartos, com varanda, um ou outro quatinho anexo que serve também para alugar aos turistas. As cozinhas continuam uma parte importante das casas, mas disputam com as varandas o espaço mais freqüentado. Todas as casas atualmente têm seu banheiro, evidentemente uns mais bem equipados que outros.

A descrição feita por Adams de um povoado caiçara, mostra-se adequada para descrever a Vila do Aventureiro ainda hoje: “um grupamento desordenado de casas isoladas umas das outras, escondidas pela vegetação(...) Apesar da propriedade ser privada, ela não é cercada e as trilhas permitem o acesso de todos ao espaço caiçara” (2000, p.107).

Atualmente as casas já não são tão isoladas umas das outras devido ao crescimento da população e à impossibilidade de se espalharem pelo espaço. No entanto, a impressão de que são desordenadas permanece, relacionada com a assimetria das construções. São também realmente escondidas pela vegetação. Ao olharmos da praia ou do mar, na chegada à Vila, não percebemos a quantidade de casas que existe no local. As mais aparentes são as da praia, mesmo assim disfarçadas por amendoeiras, coqueiros e bambuzais. Não há muros ou outros cercamentos. Aqui e ali, uma cerca viva divide um terreno de outro, sem delimitações, no entanto, na frente e nos fundos. Os terrenos das casas têm uma continuidade com a areia da praia. Alguns terrenos são delimitados por grandes pedras, por trilhas ou porções de mata.

Quanto à propriedade privada de que fala Adams (2000), só existe com relação aos bens de uso da família. No Aventureiro, anteriormente, alguns moradores tinham títulos de posse. Desde 1996, quando foi feito, pela FEEMA, um cadastramento dos moradores, estes passaram a ser considerados “ocupantes”, não tendo mais a posse nem mesmo de suas casas. Esta é outra reclamação muito freqüente contra a FEEMA e a Reserva. Sentem-se enganados pois, segundo contam, na época do cadastramento, primeiro disseram que as casas, os quintais e as benfeitorias seriam deles, e depois fizeram com que assinassem um papel que declarava que não eram donos de nada, eram apenas ocupantes. Cada um passou a ter o direito de ocupar um espaço determinado, definido na ocasião, sem no entanto poder construir ou fazer benfeitorias.

Observando um questionário feito pela FEEMA e respondido pelos moradores em 1995, percebi que no momento em que eram perguntados sobre suas casas e sobre as benfeitorias nelas existentes, estes moradores tendiam a considerar como benfeitorias suas lavouras e criações de animais. As respostas são todas no mesmo padrão,

demonstrando que, pelo menos nesta época, havia ainda grande identificação destes moradores com a agricultura e as criações, mesmo daqueles que se declararam pescadores ou funcionários públicos.

Quadro 1- Classificação dos moradores por profissão e situação das moradias da Praia do Aventureiro Fonte: Pesquisa da FEEMA /1995

Idade	Profissão	Área que ocupa	Condição da casa em que mora	Tempo de moradia no local	Benefitorias	Pais nascidos na região?	Em que ano?
30 anos	Pescador	500 m ²	própria	30 anos	Coqueiro, bananal, árvores frutíferas, criação	Sim	1930
43 anos	Pescador	Mais ou menos 1500 m ²	própria	4 anos	Coqueiros, árvores frutíferas, galinhas, horta	Sim	1920
46 anos	Pescador	400m ²	própria	46 anos	Bananal, canavial, árvores frutíferas, coqueiro	Sim	1904
42 anos	Pescador	300m ²	própria	42 anos	Mandiocal, Coqueiros, criação, marrecos	Sim	1912
39 anos	Pescador	1920m ²	própria	39 anos	Coqueiros, bananal	Sim	1925
54 anos	Pescador	120000m ²	própria	54 anos	Galinhas, coqueiros, árvores frutíferas	Sim	1907
47 anos	Pescador	225m ²	própria	18 anos	Coqueiros e árvores frutíferas	Sim	1920
	Trabalhadora rural	1960m ²	própria		Coqueiros, bananal, árvores frutíferas, horta	Sim	1875
44 anos	Pescador	300m ²	própria	44 anos	Coqueiros, laranjal, bananal	Sim	1904
35 anos	Pescador	120000m ²	própria	6 anos	Coqueiros, árvores frutíferas	Sim	1931
78 anos	Lavradora		própria	38 anos	Canavial, bananal, coqueiros, horta, mandiocal	Sim	
46 anos	Servidor público-vigia florestal		própria	46 anos	Coqueiros, árvores frutíferas, horta	Sim	1920
33 anos	Servidor público-servente		própria	33 anos	Galinhas, coqueiro	Sim	
44 anos	Servidor público-vigia florestal		própria	44 anos	Coqueiros e árvores frutíferas	Sim	1931
50 anos	Servidor público	5000m ²	própria	50 anos	Laranjal, coqueiros, bananal, árvores frutíferas	Sim	1912
44 anos	Caseiro	400m ²	própria	44 anos	Árvores frutíferas, coqueiros	Sim	1920
64 anos	Militar	300m ²	própria	18 anos	Coqueiros, bananal, árvores frutíferas	Sim	1896
60 anos	Doméstica		própria	2 anos	Bananal, mamoeiro	Sim	1912
59 anos	Servidor público/zelador	250m ²	própria	59 anos	Coqueiros, café bananal, árvores frutíferas	Sim	1900
57 anos	Servidor público/zelador	82500m ²	própria	57 anos	Coqueiros, galinhas, bananal, horta,	Sim	1900

37 anos	Servidor administrador da Reserva	400m ²	Residência funcional	3 anos	árvores frutíferas Coqueiros, árvores frutíferas	Não	
40 anos	Soldador elétrico	255m ²	própria	3 anos	Coqueiros	Sim	1930

Na verdade, os servidores públicos⁹ também são, em sua maioria, pescadores e atualmente donos de camping, bares e alguns possuem roças. A auto classificação como funcionário público associada à não declaração das outras atividades, pode significar não só a afirmação de um status diferenciado na comunidade, como também uma proteção com relação às proibições sobre as práticas agrícolas e sobre o turismo feitas pela FEEMA.

É possível que aqueles que declararam áreas maiores de ocupação estivessem incluindo as roças na área ocupada, pois ainda hoje são agricultores. No entanto, seis moradores que ainda possuem roças não se declararam agricultores, nem incluíram as roças na área ocupada. Isto provavelmente deve-se ao temor de falar sobre elas. As duas únicas pessoas que se declararam lavradoras são as mais idosas e, portanto, confirmam a identificação mais antiga dos moradores do Aventureiro com a agricultura. Cabe ressaltar também que são mulheres. Durante muito tempo, as lavouras do local foram cultivadas principalmente pelas mulheres, ajudadas pelas crianças, pois a maioria dos homens trabalhava embarcada nas grandes traineiras das empresas de pesca e passava a maior parte do tempo fora.

Uma tendência observada por Vilaça e Maia (1988), em relação às famílias, é a formação de uma intrincada rede de parentesco, devido aos casamentos entre membros da comunidade. Observei que praticamente todos os membros da comunidade têm relações de parentesco entre si. Recentemente, no entanto, com o crescimento do turismo e o contato maior dos jovens locais com os que vêm de fora, alguns voltando constantemente em todas as férias e feriados, têm se formado alguns casais de moças de fora com rapazes da comunidade. Tive notícia de três casais recém formados nestas circunstâncias, sendo que, em um deles, a moça, que é estudante de engenharia florestal, teve um filho de um pescador local e está se mudando para o Aventureiro. O rapaz está construindo uma casa para a família.

Como afirmaram Vilaça e Maia (1988), a casa separada, a presença de filhos e a posse de uma roça eram essenciais para a conformação de uma nova família. O filho, ao casar, saía da casa do pai e construía a sua próxima à dele, geralmente no mesmo terreno. Passava também a trabalhar na sua própria roça. Hoje, como observa Costa (2004), isto parece ocorrer em relação aos campings que, de certa forma, passam a agregar a família de forma semelhante ao que faziam as roças sem, no entanto, apagar-se totalmente a importância dessas. Penso que o camping, de certa forma, contribui para a reprodução da organização social camponesa, na medida em que o trabalho familiar configura uma unidade produtiva e preserva a liberdade da família no sentido de não sujeitar-se a um patrão, como no caso da pesca embarcada. Woortmann (1990) ressalta como uma dimensão fundamental na organização familiar camponesa a autonomia e o controle do processo de trabalho. Aquele que não controla esse processo é considerado um trabalhador submetido a um proprietário.

⁹ Entre os servidores públicos do Aventureiro estão aqueles que trabalham para a FEEMA como vigia florestal e os que trabalham para a prefeitura, limpando as trilhas e a praia ou cuidando da escola.

A situação do Aventureiro, todavia, é hoje diferente da relatada por Vilaça e Maia (1988), principalmente para os que após o casamento precisam continuar na casa dos pais. A maturidade e a relativa independência relacionadas com a formação de uma nova família é adiada. Por outro lado, embora exista ainda uma forte identificação com a agricultura por parte dos mais antigos que plantam mandioca, feijão, milho, etc. e que mantêm sua casa de farinha e sua horta próximas à casa, a reclamação mais freqüente é de que seus filhos não querem saber da roça.

A pesquisa de Vilaça e Maia (1988) relata que, na época, existiam dezessete roças no Aventureiro. Situavam-se na encosta dos morros circundantes (cota 80¹⁰), e outras em regiões bastante íngremes, chegando quase a cota 200. Atualmente não é permitido pela FEEMA fazer roça acima da cota 60¹¹, porém esta norma não parece ser totalmente respeitada, pois observei plantações bem altas no morro. Dentre os 103 moradores, doze cultivam ainda hoje suas roças. São pessoas na faixa dos 45 a setenta anos. A produção atualmente é apenas para o consumo da família. A maioria dos que tem roça tem também camping e bar, pescam e transportam passageiros em seus barcos. No verão, desenvolvem mais as atividades ligadas ao turismo. “Quando tem muito turista, fica difícil fazer outra coisa, fica difícil cuidar da roça” (ex-pescador, lavrador, dono de camping, 66 anos). Nas entrevistas que fiz com doze jovens, constatei que nenhum deles deseja trabalhar na roça como ocupação principal, embora sete tenham afirmado ajudar eventualmente suas famílias com o trabalho agrícola. Açam que a roça “dá muito trabalho e se ganha muito pouco” (dezenove anos, estudante). Os agricultores com quem conversei disseram que está difícil trabalhar na roça, pois quase nunca podem contar com a ajuda dos filhos que têm que ir para Provetá estudar.

Vilaça e Maia (1988) descrevem que, naquela época, já havia uma perda de importância das roças e a comunidade atribuía isto à pesca embarcada nas grandes traineiras. Os homens iam embora e as roças perdiam a mão-de-obra masculina e com ela também parte da importância. Atualmente essa perda de importância é atribuída ao turismo. Apenas um lavrador, dos mais antigos, reclamou que a Reserva o impede de expandir suas plantações como gostaria. “Agora não pode mais cortar a mata, só uma capoeirazinha” (agricultor, 66 anos). Segundo relato de um pescador, dono de camping e de barco, de cinquenta anos, as roças subiam até o alto dos morros que diferente de agora “eram todos pelados”.

Predomina também a idéia de que no passado, “na época da roça”, era muita fartura; tinham feijão, milho, mandioca, abóbora, guandu, mamão, melancia, banana. “Mas a gente era muito pobre, não tinha recurso pra nada” (pescador, 65 anos). A pobreza, que relatam, era a “falta de dinheiro para comprar as coisas que faltavam”, era também a “falta de barcos bons pra ir à Angra. Só tinha as canoas, e o mar tinha de está muito bom pra poder sair”. Além destes fatores, a falta de energia elétrica também é hoje um importante elemento desta sensação de pobreza no passado, fator limitador do acesso às facilidades modernas.

Esta noção de pobreza parece ser, portanto, uma percepção atual do modo de vida antigo, desprovido do consumo característico do mundo contemporâneo, ao qual passaram a ter acesso principalmente a partir do contato com os turistas e com a

¹⁰ A menção do termo “cota” refere-se à distância em metros acima do nível do mar.

¹¹ Informação da atual responsável pela Reserva e pelo Parque Marinho, set/2003.

televisão. É a construção no presente de um passado ao mesmo tempo idealizado pela fartura e pela escassez.

O Aventureiro, hoje, certamente é diferente daquele que encontrou a expedição exploradora da FEEMA, em 1980, ou daquele descrito no trabalho *O Povo do Aventureiro* (Vilaça e Maia, 1988), ou ainda o do artigo sobre a roça caiçara (Oliveira e Lima, 1994).

As roças já não têm a mesma representação para os moradores locais, embora seja importante perguntar o que representam agora. Simbolicamente ainda estão ligadas à reprodução das famílias e seu modo de vida. Embora não sejam sua fonte maior de ganhos, aqueles que insistem em mantê-las falam com carinho de sua plantação e demonstram dedicação a este trabalho. Era o trabalho que garantia a alimentação da família, em torno do qual ela se constituía e se integrava. Era o trabalho e a diversão. A capacidade criadora e reprodutora da família. “Eu nasci na roça, cresci na roça, sou da roça. Tenho vocação pra roça” (servidor público, pescador, agricultor, 52 aos). Por outro lado, observo que a roça ainda representa o verdadeiro trabalho. Uma agricultora de 45 anos, que também trabalha com o turismo, disse-me que no dia 2 de novembro não tinha podido ir à roça por ser feriado e em feriado religioso não se pode trabalhar. No entanto, neste mesmo dia, havia turistas no Aventureiro e ela trabalhou o dia inteiro, servindo comida e bebida a eles. Esse comentário nos fala sobre a representação local sobre o trabalho.

A exploração do turismo é relativamente recente e eventual, portanto pode ser considerada uma atividade que não carrega em si o mesmo significado simbólico daquela que por sua vida inteira trouxe comida para a família – a roça. Woortmann lembra que “nas culturas camponesas não se pensa terra sem pensar em trabalho, assim como não se pensa trabalho sem pensar em terra e na família”(1990, p. 23). São categorias nucleantes e sobretudo relacionadas, vinculando-se a valores e princípios organizatórios centrais, como honra e hierarquia. Para a população do Aventureiro, hoje, a relação de uso da terra como valor moral que, na opinião de Woortmann (1990), distingue uma campesinidade, mescla-se então com uma relação em que o espaço e não a terra é visto como espaço turístico (nele incluídos a paisagem e os ecossistemas) e possui valor de troca (na composição do “produto turístico”). A campesinidade, desta forma se articula com valores da sociedade capitalista contemporânea constituindo um campo de forças caracterizado pela ambigüidade. Na atividade de prestação de serviços aos turistas, o bar invade a casa - o local em que a família come e passa a maior parte do tempo. É um trabalho monetarizado e não é visto como um elemento de identidade social. Já na roça, considerada “trabalho” por excelência, a lógica é outra. Ela é uma atividade central na elaboração da identidade social e se funde com a noção de família estabelecendo os limites de uma privacidade onde se reúnem as relações domésticas e é em relação a este trabalho que cabe se respeitar os preceitos religiosos.

Apesar da importância simbólica das roças, os impedimentos ambientais e os apelos econômicos prejudicam a reprodução desta atividade. É com dificuldade, segundo seus relatos, que se consegue levar um filho ou um neto, atualmente, para a plantação. Mais difícil ainda é fazer com que tomem gosto por ela.

Outros fatores contribuíram para as mudanças na vida dos habitantes desta vila. A diminuição drástica dos peixes também impede que a pesca seja o que foi outrora. Portanto, além dos impedimentos ambientais legais, outros impedimentos ambientais e

econômicos interferiram em suas práticas tradicionais. O isolamento em que viviam, do qual podem ter agora uma percepção mais apurada em comparação à situação atual, também é muito menor. Algumas dificuldades, no entanto, permanecem. Não há um posto de atendimento médico; quem presta os primeiros socorros é uma moradora, agente de saúde, mas que tem dificuldades em conseguir material para atendimento, pois este tem que ser buscado em Angra ou em Provetá. A lancha da Defesa Civil e um helicóptero são chamados em casos de emergências. Há apenas uma escola, com uma única classe multiseriada (de 1ª a 4ª série). Para continuar os estudos, é preciso ir à Provetá.

Provetá é uma vila de pescadores bem maior, com uma população formada em sua maioria por protestantes e com melhor acesso para os barcos por estar em uma enseada mais protegida. Lá existem escola de segundo grau, mercado, posto de saúde, telefone, luz elétrica. É ligada ao Aventureiro por uma trilha muito íngreme, muito freqüentada pelos moradores deste último. Depois de Angra dos Reis, que é sua principal referência em termos urbanos, em segundo lugar está Provetá. Como não há um serviço regular de barcos entre as duas localidades, os alunos precisam caminhar todos os dias pela trilha, para ir e voltar da escola. Há, no Aventureiro, apenas o telefone da FEEMA que funciona via satélite e é usado para comunicações internas do próprio órgão ou em casos muito urgentes pelos moradores, como por exemplo, para chamar a defesa civil ou a polícia. Celulares não costumam receber sinal, funcionando de forma precária e eventual.

Todavia, o que mais reclamam os moradores é da falta de energia elétrica. Atualmente a maioria tem geradores movidos a óleo diesel que são ligados ao escurecer e desligados por volta das 22 horas ou da meia noite, quando há turistas. Gastam muito dinheiro com o óleo. Uma família gasta uma quantia média mensal de R\$ 100,00 para se beneficiar das poucas horas da energia dos geradores. A chegada da eletrificação é seu maior sonho. Falam o tempo todo sobre isto. No momento, a luz elétrica não pode ser instalada no Aventureiro por ser uma reserva biológica. Este é outro assunto em pauta no lugar. Há uma grande expectativa sobre o futuro. Sabem que internamente a FEEMA discute, há tempos, a retirada da localidade dos limites da Reserva e sofrem uma ambigüidade de desejos em relação a isto. Por um lado, se o Aventureiro deixar de ser Reserva, apresenta-se a possibilidade de ter luz elétrica, de poder construir, de poder plantar ou até mesmo de vender tudo e ir embora. Apesar de seis famílias terem vendido suas casas e ido embora durante a década de 1990, isto agora é mais complicado, pois após o cadastramento da FEEMA ficou patente que não são donos nem das terras nem das casas. Afirmam, no entanto, que não querem ir, que “amam” o Aventureiro e que não sabem como viveriam em outro lugar. Por outro lado, sabem que sua permanência ali também só foi possível por ser uma reserva, pois a maioria do litoral foi tomada “pelos ricos”, como dizem. Queixam-se, entretanto, de que são tratados pela FEEMA como “agressores do meio ambiente”. Em carta emitida pela Associação de Moradores do Aventureiro à FEEMA (out./2003), solicitam a solução de vários problemas, apontando arbitrariedades do órgão ao aplicar multas e embargar obras dos moradores sem espaço para o diálogo. Demonstram que são sabedores de que a FEEMA discute a retirada do Aventureiro da Reserva e reivindicam participação neste processo.

Muitos são os pontos de conflito entre a FEEMA e a população. Os moradores desejam permanecer no Aventureiro, ter suas roças e trabalhar com o turismo que identificam como uma “salvação” de seu estado de pobreza. Os turistas, indiferentes a toda esta

polêmica, não param de chegar, escapando ao controle da FEEMA e dos próprios moradores. Não levando em conta as proibições da legislação ambiental quanto à implantação de rede elétrica no local, bem como de outras infra-estruturas, os moradores fazem reivindicações à Prefeitura. Candidatos às próximas eleições municipais usam estas demandas em suas plataformas políticas visando a obtenção de votos. Organizações não governamentais ambientalistas locais preferem que seja implantado um sistema de energia solar, pois consideram que a eletrificação da área acabaria com sua preservação. Da mesma forma, a perspectiva de retirada do Aventureiro da área da Reserva também é vista pelos ambientalistas como uma condenação de toda a Reserva à extinção, na medida em que a legislação de Área de Proteção Ambiental - APA, proposta para substituir a Reserva no Aventureiro é muito flexível, permitindo a especulação imobiliária que já tomou conta do resto da Ilha Grande. E, assim, continuam a se reproduzir no Aventureiro as dificuldades e conflitos comuns à relação entre as unidades de conservação e as populações locais.

4. CAPÍTULO III – TURISMO, TRANSFORMAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO LUGAR

No início da década de 90, a população do Aventureiro, que raramente recebia visitantes que não fossem parentes, amigos ou o pessoal da FEEMA, viu o turismo começar a se estabelecer mais regularmente na Vila. Segundo o presidente de uma ONG local, um grupo de pessoas, moradoras de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, começou a frequentar o Aventureiro em feriados prolongados como Carnaval, Ano Novo e outros. Sugeriram então a alguns moradores que os deixassem acampar nos terrenos próximos às suas casas e que lhes fornecessem alimentação em troca de um pagamento por estes serviços. Com a concordância destes moradores, a dificuldade de permanecer no local estava contornada, o que abriu a possibilidade de outras pessoas desejarem também conhecer o lugar. Desta forma, iniciou-se um processo de divulgação do Aventureiro, e novos grupos foram chegando em períodos do ano semelhantes aos mencionados. Por ser uma área de acesso difícil, de mar forte e muitas vezes impraticável para a navegação, este fluxo aumentou lentamente.

A Ilha Grande nesta época ainda abrigava o Instituto Penal Cândido Mendes, conhecido genericamente como “o presídio”. Este fator, embora questionado por Wunder (2000), parece ter sido determinante na contenção do turismo em toda a Ilha. A partir do momento que o governo estadual, em 1994, resolveu desativá-lo, implodindo a maior parte de suas instalações, transferindo os presos para presídios recém-construídos em Bangu, a atividade turística cresceu de forma intensa e abrupta na Ilha Grande, e isto se refletiu também no então incipiente turismo do Aventureiro.

4.1 – A natureza como “paraíso”:

Para os que vivem nas grandes cidades, as áreas protegidas ou unidades de conservação têm sido percebidas como um “pedaço do paraíso”. O número de visitantes que estas áreas recebem aumenta incessantemente. Há um interesse crescente das populações urbanas por um ambiente que se distingue do seu, visto como poluído, contaminado de impurezas e de tensões, em contraposição ao mundo rural e natural tido como “puro” e “regenerador”. Ao contrário da década anterior, em que a imagem da ruralidade era ainda negativa e associada ao atraso, no final da década de 1960, o mundo ocidental começa a ser varrido por uma onda de valores críticos ao estilo de vida urbano-industrial, com uma visão positiva do ambiente não urbano, da vida em espaços rurais. Intensifica-se, então, o movimento de procura de lazer e até mesmo de moradia no campo por pessoas da cidade – “os neo-rurais”. Segundo uma pesquisa na França, efetuada em 1971, 63% dos pesquisados gostariam de viver no campo. Há uma revalorização da vida rural vista como calma e associada ao ar puro e à liberdade. Ter uma casa de campo passa a significar também ascensão social (Kayser, 1990).

O apelo ao reencontro com a natureza e respeito ao meio ambiente associa-se a um movimento de crítica à idéia de progresso contínuo que, desde os primórdios da industrialização no mundo, permeou o pensamento hegemônico. A crise da idéia de progresso é contemporânea à intensificação do processo de globalização que projetou a noção de uma sociedade planetária e acelerou o ritmo de circulação das idéias, instalando um sentimento de relatividade e incerteza. Neste contexto, tomou forma uma ressignificação da noção de ruralidade e assistimos ao surgimento de novas imagens a respeito do rural, estimulados por sentimentos nostálgicos urbanos “de um mundo tradicional agrário perdido” (Durán, 1998). Moreira, refletindo sobre a

contemporaneidade, registra o aparecimento de rurais “sem território e sem natureza”, ou “rurais tradicionais vivenciados nas cidades e no presente” concebidos como “simulacros, representações e virtualidades” (2002, p.1).

O apreço pela vida junto à natureza expandiu-se com a divulgação do pensamento ecológico nos anos de 1990. A degradação das condições de vida nos grandes centros urbanos era então questionada. O contato com a natureza foi realçado por valores alternativos, neo-ruralistas e anti-desenvolvimentistas. “O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos purificadores do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial”(Carneiro, 1998, p.57). Este movimento deu origem a um tipo de turismo que transforma a natureza em mais um bem de consumo. Desta forma, as áreas naturais, sobretudo as protegidas, transformam-se em grande atração tanto para os habitantes dos países a que pertencem quanto para turistas do mundo inteiro.(Ceballos-Lascuráin,1995).

A demanda das populações urbanas por áreas naturais é atribuída, por um lado, à vida conturbada e estressante das grandes cidades e, por outro, à propagação de conceitos e visões sobre a natureza, principalmente o apreço pelo mundo selvagem trazidos pelo ambientalismo, que estimulou a produção de uma grande quantidade de documentários e programas televisivos sobre ecologia, vida animal, locais distantes e desertos, florestas, parques nacionais e mais recentemente culturas exóticas. Esta invasão dos meios de comunicação pelo tema ajudou a ampliar e a generalizar de tal forma esta demanda que, hoje, um dos principais problemas das áreas protegidas é lidar com o enorme contingente de turistas que atraem.

No Aventureiro, a paisagem que este tipo de turista valoriza foi favorecida pelo processo de regeneração da floresta em meio às roças restantes, e pela proximidade de áreas montanhosas com o mar. Com as roças reduzidas, as que sobraram se misturam à mata em regeneração e às capoeiras do pousio. Tal mosaico de vegetação, de onde sobressaem coqueiros em profusão, bananeiras, amendoeiras e jaqueiras contando a história da população que lá está, e também daquela que já se foi, produz o aspecto exótico da paisagem e dá ao Aventureiro a denominação de paraíso pelos turistas. O nome Aventureiro, do qual não se sabe a origem exata, mas que depois de enfrentar o mar e deparar-se com as condições de difícil comunicação com o continente e da ausência dos confortos urbanos, o visitante passa a deduzi-la, opera também como um fator de afirmação do paradisíaco. Como se para chegar ao paraíso fosse preciso aventurar-se. A população local, de certa forma, incorporou esta imagem. A primeira pessoa do Aventureiro com quem conversei, o barqueiro de minha viagem de ida pela primeira vez, ainda no caminho me disse: “falam que lá é o paraíso”. Ouvi outros nativos se referindo com orgulho ao seu lugar: “isto aqui é um paraíso”, mas ao mesmo tempo, um deles completou a frase argumentando que “paraíso mesmo é para os “de fora” “ que vêm aqui só passear e não tem que enfrentar as dificuldades”.



Este é o ângulo fotográfico mais conhecido do Aventureiro. Para os que lá estiveram ou que acessaram alguma das diversas páginas da Internet sobre a Ilha Grande, esta é uma imagem de fácil identificação. É a visão do paraíso à qual costuma-se reagir com expressões de surpresa e admiração.

A paisagem hoje vista como intocada, e a mata que para os leigos aparenta ser primária, guardam vestígios de sucessivas e antigas populações que ali viveram, tendo por último sido palco de atividade agro-pastoril no final do século XIX e no início do século XX.

Outro aspecto que confere ao local a imagem de paraíso é sua condição insular. As ilhas oceânicas, como afirma Diegues (1998), estão associadas a imagens arquetípicas, representadas por um conjunto de símbolos como “a ilha refúgio e a ilha paraíso”, caracterizando-se como um símbolo “polissêmico”, portando em cada época e em cada cultura conteúdos diversos. Representaria também “um mundo em miniatura”, e ao mesmo tempo o “inferno e o paraíso”, “a liberdade e a prisão”, o que no caso da Ilha Grande é reafirmado por sua história vinculada a de um presídio. As pessoas do Aventureiro no passado sofreram intensamente com as freqüentes fugas de presos, que as ameaçavam. Neste sentido, o paraíso foi também associado ao inferno, em um tempo em que as dificuldades e as ameaças eram muito grandes.

As unidades de conservação são frequentemente relacionadas à noção de “ilhas de conservação” em meio à natureza plenamente transformada pela sociedade. Desta forma, o Aventureiro pode ser visto como uma ilha dentro da ilha, o que é reforçado pelas dificuldades de acesso que produzem a sensação de isolamento do lugar.

A imagem de paraíso tem sido apropriada constantemente pelo turismo. É referida à sentimentos de liberdade, à idéia de local em que tudo é permitido, em que se pode ficar “à vontade”, longe de olhos censores e de forças proibidoras. Os turistas com quem conversei ressaltaram o sentimento de liberdade que têm no Aventureiro. Esta imagem é vinculada também ao desejo de se aventurar por locais inóspitos, de superar os próprios limites, de correr riscos, de ter contato com um mundo supostamente selvagem que se manteria como era originalmente, anterior às transformações impostas pela sociedade moderna. Contraditoriamente, estes mesmos atores são os que trazem as modernizações de forma contundente para estes locais. Ao mesmo tempo em que há o desejo de correr riscos, há a necessidade de que estes riscos sejam de alguma forma controlados, de que estejam disponíveis meios de transporte com alguma segurança, de que lhes sejam disponibilizadas informações que os oriente no ambiente inóspito.

4.2 – Ecoturismo e turismo de massa na natureza:

O turismo que se desenvolve no Aventureiro tem sido visto por atores diversos, a começar pelo órgão ambiental responsável pela área e por ambientalistas em geral, como motivo de preocupação. O debate sobre ele polariza-se entre posições mais radicais que entendem que deva ser combatido por ser ilegal em área de reserva biológica e outras em que é percebido como demandando a organização e o controle próprios de uma forma particular da atividade conhecida como ecoturismo. A primeira alternativa mostra-se de difícil implementação, na medida em que apesar da comunidade ter ambigüidades em relação ao turismo, que é identificado como trazendo coisas boas e ruins para sua vida, é concretamente visto por ela como uma alternativa econômica importante, da qual não pretende abrir mão. Além disso, o interesse em visitar estas áreas tem crescido, tornando extremamente complexo impedir o acesso deste contingente ao local, considerando que de diversas formas tem sido de interesse da população facilitá-lo. Procuro analisar, a seguir, a segunda possibilidade, partindo de

uma discussão sobre o contexto de conformação deste tipo de turismo e confrontando-o com o que tem ocorrido concretamente na localidade.

Respondendo à demanda das populações urbanas por áreas naturais e em parte como uma crítica ao turismo de massa surge, nas duas últimas décadas do século XX, uma modalidade que veio a ser chamada de turismo ecológico e mais tarde de ecoturismo. O turismo de massa, que se inicia após a Segunda Guerra Mundial, “se caracteriza, hoje, pelo elevado número de pessoas, de quase todos os povos, viajando; pela quantidade de pessoas empregadas no setor e pelo movimento financeiro que envolve...” (Geiger, 1996, p.55). Como chama a atenção Krippendorf (1989, p.15), uma “mobilidade frenética” teria tomado conta das populações das nações industriais. Acreditando agir por livre determinação e ao mesmo tempo aparentando cumprir uma obrigação, grande quantidade de pessoas se desloca a cada fim de semana, feriado ou períodos de férias para locais que ficam lotados, e enfrenta filas diante de pontos turísticos. Conquistas sociais como férias remuneradas e o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, neste período histórico, foram fatores fundamentais para que este fenômeno pudesse ocorrer. Concomitantemente, com a formação das metrópoles concentradoras da produção material, no auge do desenvolvimento industrial, a cidade é tida como uma grande produtora de estresse. Este processo fez com que surgisse “a ‘indústria’ do lazer e do turismo, que erige a viagem como única forma de livrar-se das neuroses urbanas, do cotidiano constrangedor das cidades, como se o trabalho fosse sempre massacrante e a viagem funcionasse sempre como bem-estar” (Rodrigues, 1996, p.22).

Durante muito tempo, o crescimento incessante do turismo no mundo e sua organização comparada à indústria do período fordista, criou produtos turísticos padronizados, conquistando mercados e estimulando nas pessoas a necessidade de viajar. As localidades nas quais o turismo se instalava, comemoravam o crescimento do número de empregos e a dinamização da economia. A modernização que nelas ocorria por conta da necessidade dos turistas de encontrar confortos urbanos em qualquer lugar era bem vinda, por ser entendida como progresso. No entanto, nas últimas décadas do século XX, devido à poluição causada pelas indústrias e outras mazelas ambientais e sociais trazidas pelo “progresso”, começaram a aparecer os sinais de esgotamento deste modelo de desenvolvimento turístico. A considerada “indústria sem chaminés” mostrou que poderia ser tão poluente ou destruidora de lugares quanto qualquer fábrica. O estímulo à especulação imobiliária, o aumento do custo de vida, a destruição de ecossistemas para a construção de grandes empreendimentos hoteleiros, o estímulo às migrações, a superpopulação das localidades, foram apenas alguns dos inúmeros fatores que transformaram a vida de pequenos lugarejos.

Cavaco (1996) enfatiza que “a concentração da procura turística em áreas de grande oferta de equipamentos, como nas praias quentes do mundo mediterrâneo e tropical e nas cidades de grande prestígio e patrimônio histórico, arrastou consigo efeitos negativos e até mesmo repulsivos, do ponto de vista tanto das populações das regiões de acolhimento como dos próprios turistas, pondo em causa a continuidade dos afluxos” (p.104). Foi como crítica a este modelo, mas também afinando com as novas tendências do capitalismo, que surgiram propostas de um turismo alternativo e sustentável, que respeitasse “as capacidades de carga dos meios de acolhimento, em termos naturais, culturais e sociais, com conservação dos recursos locais, físicos e humanos, incluindo os

de interesse turístico, diminuindo custos e elevando benefícios ...” (Cavaco, 1996, p.105), do qual o ecoturismo é o mais antigo representante.

Kumar, descrevendo a teoria pós-fordista, fala de um de seus aspectos fundamentais que é a especialização flexível. Contrapondo-se ao fordismo “que não teve paralelo em sua capacidade de produzir bens padronizados e em escala de massa”, esta outra fase do capitalismo vem atender a um consumidor maduro e exigente, que busca novos estilos de vida e está muito mais sensível a modismos, demandando mudanças nos esquemas de produção. O mercado de massa, a seu ver, se fragmenta em uma “grande diversidade de grupos de consumidores, cada um deles querendo coisas diferentes, todos eles, incansável e, rapidamente, descartando padrões correntes de consumo, em busca de novos.” Esta tendência corresponderia também às exigências do aspecto expansionista do capitalismo, “sempre à procura de novas maneiras de explorar e expandir mercados” (Kumar, 1997, p.55).

A atividade turística, que tem sido vista como uma das mais lucrativas atividades econômicas nesta fase atual do capitalismo, vive também um momento em que se está “caminhando em direção a uma mistura sofisticada de produtos de massa e desmassificados” (Toffler, 1981 apud Kumar, 1997, p.48), em que “a palavra-chave é flexibilidade e (...) a ênfase muda da escala para o campo de interesse (...), as empresas se adaptam mais para reagir aos mercados do que para controlá-lo” (Murray, 1989 apud Kumar, 1997, p.48). O turismo segmenta-se, para atender a diversos grupos de interesse, em turismo de negócios, turismo cultural, turismo religioso, ecoturismo, turismo rural, entre outros.

Além de situar o ecoturismo como um segmento do turismo e, portanto, como atividade econômica, tida pela OMT – Organização Mundial do Turismo- como a que mais tem crescido no mundo nas últimas décadas, outras visões abordam e se apropriam desta modalidade. Segundo Pires (1997), diferentes setores da sociedade relacionados ao desenvolvimento do ecoturismo, tais como órgãos oficiais de turismo e meio ambiente, o meio acadêmico, organizações não governamentais, populações residentes em locais ecoturísticos, empresários e profissionais do turismo, além dos próprios turistas, têm percepções e interesses diversos, emitindo concepções diferenciadas e, às vezes, contraditórias sobre o ecoturismo. Em razão desta pluralidade de percepções, Pires vê a necessidade de sistematização dos elementos básicos que norteiam a atividade. Estes aspectos contraditórios dizem respeito ao choque entre estes interesses e percepções implicados na abordagem construída por cada um destes grupos. Como exemplo, podemos observar que a visão do ecoturismo emitida por empresários do setor confronta-se muitas vezes com a ambientalista, em que a primeira acusa a segunda de purista e descomprometida com os aspectos econômicos da vida social, e a segunda critica a primeira por considerar que esta é excessivamente pragmática e comercial em relação à natureza.

Na perspectiva de reunir os elementos em comum apontados por diferenciadas concepções sobre o ecoturismo, coloca-se que este segmento foi pensado a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável¹², com a pretensão de ser “mais do que uma

¹² Não tenho a intenção de empreender uma discussão sobre desenvolvimento sustentável nesta dissertação, porém o entendimento que se faz dele para fins de delimitação do campo do ecoturismo é

pequena elite de amantes da natureza” (...) para ser um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social” (Western, 1995, p.16). Tanto em conceitos internacionais, como o propalado pela União Mundial para a Natureza – UICN, primeira organização não governamental ambientalista mundial, como no construído no Brasil por um grupo formado por representantes governamentais e não governamentais da área do turismo e da área ambiental¹³, o ecoturismo relaciona-se com o campo da conservação ambiental, com a valorização dos recursos naturais e culturais e com a inclusão das populações locais no projeto turístico. Para os primeiros, constitui-se em uma modalidade turística ambientalmente responsável, em que se visita áreas naturais conservadas, “sem perturbá-las”, com a finalidade de “apreciação ou estudo dos atrativos naturais e das manifestações culturais existentes”, e em que se procura “promover sua conservação, envolvendo as populações locais neste processo”. Para os segundos, “é o segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (MICT/MMAA)¹⁴.

A atividade tem sido considerada por ambientalistas governamentais e não governamentais como um instrumento de viabilização econômica das áreas protegidas, que possibilita a arrecadação de recursos para investimentos em sua conservação, bem como de conscientização ambiental de comunidades locais e de turistas que as visitam. Para que possa, no entanto, cumprir este papel, o turismo precisa ser organizado, demandando um estudo detalhado da área, o estabelecimento de um zoneamento definindo a vocação de cada espaço, delimitando onde devem ser concentrados os impactos e onde devem ser dispersados, proporcionando a instalação de infra-estruturas adequadas, a capacitação de recursos humanos, etc. São necessários cuidados também com relação à operação de roteiros. Os grupos devem ser pequenos, informações ambientais e culturais sobre o local devem ser disponibilizadas, como também devem ser cuidados as práticas e equipamentos utilizados, evitando impactos negativos tanto sobre os ecossistemas como em relação à população local. Aliás, um aspecto importante das premissas do ecoturismo é o envolvimento destas comunidades nos ganhos da atividade. O planejamento das áreas deve também contar com a sua participação e levar em consideração o respeito pela cultura local.

Presume-se que em razão deste tipo de organização implicar custos, às vezes altos, e também por dificuldades em empreender ações de planejamento antes de se incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas e de incluir as populações locais no processo de planejamento de forma democrática, a maioria das áreas não conta com as

aquele desenvolvido em 1987 pelo Relatório Brundtland, no qual a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas alertava para a necessidade das nações se unirem na busca de alternativas para os rumos do desenvolvimento, a fim de evitar a degradação em nível planetário. Afirmava também que o crescimento econômico sem melhorar a qualidade de vida das pessoas e das sociedades não poderia ser considerado desenvolvimento (Agenda 21 brasileira-Bases para discussão - Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21-MMA/PNUD-2000).

¹³ A comissão que elaborou o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, em 1994, era formada por membros da Embratur, do IBAMA, do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, empresários do setor turístico e ONGs ambientalistas.

¹⁴ Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.

condições necessárias à implantação do ecoturismo. Além disso, grande parte dos empreendimentos locais pertence a agentes externos, e as populações, na maioria das vezes, têm participado exclusivamente como atores subalternos.

A questão ecoturismo/conservação remete ao debate sobre o lugar do conceito de conservação ambiental frente às imposições do capitalismo. Diversos autores defendem a idéia de que há a incorporação de um ambientalismo no capitalismo, entre eles Dupuy, afirma que “a ecologia do capitalismo é a integração dos constrangimentos ecológicos na lógica capitalista. Esta integração é possível e está em via de conceptualização, programação e implantação” (1980, p.16). O autor argumenta que, ao contrário do que os economistas clássicos previam, de que o capitalismo estava fadado a perder o fôlego e estagnar, devido a uma saturação na demanda de mercadorias, este tem se transformado para manter-se com vigor. O crescimento capitalista foi alimentado durante muito tempo por uma lógica que implicava a criação de bens distintivos, ou seja, produtores de status social. Nesta lógica, “para satisfazer um mesmo valor de uso é preciso um valor de troca mais forte” (Dupuy, 1980, p.17), porque no momento em que os bens se tornam acessíveis a uma parcela maior da população deixam de denotar status social, ou seja, perdem valor. Assim, estimulou-se constantemente a produção e a diversificação de bens materiais e, portanto, o crescimento da indústria. Também estimulante ao crescimento do capitalismo foi a diminuição da duração de vida dos bens de consumo. Esta lógica de crescimento deu origem a graves problemas ambientais, a desperdícios e a degradações. Os recursos naturais, como a água e o ar, por exemplo, tornaram-se escassos e precisaram ser reciclados, aumentando o custo da produção, implicando uma necessidade real das indústrias se preocuparem com a gestão ambiental, até mesmo para continuar a funcionar. Assim o autor explica o que quer dizer com incorporação dos constrangimentos ambientais no capitalismo.

Moreira (1993) fala também de um “capitalismo ecológico”. Pensa sobre a ecologia como disciplina científica e como campo de expressão social dos movimentos ambientalistas e demonstra que estes movimentos baseiam-se em críticas ao modo de produção industrial e ao estilo de vida das sociedades capitalistas. Descreve então a conformação de um “capitalismo ecológico” que incorpora constrangimentos ecológicos à lógica da acumulação capitalista. Este se basearia em um neo-cartesianismo que reconhece a interdependência entre “Mundo” concebido como sócio-histórico e “Terra” concebida como biosfera, como recursos produtivos e como capital ecológico, ainda sujeita à dominação humana.

Outro aspecto do capitalismo contemporâneo discutido por estes autores é o da produção de bens imateriais. Dupuy cita a sociologia americana com autores como Daniel Bell e Marshall McLuhan, entre outros, como divulgadora da idéia de uma sociedade pós-industrial. A sociedade contemporânea estaria vivendo um momento em que as necessidades materiais estariam satisfeitas e a produção e o consumo cresceriam então em relação aos bens imateriais, tais como a cultura, a educação, os lazeres, a saúde, a preservação ambiental, etc. Esta economia pós-industrial seria dominada pelo setor de serviços, da qual a informação seria o elemento principal. Esta fase pós-industrial estaria portanto identificada com o capitalismo ecológico. Dupuy (1980), no entanto, classifica esta argumentação como uma “mitologia postiça”. Lembra que as indústrias poluentes e pesadas não desapareceram, mas foram transferidas para o

Terceiro Mundo e diz ainda que a sociedade comunicacional ou o capitalismo ecológico, resulta de uma dupla necessidade: a dos países desenvolvidos reorientarem o seu crescimento para produções menos destruidoras e a do capitalismo internacional “relocalizar-se” na escala mundial.

Também criticando a noção de pós-industrialização, Moreira (1999) sustenta que para falar em fim da sociedade industrial e do trabalho produtivo teria que se reconhecer um novo momento da exploração do trabalho manual e intelectual nas sociedades capitalistas contemporâneas. No entanto, o que se vê é um aumento da exploração da força de trabalho devido a vários processos em curso, como o desemprego, a redução dos salários, o aumento da produtividade associado a novas esferas como a telemática, a indústria de comunicações e propaganda, a indústria cultural, a informatização de antigos setores industriais, etc. Aponta, portanto, a existência de uma mudança no capitalismo contemporâneo, que, no entanto, ocorre sem que se transforme sua ordem social configuradora de desigualdades e suas formas de organização e controle social (1993).

No momento em que transportamos esta idéia para a questão das áreas protegidas e do turismo, podemos perceber as dificuldades e as limitações da idéia conservacionista operando dentro da lógica capitalista. Nesta lógica, a “natureza” tem sido pensada e reproduzida como um produto para consumo e é esperado que o mercado para este tipo de produto continue a se expandir. A conservação, entretanto, trabalha com a idéia de limite e controle, o que aponta aspectos contraditórios entre as duas proposições. Embora o ecoturismo tenha como princípio ser um “turismo responsável”, e apesar de existirem operadores que trabalham dentro deste princípio, e locais onde se ensaia o ordenamento da atividade de acordo com os padrões propostos, ao se pensar de uma forma ampla, avaliando o que ocorre em geral, o que se tem visto é muito mais a ampliação de um turismo massificado voltado para os atrativos naturais do que propriamente ecoturismo, levando em consideração suas conceituações.

Uma outra questão implicada é a que diz respeito às dificuldades que as áreas protegidas enfrentam para se manterem como tais; geralmente por não estarem integradas a projetos conservacionistas mais amplos. Nesta perspectiva, sofrem pressões das atividades econômicas e sociais que ocorrem em seu entorno, geradas, em grande parte, pelo padrão de consumo da sociedade capitalista atual, que produz impactos ambientais negativos em uma velocidade muito maior do que o desenvolvimento tecnológico tem conseguido compensar. É útil lembrar também a existência de populações locais que fazem uso dos recursos naturais e que não estão ainda convenientemente incluídas no debate e no planejamento destas áreas.

Finalmente, penso que a idéia de um capitalismo ecológico esteja mais associada a alguns países do Norte (pois nem todos estão da mesma forma preocupados com questões ambientais) como diz Alier: o “ambientalismo dos ricos, dos efluentes da afluência” (1997, p.222) que hoje procuram lidar com os problemas criados para o mundo pelo seu próprio processo de desenvolvimento. O capitalismo do Sul não parece ter ainda ingressado na fase da gestão ambiental e das preocupações ecológicas. O ecologismo, então, demonstra estar mais estabelecido como um discurso ainda não

incorporado à prática, o que no caso do turismo tem incentivado o afluxo massivo às áreas ambientalmente conservadas, promovendo mais um constrangimento à idéia de conservação.

É preciso lembrar também que em relação às unidades de conservação em condições capitalistas de Terceiro Mundo - onde tantas populações disputam terras para plantar e morar (apesar da amplitude dos territórios) e onde se alargam as condições de vida degradantes - torna-se mais complexo manter suas fronteiras, confrontadas com situações de conflitos de diversas naturezas que se multiplicam continuamente.

4.3 – Turismo e população local:

O turismo é visto pelas populações que o consomem como uma forma de ocupação de seu “tempo livre”, o tempo do “não-trabalho”, e é percebido pelas comunidades receptoras como oportunidade de trabalho e fator de transformação em suas vidas; como um fenômeno multifacetado que contribui decisivamente para a redefinição da fisionomia espacial e das relações econômicas e sociais locais.

Com relação às mudanças no aspecto físico e espacial das localidades, o turismo, por provocar uma revalorização econômica da terra e a conseqüente especulação imobiliária que, aliadas também às transformações nos padrões de uso do solo, induzem a um maior parcelamento deste. Além disto, verifica-se um adensamento de construções, tanto de moradias devido ao aumento populacional que geralmente acompanha a atividade, quanto de infra-estrutura urbana e equipamentos turísticos. Inúmeras outras transformações se operam nas localidades que passam a ser consideradas territórios turísticos. Como lembra Nicolas (1996), “mais do que uma atividade econômica, o turismo é uma prática geradora de atividade econômica”. Devido às demandas criadas pelo turista em relação a transporte, alojamento, alimentação ou recreação, desenvolve-se uma enorme gama de negócios e empregos relacionados aos setores do comércio e de serviços. Quanto a isto, apesar da dinamização das economias locais, há que se atentar para o aspecto de sazonalidade da atividade, bem como a grande dependência de mercados externos ao local, de modismos globalizados, de tendências do turismo mundial. Desta forma, uma localidade pode se transformar de um momento para o outro em um destino turístico de importância, recebendo um enorme fluxo de visitantes e provocando a migração de populações à procura de trabalho ou emprego de capital, como pode também abruptamente ser relegada ao abandono. O crescimento econômico que se dá de forma relativamente rápida com o turismo tem iludido governantes, investidores e populações residentes que, deslumbrados pelas possibilidades que se apresentam, abandonam atividades tradicionais, muitas vezes vendo suas esperanças se evaporarem com uma rapidez jamais imaginada.

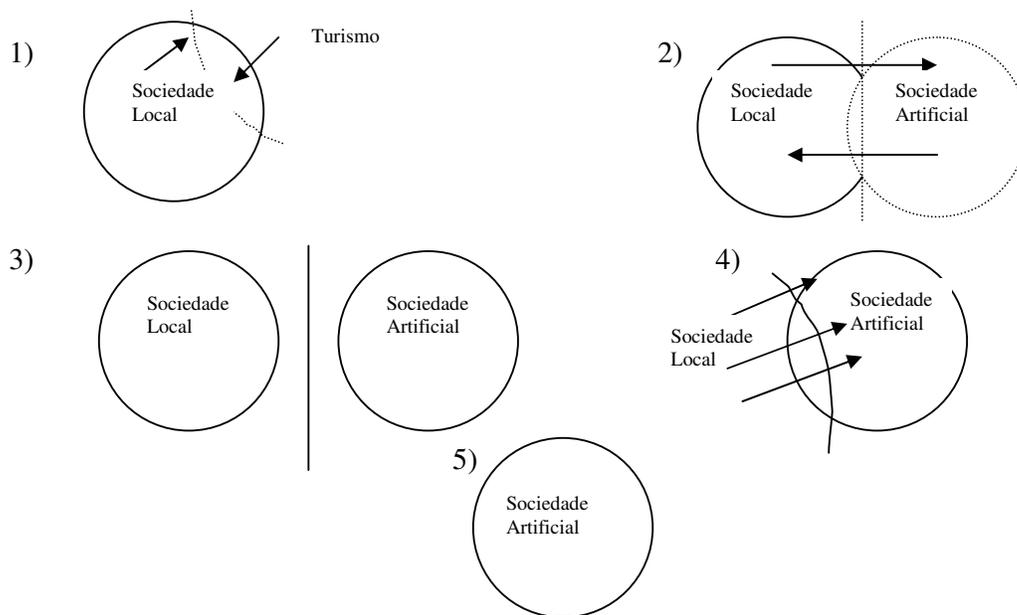
Como argumenta Luchiari (1998), a evolução dos lugares turísticos, generalizada na década de 1980, obedece a uma lógica de descoberta/exploração/destruição na qual às elites caberia a descoberta e os outros dois passos ao turismo de massa que se instalaria em seguida, provocando uma saturação dos lugares e, por fim, sua substituição por outros lugares. O interesse que o crescimento turístico desperta em investidores de fora da localidade é geralmente um fator que conduz à realocação espacial e à desvalorização das populações locais. Na maioria das vezes estas vendem suas terras e moradias por preços muito abaixo do que valem no mercado imobiliário e tornam-se

empregadas dos novos proprietários geralmente com baixos salários, na medida em que são consideradas mão-de-obra desqualificada. Normalmente estas populações vão morar nas periferias locais, em condições de vida bem piores do que às anteriores e passam à condição de desempregados ou subempregados.

Mudanças em geral se operam também com relação às culturas locais. O contato com turistas, vindos de grandes centros urbanos, com costumes e valores muito diferentes dos encontrados nos pequenos vilarejos, tem deflagrado processos de intensa troca cultural. Não é sem dificuldade que se dá a análise deste fenômeno, na medida em que apresenta grande complexidade o estabelecimento de fronteiras culturais, sendo assim, “diferentes identidades se constituem na medida em que se cruzam no cotidiano” (Lask, 1994 apud Barth, 2000, p.21), como resultado da interação entre os grupos culturalmente diferenciados. No Aventureiro, à identidade dos agricultores-pescadores foi incorporada as de barqueiros transportadores de turistas, donos de bar e de camping. Principalmente o bar e o camping trouxeram mudanças na casa e na família do lugar. O espaço no entorno da casa, voltado unicamente para as lidas domésticas, o tratamento do produto agrícola ou dos animais da família, passou a ser ocupado também por pessoas estranhas, com outros hábitos, dividindo e invadindo o espaço da intimidade familiar. O contato com os jovens “de fora” tem influenciado os filhos das famílias locais, provocando conflitos entre pais e filhos, que agora ocorrem em menor proporção devido à adaptação também dos mais velhos aos costumes externos. Principalmente o turismo, cujo maior interesse é a natureza, coloca em contato as consideradas “populações tradicionais” e as populações urbanas ávidas pelos ambientes naturais, e provoca mudanças diversas, diminuindo a distância entre as sociedades urbano-industriais e estas populações. No entanto, segundo Carneiro (1998), a dificuldade atual de se distinguir claramente as cidades e os pequenos vilarejos a partir de critérios econômicos ou de hábitos culturais não significa que esteja ocorrendo um processo de homogeneização que transformaria a distinção entre o rural e o urbano num *continuum* dominado pelo urbano. “As transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural (...). Mudanças de hábitos, costumes e mesmo percepção de mundo ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social”. Nessa perspectiva estão incluídas as possibilidades tanto da localidade “sucumbir às pressões e interesses externos, mais potentes” como consolidar sua identidade local no confronto com o outro. A cultura local seria então resultado de um processo dinâmico em que seus elementos distintivos se articulariam com novos valores, hábitos e técnicas, em um movimento duplo, na medida em que há também a incorporação de elementos de uma outra “cultura rural” por parte de uma “cultura urbana” (Carneiro, 1998, pp.58-59).

Cara (1996) aborda a turistificação, termo do campo da geografia, que significa a apropriação de um território pelo turismo, como um processo que afeta tanto as dimensões materiais como, fundamentalmente, as simbólicas de uma sociedade. Ao discutir os processos produtores de imagens coletivas e representações, constrói cinco modelos que podem ser interpretados como etapas da relação entre a sociedade local e os estímulos da atividade turística. Na primeira, a sociedade local é autogeradora de imagens, incentivada pela proposta de atividades turísticas, busca seus valores e

especificidades e domina o processo criativo. Na segunda, com a intensificação da turistificação, começaria a se formar uma “sociedade artificial”¹⁵ paralela à sociedade local, em que alguns atores podem participar de ambas. Na terceira etapa, a separação entre as duas instâncias poderia ser total, a sociedade local sendo excluída, constituindo-se um imaginário que apesar de estar sobre a materialidade local é alheio e estranho a ela. A quarta é aquela em que uma reação poderia ocorrer, produzindo uma reconquista dos âmbitos da sociedade local, ainda que parcialmente. Poderia ser consequência do abandono do local pela elite em razão da degradação ambiental. Esta situação provocaria uma tomada de consciência por parte de atores locais que geraria uma atitude política. Neste processo, o imaginário corresponderia a assumir como próprios ambos os campos de imagens o que em geral incluiria as contradições que se tornaram evidentes. Por último, o caso extremo desenvolvido pelo turismo, seria a constituição de uma “sociedade artificial”, sem contato com a sociedade local, uma ilha em um espaço e tempo fechados em si mesmo.



Refletindo sobre o que ocorre nas localidades turísticas a partir dos esquemas montados por Cara (1996), apesar de considerar que estes processos não se dão de maneira unívoca em cada uma delas e encarando-os como modelos, abstrações que não podem ser reificadas, percebo que grande parte destas localidades podem ser associadas à segunda etapa. Isto se dá, porque nela alguns agentes locais encontram lugar para se desenvolver, na medida em que o turismo favorece o aparecimento de pequenos empreendimentos que crescem e dão origem a uma nova elite local, no sentido de que novas parcelas da população passam a empreender negócios turísticos aumentando seu poder aquisitivo. No entanto, boa parte da população pode ficar excluída deste processo

¹⁵ Entendo que o autor utiliza esta expressão para falar dos valores externos que começam a se instalar no imaginário local. Chamo, no entanto, atenção para o aspecto problemático desta definição, pois nela a sociedade local não é vista de forma dinâmica e sim como uma sociedade fechada, como algo “natural” invadido por valores externos “artificiais”, o que pressupõe a idéia de autenticidade que atrai tanto os turistas

ou inserida de maneira subalterna. As imagens neste caso, mesmo ligadas à cultura local, são selecionadas a partir de um referencial externo, compondo uma versão facilmente assimilável pelos padrões da sociedade englobante. A terceira e quinta etapas descritas seriam encontradas onde se implantam mega-empresendimentos do tipo resorts e parques temáticos, verdadeiras “ilhas da fantasia”, desconectadas de seu entorno, sem vínculos com a cultura local, seguindo padrões de um turismo globalizado. A quarta etapa seria aquela em que uma localidade, após passar por um processo traumático de abandono, pós-saturação pelo turismo de elite ou de massa, procuraria reverter suas expectativas e buscar novos caminhos para o desenvolvimento. Deixei para abordar em último lugar a primeira etapa, pois penso que nela residiriam as possibilidades de organização de um turismo em que a incorporação da atividade se desse de forma integrada com a cultura local, estimulando a busca endógena de especificidades, de uma identidade diferenciada. Apesar do turismo no Aventureiro ser significativo em termos quantitativos, como se tem notícia de aglomerações de 2500 a 3000 pessoas em alguns carnavais, ainda parece estar na primeira etapa, por não ter provocado transformações radicais na paisagem e na cultura e principalmente pelo fato de ser conduzido ainda quase inteiramente pelos atores locais, de forma que seus valores e imagens ainda dominam o processo criativo. Seu “modo de fazer” o turismo é improvisado, baseado e incorporado ao fazer da própria vida.

Nesta perspectiva, as relações com os “de fora”, ajudariam o grupo a “definir sua identidade sustentada no pertencimento a uma localidade” (Carneiro, 1998, p.62). A memória coletiva contribuiria com este processo, informando sobre o reconhecimento de seu espaço próprio e identificando as mudanças adaptativas do grupo. A tradição recontextualizada, vista não como uma “volta ao passado” e sim como uma nova leitura do presente, contribuiria para a criação de um “espaço próprio ao mesmo tempo que um espaço de acolhida” (Cara, 1996, p.91).

4.4 – O turismo na Ilha Grande:

Considero importante observar o processo de envolvimento com o turismo que tem ocorrido na Ilha Grande, de um modo geral, para ajudar a pensar o do Aventureiro, pois embora veja diferenças profundas no que ocorre nos dois espaços, entendo que o que acontece na esfera mais ampla tende a ser replicado pontualmente, se as circunstâncias permitirem. É possível assim nos perguntar o que ocorreria no Aventureiro caso a Reserva Biológica deixasse de abrangê-lo, tornando este espaço vulnerável à especulação imobiliária.

O turismo na Ilha guarda semelhanças com o que ocorreu amplamente no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, denominado pela regionalização turística como Região da Costa Verde, que envolve os municípios litorâneos de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty. Nesta região, a construção da rodovia BR-101, no trecho Rio-Santos, foi um fator decisivo para o aparecimento do turismo de massa, aumentando enormemente a especulação imobiliária. Durante a década de 1980, foi intensa a construção de hotéis e, na década de 1990, consolidou-se a moda de mega-empresendimentos, os resorts e os condomínios fechados, privatizando grandes trechos do litoral e várias das muitas ilhas da Baía da Ilha Grande.

A Ilha Grande não esteve imune a este processo. Desde a década de 1970, havia um fluxo turístico não muito intenso para o local, tendo sido nesta década a implantação do

primeiro hotel, na Vila do Abraão. O que de alguma maneira conteve este fluxo foi a existência do Instituto Penal Cândido Mendes. No entanto, ainda assim, o turismo crescia. Era comum o excursionismo (visitação turística com a duração de um dia). Pessoas hospedadas na região iam conhecer a Ilha. O Abraão sempre foi o local mais visado pela classe média por contar com o serviço de barcas, na época, da Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro – CONERJ, hoje privatizado e explorado pela empresa Barcas SA. Os outros locais eram mais visitados por pessoas que possuíam barcos próprios. Durante a década de 1980, foram construídas algumas pousadas no Abraão e, em 1992, quando foi elaborado o Plano Diretor do Parque Estadual da Ilha Grande, já havia oito pousadas e oito campings na Vila do Abraão, além de quinze estabelecimentos que ofereciam refeições, entre bares, restaurantes e pensões. Havia também um hotel e dois campings na Enseada das Palmas. Neste ano, o turismo, embora muito menos intenso do que hoje, já apresentava semelhança às condições atuais. Uma matéria do jornal “Folha do Meio Ambiente”, em janeiro de 1993, tinha como título “A baía da Ilha Grande pede socorro”.

O relatório de pesquisa do Plano Diretor do Parque sobre a atividade turística dentro de sua área descreve que sete agências de turismo do Rio de Janeiro ofereciam pacotes para a Ilha Grande, porém a maioria dos turistas preferia chegar por conta própria através das barcas ou de traineiras que faziam lotação de passageiros. Naquele momento, já era grande também a migração para a Ilha para trabalhar com o turismo.

Surgiam constantemente novos bares, restaurantes, campings e pousadas, que começavam de forma muito improvisada, como por exemplo, com moradores alugando cômodos de suas casas e seus terrenos para camping, melhorando instalações e serviços à medida em que acumulavam algum capital. Em 1992, embora a infra-estrutura urbana estivesse crescendo, ainda havia apenas um telefone no Abraão, não havia rede de esgoto, o fornecimento de água era precário e a coleta de lixo da Prefeitura, irregular. O relatório registra que o grande aumento de pessoas no local, que se dava basicamente em feriados e no verão, causava problemas como a presença de “línguas negras” de esgoto nas praias, muito lixo, construção intensiva de casas, algumas inclusive nas encostas dos morros.

Em 1994, depois de mais de uma década de debates sobre a questão, o governo estadual desativou o presídio. Jornais da época documentaram declarações das autoridades sobre a importância turística da Ilha Grande como o maior motivo para a sua retirada de lá. A outra grande razão para isso era que a concepção de manter unidades prisionais em ilhas isoladas tinha sido considerada ultrapassada, na medida em que acarretava custos muito altos, propiciava a falta de integração com o sistema penitenciário central e um afastamento maior dos presos de sua família, o que era visto como negativo em termos de sua reintegração à sociedade.

A população do Abraão composta, então, em grande parte, por funcionários do presídio, dividia-se entre os que queriam e os que não queriam seu fim, sendo estes últimos a maioria. Como ressalta Prado (2002, p.5), “a idéia de que no tempo do presídio era melhor é como uma vinheta ou uma pontuação que se ouve o tempo todo por parte dos nativos”; principalmente os da Vila do Abraão e da Vila de Dois Rios.

No restante da Ilha, a opinião era e é diferente. As populações das praias mais afastadas, principalmente as do lado oceânico, eram constantemente molestadas com a fuga de

presos, que as pressionavam por causa dos seus barcos de pesca. Este é um relato recorrente no Aventureiro até hoje. Durante minha pesquisa de campo, muitas pessoas me contaram sobre como foi bom para elas o presídio ter acabado. Outros atores que pressionavam pelo fim do Instituto Penal eram os proprietários mais abastados, donos de mansões, lanchas e iates, que se sentiam ameaçados e incomodados com a situação. Eram também alvo dos presos para conseguir barcos, embora tivessem melhores condições de defesa, como por exemplo casas mais seguras e armas. Além deles, os grandes empresários do turismo, interessados em implantar resorts em algumas localidades da Ilha, procuravam exercer influência junto ao governo estadual neste sentido.

Em 1991 e 1992, quando foi feito o diagnóstico do Plano Diretor do Parque, muito se falava sobre a expectativa de crescimento do turismo na Ilha depois da retirada do presídio, fato tido como certo e para breve, tendo sido considerada esta hipótese nas projeções de planejamento das equipes que dele participaram. O que se esperava realmente ocorreu. O turismo expandiu-se intensamente por toda a ilha e a especulação imobiliária também. O que havia ocorrido com região da Costa Verde a partir da construção da Rio-Santos, no final da década de 70, guardando evidentemente as devidas proporções, ocorria em meados da década de 1990 com a Ilha Grande. Digo guardando as devidas proporções não só em relação ao tamanho da Ilha comparado ao da região, mas também em razão das restrições ambientais. Desde a década de 1970, esta região, em geral, e a Ilha Grande, em especial, vinha sendo abordada pelo ambientalismo. Diversas unidades de conservação foram criadas desde então. Isto certamente tem sido um fator importante de limitação ao turismo e à especulação imobiliária no local. Embora muitas das inúmeras leis ambientais que regulam a área sejam constantemente desrespeitadas, é extensa e visível a recuperação das florestas, tendo em vista que em épocas anteriores foram quase totalmente extintas pela extração de madeira e por plantações. Além disso, apesar de haver uma intensa atividade construtiva em toda a Ilha, os interesses econômicos mais pesados, que visavam à implantação de empreendimentos de grande porte, foram por diversas vezes coibidos. Como exemplo, podemos citar a frustrada intenção de substituir o presídio na localidade de Dois Rios por um hotel cinco estrelas. Isto se deu porque depois de muita polêmica e pressão de diversos setores, principalmente os ambientalistas, o governo estadual decidiu ceder a área para a instalação de um campus de pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Outros locais na Ilha foram também disputados para a construção de gigantescos complexos turísticos: a praia de Lopes Mendes, um enorme trecho ligando a praia da Longa à praia do Sul, em que hoje se encontra a Reserva Biológica e a localidade de Freguesia de Santana, em que se pretendia construir um condomínio de grandes proporções. Todos estes empreendimentos e ainda alguns de menor porte têm sido evitados pela disputa de forças políticas, em que se contrapõe o campo do ambientalismo ao campo dos grandes interesses econômicos.

Em paralelo a este processo têm aumentado, de forma vertiginosa e constante, as iniciativas de pequeno porte. Estas se configuram de forma mais democrática por darem oportunidade a um número maior de pessoas e com menor poder aquisitivo. Todavia, pela forma desorganizada como vem ocorrendo, têm causado grande impacto, não só na paisagem como também nas condições ambientais e na vida da população local. Apesar de presenciar este crescimento turístico sem precedentes, o poder público não

correspondeu em termos de dotação de infra-estrutura, planejamento e ordenamento da Ilha capazes de fazer frente às novas demandas criadas. Desta forma, um sem número de problemas tem se avolumado, apesar de todos os planos¹⁶ que já foram elaborados para o local. Segundo informações da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis ao jornal “O Globo” de 28/05/2000, a Ilha Grande, possuía, em 1994, quinze pousadas e, em 2000, cerca de oitenta. Em 2003, segundo pesquisa da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – TurisRio, as unidades de hospedagem, entre pousadas e *campings*, haviam chegado a 107, número certamente desatualizado, na medida em que surgem a cada dia novos estabelecimentos. A maioria dos problemas ambientais e sociais criados por esta situação relaciona-se ao aumento de esgoto e lixo, aos desmatamentos, às construções em áreas proibidas, aos *campings* irregulares, à grande quantidade de pessoas concentradas em pequenas localidades, em determinados períodos do ano, causando vários tipos de desordens, o uso e o tráfico de drogas, entre outros.

Por iniciativa de ambientalistas locais e moradores da Ilha, preocupados em encontrar soluções para seus problemas e tentar envolver de forma mais objetiva o poder público com estas questões, foi negociado um pacto, o Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental – T AC, assinado em 20 de janeiro de 2002, entre a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a na época denominada Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, A Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA, o Instituto Estadual de Florestas – IEF e o Ministério Público.

O TAC foi criado com o objetivo de estabelecer compromisso de cada um destes órgãos em atuar na solução dos principais problemas sócio-ambientais da Ilha, que, segundo os participantes das reuniões que deram origem ao Termo (representantes de órgãos, associações e outras instituições locais), são: saneamento das áreas de concentração populacional, coleta, tratamento e destinação do lixo produzido, recuperação de áreas degradadas, ordenamento da ocupação dos imóveis do Estado, definição de limites para o acesso de visitantes e consolidação de regras para a realização de obras e construções. Na prática, no entanto, até o momento, apesar de já se terem completado dois anos da assinatura deste documento, suas proposições não foram nem mesmo parcialmente concretizadas.

Em setembro de 2002, a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis deu início ao processo de revisão de seu Plano Diretor. Segundo documento da Prefeitura disponibilizado em sua página na Internet¹⁷, os municípios que elaboraram o Plano, antes de ser promulgado o “Estatuto da Cidade”¹⁸, devem nesta revisão (que segundo o próprio Estatuto precisa ser feita pelo menos a cada dez anos) adequá-lo a ele. Nesta época, foi realizado um seminário de onde se originaram as “Diretrizes para a Elaboração do Plano Diretor de Angra dos Reis”. Estas diretrizes foram apresentadas às comunidades do município, em reuniões locais, realizadas a partir do mês de julho de 2003, com o objetivo de submetê-las a uma apreciação que resultasse em críticas e propostas.

¹⁶ Plano Diretor do Parque Estadual da Ilha Grande, Plano Diretor do Município de Angra dos Reis, Plano Diretor de Turismo da Ilha Grande (para citar alguns).

¹⁷ www.angra.rj.gov.br.

¹⁸ Lei nº 10.257/01 (regulação do Capítulo de Política Urbana da Constituição Federal).

As reuniões que diziam respeito à Ilha Grande (e que foram três, reunindo em cada uma um grupo de comunidades de praias próximas) aconteceram nos meses de agosto e setembro de 2003. Neste processo, representantes das diversas praias e vilas da Ilha Grande, juntamente com representantes das organizações não governamentais locais e com o endosso da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, segundo documento da própria Universidade¹⁹, após avaliar as propostas da Prefeitura, criaram uma comissão que produziu uma proposta de retirada da Ilha Grande da atual revisão do Plano Diretor e a criação de um fórum específico para a discussão de suas questões. Cabe ressaltar que apesar dos nativos estarem representados nos fóruns de discussão sobre os problemas da Ilha, existem discrepâncias entre estes e aqueles que, embora atualmente sejam moradores, são considerados como “de fora”, entre os quais figuram os ambientalistas, ao que Prado (2002) chama de “polaridade entre nativos e não nativos”. Esta polaridade se dá calcada na diferenciação de classe social e de poder, tendo como extremos, de um lado, os “nativos”, ‘pobres’ e empregados do turismo, representantes da tradição local e, do outro, os ‘não-nativos’, ‘ricos’, patrões e ambientalistas.” Segundo Prado, os nativos sentem-se “ignorados e desconsiderados” e “reagem com um outro poder - com fortes repercussões simbólicas e práticas - que é o de se manterem impermeáveis ou resistentes às “tentativas civilizatórias dos de ‘fora’” (2002, p.9). Neste sentido, as lutas ambientalistas locais têm sido conduzidas pelos atores “de fora”, com uma participação de certa forma a contragosto de representantes nativos.

O documento preparado pela comissão foi motivado pela discordância dos atores já citados sobre algumas das propostas apresentadas pela Prefeitura, tais como: redução para 200 m² da área mínima para lotes de terreno em algumas vilas, o que, em seu ponto de vista, incentivaria o adensamento populacional e a urbanização; permissão para construção de grandes empreendimentos em outras áreas da Ilha, para citar apenas duas. Entre as propostas rejeitadas está o zoneamento previsto para a localidade de Dois Rios, onde atualmente funciona o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável – CEADS, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Apesar desta área estar cedida para a Universidade por um período de cinquenta anos, através de um Termo de Cessão que começou a vigorar em 1994, e de estar no âmbito do Parque Estadual da Ilha Grande, unidade de conservação administrada pelo Instituto Estadual de Florestas; neste zoneamento, grande proporção dela é descrita como Zona de Interesse Turístico 4 (ZIT 4), “destinada ao turismo de veraneio de grande porte com área construída de mais de 1 000 m², com taxa de ocupação de 75% (percentagem da área do terreno que pode ser ocupada pela construção) e coeficiente de aproveitamento igual a três (coeficiente pelo qual se multiplica a área do terreno para definir a área total a ser construída). Exemplo: resorts, hotéis, marinas, restaurantes, bares, shoppings, clubes esportivos, apart-hotéis, parques temáticos, similares” (Diretrizes para a Elaboração do Plano Diretor de Angra dos Reis, PMAR, 2002).

Este item causou grande polêmica, sobre a qual se pronunciaram na imprensa o presidente do IEF e a Reitora da UERJ, repudiando a proposta da Prefeitura e o fato de não terem sido chamados a participar do debate. Causou indignação por estar se dispondo, sem nenhuma consulta às instituições envolvidas, de uma área que já é utilizada por um órgão público, com finalidade de ensino e pesquisa, estabelecida em

¹⁹ “Posicionamento da UERJ em relação à proposta de revisão do Plano Diretor de Angra dos Reis referente à Ilha Grande” – outubro de 2003.

documento legal de longa duração (50 anos). Além disto, as atividades propostas, reconhecidas como de alto impacto ambiental e social, são consideradas totalmente inadequadas para serem desenvolvidas em uma unidade de conservação. É possível perceber aqui, mais uma vez, a disputa entre a conservação ambiental e os grandes interesses econômicos que falam muitas vezes através do planejamento e da gestão dos próprios órgãos públicos.

Procurando caracterizar o turismo que hoje ocorre na Ilha Grande, podemos descrevê-lo como um turismo de massa que tem como principal interesse os atrativos naturais. Caracteriza-se pela sazonalidade voltada para os meses de verão (dezembro/janeiro/fevereiro) e feriados prolongados, sendo os principais Ano Novo, Carnaval e Semana Santa. A localidade que recebe o maior fluxo turístico continua a ser a Vila do Abraão, onde se concentra também a maior parte da infra-estrutura urbana e turística. Os problemas de superpopulação, excesso de construções, esgoto e lixo afetam com maior expansão e profundidade este local. Como chama a atenção Prado, “(...) o Abraão é o foco e a fonte de muitos questionamentos; e as atitudes são ambíguas em relação ao que se vê como a explosão do turismo: de um lado é considerado invasivo e, de outro, se reclama quando ‘as pousadas não enchem’ ou o ‘turismo está baixo’, implicando a falta de rendimento para muitos e em muitos sentidos”. O Abraão representa hoje o que “as outras comunidades da Ilha não querem ser” (Prado, 2003, p.8).

Segundo o Plano Diretor de Turismo da Ilha Grande (Tangará,1998), a maioria de seus visitantes pertencia a classe média (41%), seguidos dos de classe média baixa (40%), alta e média alta (8%) e baixa (10%).²⁰ Somente 7% dos turistas utilizava agências de turismo. A maioria preferia organizar as viagens por conta própria. O maior número de visitantes era proveniente do Estado de São Paulo, em segundo lugar do Estado do Rio de Janeiro, seguido de Minas Gerais. Uma parcela bem menor dividia-se entre outras procedências. A faixa etária dos freqüentadores da Ilha estava distribuída da seguinte maneira: (58%) de 25 a cinquenta anos, (31%) de 26 a 34 anos, (27%) de 35 a cinquenta anos, (18%) de dezoito a 23 anos e (11%) acima de 51 anos. Cerca de 43% destes turistas eram casais sem filhos, 36% casais com filhos e apenas 21% visitantes individuais. A maioria dos empreendimentos turísticos era de pequeno porte e de administração familiar, absorvendo a mão-de-obra local.

Um aspecto bastante ressaltado pelo Plano Diretor de Turismo da Ilha Grande (Tangará, 1998) é que por diversos motivos, entre eles a presença de trechos importantes de Mata Atlântica aliada às unidades de conservação, a Ilha Grande apresenta um potencial muito mais interessante para o desenvolvimento do ecoturismo do que de um turismo de massa do tipo “sol e mar” como o que existe hoje, até porque é um local com altos índices pluviométricos e que em boa parte do ano apresenta temperaturas abaixo das desejadas pelos turistas que procuram esta última modalidade.

Penso que o fato do perfil do turismo que se estabeleceu em boa parte da Ilha Grande ser de turismo de massa deve-se em grande parte à sua proximidade com os maiores centros urbanos brasileiros, por um lado facilitando o acesso dos turistas de baixo poder

²⁰ Os critérios de distribuição em classes são os utilizados pelo IBGE, segundo os autores do Plano.

aquisitivo e por outro lado, aos inúmeros problemas sociais relacionados a estas cidades, provocando um afluxo crescente de pessoas à procura de trabalho nas localidades onde floresce a atividade turística. Na medida em que há uma demanda crescente por trabalho e renda ocasionada pelo desemprego crônico que se estabeleceu no país, o turismo de massa tem sido visto, pela diversidade de atividades pouco especializadas que emprega, além das mais qualificadas, e pela rapidez de ganhos que dele resulta, como uma “solução a curto prazo” para representativas parcelas da população.

Nesta situação se estabelece uma contradição entre a atividade turística e a conservação ambiental também proposta para a área em questão. Instala-se a luta por pedaços do “paraíso”. A paisagem e os recursos naturais transformados em objeto de consumo só se conservam intactos no imaginário, principalmente do turismo, que continua a reproduzir a Ilha Grande como tal. “A justificativa primeira da expansão do turismo é a preservação do recurso natural para ser usufruído pelo turista, ao passo que os empreendimentos imobiliários que vêm atrás dele vão destruindo os recursos naturais, privatizando-os e criando um ambiente artificial. Este processo de destruição do meio ambiente destrói também a lógica do funcionamento e da expansão do turismo” (Luchiari, 2001, p.71).

4.5 – O turismo no Aventureiro: um cenário sazonal:

Apesar de ser necessário ao analisar a questão do turismo em Aventureiro, contextualizá-lo no universo social e histórico da Ilha Grande, de maneira a percebê-lo como fenômeno integrado ao que tem ocorrido em toda a região litorânea do sul fluminense, conforme o que foi descrito no item anterior, cabe também fazer sua distinção em relação a ele. O turismo no Aventureiro é ainda uma atividade incipiente e pouco organizada. Embora tenhamos a percepção de que o local recebe um número exorbitante de visitantes em algumas épocas do ano, como já foi mencionado anteriormente e sobretudo quando relacionamos este número ao espaço físico que ocupa, o fato de ocorrer de forma reprimida por ser em um lugar interdito, como é uma reserva biológica, não permitiu por enquanto uma expansão tão completa como nas outras localidades da Ilha. Ali, os únicos meios de hospedagem são os *campings*.



As barracas de camping, armadas ao lado das casas, são como um cenário que se monta em alguns períodos do ano. À casa caiçara, escondida em meio a vegetação, acoplam-se os acampamentos, uns mais organizados, com seu espaço mais definido, outros, como este da foto, improvisado, invadindo a casa e interferindo na vida da

Apesar de ser possível observar um discreto crescimento do número de construções, a despeito das proibições de construir ou aumentar as casas, não se notam ainda modificações significativas na paisagem. As casas seguem o padrão de distribuição da vila caiçara, em que a maioria delas é protegida pela vegetação e interligada por uma rede de caminhos. Como os meios de hospedagem existentes são móveis (barracas de camping), o turismo no Aventureiro assemelha-se a um cenário que se monta e desmonta periodicamente. Apresenta intensidades diversas dependendo da época observada, em que um número maior ou menor de barracas e uma aglomeração maior ou menor de pessoas, incluindo o burburinho e agitação provocados por elas, compõe o cenário, ficando inclusive desativado durante longos períodos, sem os visitantes, que, em certas épocas, como principalmente no inverno, desaparecem de lá.

Os moradores locais, como vimos, tendo diminuído a atividade agrícola e, por último, a pesqueira, viram, com a chegada do turismo, abrirem-se diversas possibilidades de trabalho como alternativa de sobrevivência. Além dos *campings* nos terrenos de suas casas, as principais são o transporte de turistas nos barcos e a venda de refeições e bebidas. Com o passar do tempo e o envolvimento cada vez maior com a atividade, alguns moradores têm procurado organizá-la e incrementá-la; um pouco a seu modo, um pouco por influência de agentes externos. Com esta intenção, foi construída uma barraca de bambu no início da praia para informações turísticas e venda de passagens de barco, pretendendo assim ordenar a lotação dos barcos nos períodos de maior demanda. Nos *campings*, os banheiros melhoraram e os proprietários discutem como será quando a energia elétrica chegar e puderem colocar chuveiros elétricos. Os restaurantes, na verdade pequenos bares, geralmente contíguos às casas, servem pratos feitos, os famosos “pfs”. O cardápio de todos eles é praticamente o mesmo: peixe, arroz, feijão e batata frita. Às vezes, o peixe pode ser substituído por frango. Pode-se encontrar também sanduíches de misto quente ou hamburger. Tudo muito simples. No entanto, os “pfs” têm se sofisticado. Uma ou outra fornecedora de refeições percebeu que alguns turistas gostam de salada e passou a servi-la, hábito que não fazia parte da cultura local e que antes não constava do cardápio. Vendem também bolos, salgadinhos e pizza. Uma das “tias”, como são chamadas as mulheres que fazem os “pfs”, já serviu stroganoff de lula. O turista que frequenta o Aventureiro não costuma ser exigente. O “pf” está ótimo para substituir o “miojo” diário dos campistas e é até considerado um luxo. O camping custa R\$ 5,00 por pessoa, ao dia (jan/ 2004). A viagem de barco, normalmente traineiras dos próprios moradores ou de barqueiros de Angra custa R\$ 20,00 (na mesma época). Os jovens turistas costumam ficar por lá entre três dias a uma semana. Alguns estão sempre no Aventureiro. Qualquer fim de semana prolongado aparecem. Estes, de modo, geral ficam sempre no mesmo camping, e são conhecidos pelos moradores. São na esmagadora maioria jovens entre dezoito e 25 anos. Geralmente estudantes universitários e surfistas. A área tem fama de ter ótimas ondas. Principalmente na parte mais restrita da Reserva, as Praias do Sul e do Leste. Fazem caminhadas pelas redondezas, até Provetá, Parnaioca, ou vão mais longe, alguns dando a volta na Ilha a pé, pernoitam no Aventureiro. Não há lojas na Vila. Quando muito, é possível comprar biscoitos, velas, cigarros e refrigerantes em alguns bares.

Nota-se uma assimilação, por parte dos moradores, de alguns hábitos e costumes urbanos, o que contribui para uma aproximação deles com os turistas. Os jovens dão mais importância que os adultos a essa identificação com os turistas. O uso e a conversa sobre celulares e seus recursos, os hábitos alimentares que vão mudando, as conversas

sobre programas de televisão, o uso de gírias, facilitam a aproximação entre os jovens de fora e os locais. Pude observar 5 rapazes do Aventureiro usando tatuagens e brincos, alguns gostam de surfar, vendem artesanato e “sanduíches naturais”, e namoram turistas. Não observei garotas namorando turistas. Segundo o comentário de um deles que está morando com uma ex-turista, “isto está virando moda no Aventureiro”. Quanto à alimentação e ao consumo em geral, observa-se a incorporação de muitos produtos industrializados na vida desta população e um crescimento da demanda para o consumo a partir do dinheiro ganho com o turismo e da identificação com os costumes dos turistas. Uma moradora idosa, agricultora, cujo marido possui *camping* e bar, contou que seus netos só querem saber de comer biscoito, batata frita e refrigerante, embora não dispensem um bom prato de arroz com feijão. Segundo ela, também só querem saber de roupa “de marca”. “Antigamente a gente pegava um pedaço de pano e fazia roupa pra esses meninos. Hoje em dia, eles não quer saber mais não. Só serve roupa de loja boa. Mas eles também é que compra as roupas deles. Ganham o dinheiro deles carregando as mala dos turista e guarda pra comprar roupa.” O volume de dinheiro movimentado pelo turismo do Aventureiro é insignificante se comparado com o de outras localidades. É bastante representativo, no entanto, para esta população que vivia da pequena agricultura e da pesca. Suas condições materiais de vida sofreram transformações. Deve-se ao turismo a entrada definitiva da televisão em suas vidas. Antes existiam apenas dois ou três aparelhos à bateria em toda a Vila. Hoje, praticamente todas as casas têm televisão e antena parabólica. As próprias casas mudaram. Quando não foram totalmente reconstruídas em alvenaria, têm pedaços em alvenaria acoplados ao restante de estuque. Não se vê mais nenhum telhado de sapê. Alguns poucos são de telhas, mas a maioria é de amianto, material mais leve e barato. A televisão e outros eletrodomésticos foram possíveis porque agora todos possuem geradores. Assim, chegaram também liquidificadores, máquinas de lavar roupa, *freezers* e geladeiras, tão importantes para armazenar as bebidas e comidas servidas aos turistas. Estas mudanças são entendidas como parte de uma “melhoria” de suas vidas em geral. Com a televisão, tudo “ficou mais animado”. “Agora a gente tem distração”, embora uma moradora tenha me dito que gosta de ver poucos programas, porque tem “muita sacanagem na televisão”. “Gosto de ver o Globo Repórter, mas a não ser no verão que a gente fica com o motor ligado até tarde, os programas bons são muito tarde e a gente já desligou o motor” (dona de *camping* e funcionária da Prefeitura).

No verão, escutam CDs até onze da noite e, às vezes, até mais tarde. O som é posto bem alto para atrair fregueses. Vêm a novela da noite, não dispensam o “Jornal Nacional” e até os “shows de realidade”²¹, em suas diversas versões, “esquentam” o assunto das conversas. A falta da energia elétrica tão criticada pelos moradores e que representa sua reivindicação maior, tem significados diferentes para outros agentes do local. Para os ambientalistas, “segura o turismo e o crescimento”; para os turistas, entretanto, representa a rusticidade procurada e reforça a impressão de local ermo, selvagem e sem repressões que convém a uma ilha paradisíaca. Destes fatos podemos depreender uma disputa de interesses, valores e de imagens simbólicas sobre o mesmo local, entre a população nativa, os ambientalistas e os turistas.

Um aspecto importante na distinção do turismo no Aventureiro, em relação às outras localidades da Ilha, é que a quase totalidade dos que trabalham com o turismo no local é de moradores nativos pertencentes à população local. Salvo alguns poucos casos de

²¹ programas como Big Brother Brasil, da Globo, ou Casa dos Artistas, do SBT.

pessoas que foram morar lá e também de nativos ex-moradores que retornam na alta estação e trabalham com o turismo, não se verifica, como na maiorias dos lugares turísticos, uma grande quantidade de migrantes conduzindo o processo e os habitantes locais atuando secundariamente.

Apenas um dos bares foge a esta regra. Pertencendo a um morador incorporado²², nele se aglomera a maior quantidade de jovens, não só dentro como na porta e no trecho da praia em frente. Ali, o som é muito mais alto do que nos outros, sua aparelhagem é potente e é acompanhada por enormes caixas acústicas, de onde se ouvem forró, *hip hop*, *funk* e MPB, variando sempre o estilo para agradar a todo tipo de frequentador. O dono, que também possui *camping* e barco, é o único de fora com todas essas atividades no local. Tem, considerando seu próprio relato, grandes ambições de crescimento. Embora tenha ligações com a comunidade, morando lá há cinco anos e inclusive namorando uma nativa, desperta os ciúmes dos locais. Sua presença é percebida por alguns como uma “usurpação”, na medida em que costuma levar vantagens na competição em transportar e hospedar turistas.

Outro fator igualmente determinante é a sazonalidade, característica da atividade turística em geral, contra a qual costumam lutar seus planejadores, criando fluxos ou buscando mercados complementares. No Aventureiro, esta impõe-se de forma mais radical, devido às condições do mar durante o inverno, não permitindo a circulação de barcos do mesmo modo que no verão, embora mesmo nesta época a navegação seja um tanto difícil e incerta.

Estas circunstâncias têm feito com que, mesmo sob intensa exposição aos visitantes em períodos determinados, na maior parte do ano, estes habitantes encontrem tempo e sossego para se dedicar às suas práticas costumeiras e voltar ao seu ritmo tranquilo de vida e à sua sociabilidade tão articulada pelas redes de parentesco. Nestas épocas, é possível cuidar melhor das roças, sair “pra pegar um peixinho” e fazer na igreja a celebração com a ministra da eucaristia que substitui o padre durante todo o ano.

4.6 –Novas formas de sociabilidade:

Os moradores do Aventureiro em vários momentos definem seu espaço e sua privacidade de forma contundente, não abrindo mão deles nem diante dos muitos apelos dos turistas, o que parece ser uma estratégia de defesa eficaz em relação ao turismo. Observei que uma moradora, dona de *camping* e bar, faz questão de ser um tanto rude com os turistas, provavelmente para distinguir bem o espaço que eles podem ocupar. Em outros momentos, noto que têm alguma dificuldade em estabelecer limites. Um nativo, agricultor, ex-pescador e dono de *camping* e bar, declarou ter medo de dizer aos turistas para fazer menos algazarra perto de sua casa à noite, pois “eles podem dizer que não ficam mais no *camping* daquele velho chato”.

Parece-me que os nativos consideram o turista “um mal necessário”. Convivem com eles sem maiores apegos, com uma certa indiferença e distanciamento e no momento em que se tornam mais inconvenientes, aturam suas atitudes ou reagem contra elas de acordo com o momento e com o grau da inconveniência.

²² ver quadro com as categorias em que classifiquei a população do Aventureiro apresentado adiante.

Um senhor de 66 anos, hoje dono de *camping*, bar e barco disse que no início não queria que acampassem em seu terreno, pois tinha medo que mexessem em suas coisas, roubassem seus cocos. Depois percebeu que eles podiam fazer isto de qualquer maneira, mesmo estando no terreno dos outros. Se não aceitasse, só teria os prejuízos, então ouviu os conselhos de seu filho e cedeu.

Os turistas são esperados e sua chegada é de algum modo desejada, embora também temida. Muitos moradores vêem o turismo como uma “salvação” de sua vida penosa do passado, em que não havia dinheiro circulando. Porém, sua partida é também ansiada, como nas palavras de uma nativa já idosa: “não vejo a hora desse pessoal ir embora pra voltar o sossego”. Sua filha em outro momento havia dito: “já estou preocupada que vem aí o final do ano, depois o Carnaval e vai começar toda aquela bagunça e aquela trabalhadeira”. O afastamento dos turistas durante determinados períodos do ano é tão necessário para os moradores, porque “quando é a época da alta, a vida muda muito”. “Esses meninos querem passar a noite toda acordado bebendo cerveja. Às vezes lá pra uma hora da manhã, eu digo que acabou a cerveja, senão não durmo. No dia seguinte, eles dormem até de tarde e eu tenho que acordar cedo pra ir pra roça ou pra dar café da manhã pra algum que combinou comigo” (dona de bar e *camping*, 45 anos).

Os hábitos dos turistas que “gostam de fumar maconha” ainda chocam alguns moradores, embora muitos deles tenham se acostumado e nem liguem mais. Às vezes, pedem pra “ir fumar pra lá, lá longe na praia”, para não fumar perto das crianças. Estranham também a liberdade das meninas que dormem nas barracas com os meninos, raspam a perna na frente de todo mundo. Um morador, dono de bar, de 65 anos, relata ter visto duas meninas trocarem seus biquines na frente dele no terreno da sua casa.

Muitas vezes, os turistas são associados aos artistas de televisão. Como me disse uma senhora: “já vi por aqui uns que aparecem na televisão”. A novela e os programas parecem ajudá-los a entender e a tolerar alguns comportamentos dos turistas.

Sentem-se mais incomodados quando eles bebem muito ou usam drogas mais pesadas e “sai confusão”. “Já teve um aqui que enfiou uma faca na barriga do outro por causa de uma briga por uns óculos. O pessoal chamou a Defesa Civil, mas dizem que o cara já chegou morto em Angra. Perdeu muito sangue aqui na varanda da minha casa” (dona de *camping* e bar). Muitos turistas se ferem em caminhadas ou com as pranchas ou cortando cocos, etc. Como não há atendimento médico, são atendidos na casa de uma moradora que é agente de saúde e que improvisou um pequeno ambulatório em sua casa. “Quando Aventureiro fica cheio, é atendimento o tempo todo, toda hora aparece alguém machucado”, disse ela.

Para Rambaud (1969), a “sociedade urbana em férias” introduz no campo uma nova racionalidade, cria uma nova sociabilidade, suscita novas relações entre as famílias e entre os trabalhadores, produz uma inquietude. Neste sentido, as relações entre os próprios nativos do Aventureiro sofreram mudanças. Uma delas, da qual escutei inúmeras reclamações, é a falta de solidariedade que existe agora, em comparação com outros tempos. “Antes todo mundo se ajudava, agora o povo só quer saber do dinheiro. Se não tiver o dinheiro ninguém faz nada por você” (Moradora incorporada como esposa, quarenta anos). A solidariedade no Aventureiro se expressava nos mutirões para plantar as roças ou construir as casas, na troca de produtos agrícolas entre os

membros da comunidade, no trabalho coletivo de puxar a rede de pesca, na ajuda a parentes e amigos em casos de doença, ou necessidades.

Para Rambaud (1969), o turismo rompe a homogeneidade das relações sociais da aldeia, troca a solidariedade pelo individualismo. Nestas circunstâncias abala a igualdade social dos lugares. A partir desta perspectiva, o trabalho com o turismo teria estimulado no Aventureiro a competição entre as pessoas. É possível que o uso do dinheiro para a compra da maioria dos bens de consumo e as poucas oportunidades de ganhá-lo façam com que cada um se esforce ao máximo por acumular algum excedente que possa ser guardado para o restante do ano. Pode ser também que não seja só para isso, mas que haja um desejo de se estabelecer como elite local. Já que o trabalho assalariado se implanta entre os próprios moradores. Uns passam a ser patrões dos outros, geralmente por serviços temporários. Ainda concordando com esta visão, à economia moral predominante anteriormente contrapõe-se uma economia monetarizada, que estaria transformando as relações sociais. Estabelecem-se então, relações em que “cada um cuida de si e procura se dar bem, quer ser melhor que o outro” como nas palavras dos próprios moradores. Poderiam desta forma, ser explicados o aumento das rivalidades, e também o ciúme e a inveja, devido à competição, sentimentos que resultam em fofocas, e em uma certa insegurança. Portanto, por isso a antiga solidariedade passa a ser lembrada nostalgicamente, embora permaneça presente em diversos momentos, o que pode ser constatado, por exemplo, na organização e celebração da Festa de Santa Cruz descrita adiante.

O uso de assalariados em unidades camponesas é comum quando em caráter predominantemente temporário como argumenta Woortmann (1990). O trabalho permanente é fornecido pelo grupo doméstico, em caráter contratado durante o pico do ciclo agrário. Em Aventureiro isso ocorre atualmente durante o pico do turismo. Os trabalhadores temporários, neste sentido, viabilizam o trabalho da família e não se opõem a ele. Em alguns casos ao invés de se opor ao modelo de família camponesa pode “ser acionado para evitar a ruptura deste modelo”. O assalariamento nestas condições é visto como uma ajuda a quem precisa que o serviço seja feito. Mas quem ajuda, “ajuda se quiser, não é obrigado a fazê-lo” (p. 29). “Este discurso preserva a honra do pai de família pois é um discurso construído com as categorias da reciprocidade”(p. 30). Segundo o autor, este assalariamento ocorreria dentro de determinadas regras em que geralmente não estão incluídos os membros da mesma família. Woortmann faz, referência também a um trabalho de Kenna (1986) em que a autora descreve regras de reciprocidade operando dentro de uma lógica em que ao contrário de não ser possível assalariar parentes um homem tem a obrigação de trabalhar (assalariado) para os parentes, antes que para os outros. Observei que no Aventureiro além disto, o contrário também se verifica. Na época de pico do turismo os parentes que não tem bar ou camping tem uma espécie de dever de ajudar (de forma assalariada) os que tem, para ser possível a família dar conta do trabalho. E os que tem negócios tem o dever de dar preferência a chamar os parentes para trabalhar, como forma de dividir com eles os benefícios da alta temporada.

Para avaliar até que ponto cada uma destas perspectivas operam na localidade específica de Aventureiro seria necessário um trabalho mais aprofundado em busca destas respostas. No entanto, me parece possível que estas duas lógicas operem concomitantemente. Como diz Woortmann (1990), os processos que ocorrem na sociedade mais ampla se misturam com a campesinidade em graus distintos, tornando as

relações mescladas e ambíguas. Conforme o mesmo autor, seu interesse não é afirmar que os grupos estudados por ele sejam camponeses, mas sim extrair de suas falas e dos valores que elas revelam uma ética à qual ele chama de campesinidade, o que pode ser transposto para a situação do Aventureiro. A campesinidade não seria, neste sentido, uma prisão cultural. Como pessoas concretas estes agricultores não seriam portanto radicalmente distintos das pessoas “modernas”.

4.7 –Categorias de moradores:

A população de moradores do Aventureiro, que tem modificado sua composição, suas atividades econômicas e seus costumes desde que a Reserva foi criada e os turistas chegaram, é atualmente de 103 pessoas. Neste número, estão incluídos apenas os que têm sua residência principal no local. Cheguei a ele através de conversas com um grupo de moradores, tomando como base da discussão um mapa esboçado anteriormente por uma moradora que não participou deste grupo.

Entre os que participaram estava a agente de saúde, que, contribuiu decisivamente para que se chegasse a um número atualizado. Este debate informou-me também sobre profissões e atividades de cada morador. Ficou bastante evidente que uma característica marcante desta população é a pluriatividade, aliando às suas atividades tradicionais, ou seja, a agricultura e a pesca, o turismo e os empregos públicos, em que trabalham como funcionários da Prefeitura na escola e na limpeza de praias e trilhas, ou como funcionários da FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, na fiscalização da Reserva Biológica.

Durante o debate com o grupo, discutiu-se bastante sobre o pertencimento de cada morador ao local, vindo à tona visões diferenciadas sobre quem é ou não do lugar, quem está ali só para ganhar dinheiro, quem realmente mora, quem foi embora, mas vai voltar, quem se foi para sempre, etc. Percebi nesta ocasião que os mais idosos têm critérios mais rígidos para enquadrar as pessoas como “do lugar”, não aceitando como pertencentes à comunidade do Aventureiro pessoas que chegaram há pouco tempo (1ª geração no local) se não tiverem se incorporado a partir do casamento com nativos. Ficou claro, para mim, que a aliança por parentesco ou compadrio, que é o parentesco espiritual, é um forte definidor do território nativo. Os moradores incorporados por casamento não estão identificados no mapa a seguir, pois suas casas aparecem como “casa de morador nativo”. Este são os mais facilmente aceitos pela comunidade, passando a fazer parte das famílias e tendo inclusive filhos nativos.

Com relação aos outros incorporados, o tempo de moradia no local é de grande importância para o nível de aceitação e incorporação à comunidade. Há uma família (filhos solteiros na faixa de 60/65 anos, em que os pais já são mortos) que chegou há tanto tempo (quando os filhos eram crianças pequenas), que é considerada como nativa. As relações de compadrio que acabam por se estabelecer são também fundamentais neste processo. Um dos incorporados tem afilhados entre os nativos, o que o contribuiu definitivamente para sua aproximação destes. Já aquele que tem atividades econômicas ligadas ao turismo competindo, portanto, com os nativos não é muito bem aceito por estes, que se referem a ele como não sendo do lugar. “Está aqui só pra ganhar dinheiro” (morador nativo, cinquenta anos). Todavia, mais do que simplesmente a competição nos negócios importa a forma como esta se dá. A maneira dos “de fora” é mais arrojada, própria de quem está acostumado com o este sistema e contrasta com a dos nativos, ainda começando a entender o funcionamento deste mercado, transitando de atividades

bem menos competitivas, como a agricultura e a pesca, em que a cooperação é fundamental.

Os jovens demonstram maior maleabilidade em relação à questão do pertencimento. Durante a conversa se referiam ao incorporado mais competitivo citado acima dizendo: “ele é morador, sim, está aqui há mais de cinco anos. Mora o tempo todo aqui. Vai ao Rio resolver coisas ou à Angra e volta”. Os que são vistos como tendo ido embora, mas que irão voltar, são aqueles que mantiveram suas casas e que ainda têm familiares no Aventureiro. Os considerados como tendo ido para sempre são os que venderam suas casas para pessoas “de fora”.

A categoria “nativo” que Prado (2002) assinala como tão importante na Ilha Grande, principalmente quando se trata de reuniões públicas ou da defesa de direitos, desempenhando um papel de legitimação das reivindicações, no Aventureiro torna-se fundamental, pois legitima sua permanência no local. Por serem considerados população tradicional e só poderem permanecer em uma reserva biológica por este motivo, carregam a responsabilidade de ser “caiçaras verdadeiros”, “os últimos do estado do Rio de Janeiro”, “os caiçaras puros”, como se referem a eles ambientalistas de variadas colorações. Neste sentido, qualquer outra categoria é de certa forma clandestina ou ilegal. Apesar de caiçara não ser uma categoria nativa, como relata Costa(2004), parece ser uma categoria relacional, o que já foi descrito por mim anteriormente, que se refere à posição destas populações em confronto com o ambientalismo e com as unidades de conservação, figurando então como uma categoria política, atribuída, que explicita uma aproximação destes grupos sociais com seu habitat, conferindo-lhes direitos .

Neste sentido, até mesmo a categoria “nativo não morador” pode ser considerada ilegal de um ponto de vista ambientalista, em que só a “população tradicional” tem direitos ao lugar, já que tendo ido embora, é tido como tendo absorvido costumes e mentalidades externos, não sendo mais “puro”. Provavelmente é por isso que há, em geral, uma necessidade de se mostrar nativo, de afirmar que seus pais e avós já estavam ali há longo tempo. Esta preocupação é maior para quem não está mais morando lá. Como por exemplo, a única vez que ouvi alguém do local mencionar a palavra caiçara foi quando um nativo não morador, se referindo a si mesmo e à sua família, falou: “somos caiçaras, estamos aqui há mais de 150 anos”.

A família dele, mulher e filhos, é muito ligada ao Aventureiro e aos seus parentes de lá. Percebe-se nos filhos uma revalorização do lugar, um descobrimento da importância de suas origens, provavelmente adquirido nas relações com os olhares externos, dos turistas ou pessoas de seu círculo de amizades. Contribui também para isto o contato com pessoas de ONGs que desenvolvem trabalhos relativos à cultura popular. Como me foi dito por um rapaz desta família, no ano passado esteve lá uma ONG atuando com as crianças, mostrando para elas lendas e cantigas populares. Este rapaz, de 26 anos, tem uma inserção muito fácil junto aos turistas, também jovens, ajudando a organizar caminhadas, *luau*, etc. Ao mesmo tempo, tem uma ligação muito grande com as pessoas da comunidade, jovens e velhos, seus primos e tios, na maioria, além dos muitos amigos. Tem procurado prestar atenção aos costumes locais, pois pensa em fazer um trabalho de “resgate desta cultura”, segundo palavras suas. Preocupa-se inclusive em gravar histórias, rezas e cantigas de sua avó, a pessoa mais idosa do local no momento. Sua ajuda foi fundamental em alguns momentos de minha pesquisa em que percorreu comigo casas de moradores no morro e na praia, revendo parentes, conversando

longamente com eles e me apresentando a eles também. Ele desempenha um papel de elo de ligação entre os moradores e os “de fora”, de tradutor dos códigos de um grupo para o outro. Assim como ele, também sua mãe desempenha este papel. Trabalhando como merendeira de uma escola em Angra, tem um bar no Aventureiro, que funciona na varanda de sua casa no verão, misturado à convivência familiar. Tem ensinado novidades culinárias para algumas mulheres da Vila. Propõe a diversificação de comidas como salgadinhos, bolos e pizzas que têm sido adotada por muitas nativas, principalmente as da família de seu marido.

Os nativos não moradores são vistos pelos habitantes como sendo da família, porém com diferenças, como pude perceber nas falas de algumas pessoas. Ao se referirem a eles consideram que “não vivem os problemas daqui, vêm nas férias se divertir e ganhar dinheiro”.

Para entender melhor a composição desta população, criei categorias que descrevo adiante e que já tenho utilizado no texto acima, referenciadas à situação de pertencimento/não pertencimento por nascimento ou moradia da população atual do Aventureiro. Nestas categorias, incluo a população fixa e a flutuante.

Quadro 2 - Descrição de categorias da População do Aventureiro

Categorias classificatórias	Descrição
Moradores nativos	Nasceram e moram no local
Moradores incorporados	Não nasceram, mas moram por casamento ou outros motivos. Têm residência fixa. Consideram-se e geralmente são considerados como pertencentes ao lugar.
Nativos não moradores	Nasceram no Aventureiro, mas foram morar em outros lugares. Voltam freqüentemente para passar temporadas.
Residentes secundários, conhecidos como veranistas pela população local	Compraram casas de nativos que foram embora. Não moram no local, mas passam férias, feriados, temporadas.
Turistas freqüentadores	Retornam freqüentemente, ficando em geral nos mesmos <i>campings</i> , ou em quartos alugados pelos moradores. São conhecidos pela comunidade. Alguns se consideram amigos e algumas vezes são assim considerados pela comunidade.
Turistas recentes/de passagem	Pessoas que visitam o local pela primeira vez ou que estão dando a volta na Ilha por trilhas e pernoitam no Aventureiro.
Outros freqüentadores	Pessoas que vão regularmente ao Aventureiro por motivos diferentes do turismo, como por exemplo, os funcionários da FEEMA a trabalho, outros funcionários públicos, ONGs, pesquisadores, etc.

Os residentes secundários começaram a surgir no Aventureiro, quase todos, na década de 90. Não observei atitudes de discriminação dos moradores em relação a eles. Na maioria das vezes, são considerados como amigos pelos moradores e privam de sua intimidade. Freqüentam suas casas, participam de aniversários, ajudam na Festa de Santa Cruz com dinheiro e estão presentes, participando de todos os seus momentos: da parte religiosa, do leilão, do forró, dançando com as pessoas do local, etc. Ocupam casas vendidas por nativos que foram morar em outros lugares, reformando-as ou derrubando a antiga e construindo uma nova.

Há, no entanto, uma casa que foi construída mais recentemente, com dimensões e aspecto diferentes das outras do Aventureiro, e que embora tenham utilizado bambu na parte externa de quase todas as paredes como decoração, é feita em alvenaria e possui telhado de telhas francesas, de boa qualidade. Nota-se claramente que seu estilo procura forjar uma aparência “local”, de rusticidade. Seu proprietário não voltou lá depois da construção. Segundo informações de empregados seus que encontrei na trilha para Provetá e que estavam indo fotografá-la, não pretende vender, alugar ou frequentar. Pelo que me disseram outras pessoas com quem comentei sobre a casa e seu dono, parece estar aguardando que o Aventureiro saia da Reserva para implantar ali um hotel ou algo semelhante.

Este tipo de inserção no local pode representar uma ameaça para os habitantes e é assim percebida por eles. Representa a possibilidade de chegarem um dia os investidores “de fora”, com poder econômico, comprando barato suas terras e construindo hotéis, restaurantes, etc. Embora digam que não querem sair do local, têm noção de que dependendo da oferta, muitos aceitariam. E, então, mesmo os que não quisessem vender, seriam obrigados a isto no final, pois não teriam como competir com os forasteiros. É por causa deles que a idéia de retirada do Aventureiro da Reserva provoca sentimentos ambíguos na comunidade, em que se misturam o desejo e o medo.

Quadro 3 – Distribuição da População do Aventureiro por atividades econômicas/Profissões (relacionado ao mapa abaixo)

Atividades/Profissões	Moradores/Casas	Total
Agricultura	3, 9, 10, 11, 21, 22, 30, 40, 42, 43, 44, 45	12
Pesca	10, 11, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 38, 39, 40, 42, 44, 45	14
Barco de transporte de passageiros	11, 18, 20, 40, 47	05
Camping	3, 10, 11, 18, 20, 21, 25, 26, 27, 37, 38, 39, 40, 42, 45	15
Bar	10, 11, 13, 18, 20, 37, 38, 40, 42, 43	10
Funcionalismo público	12, 17, 20, 24, 27, 30, 37, 38, 40	09

Observando o quadro acima e relacionando-o ao mapa de Atividades/Profissões é possível concluir que *camping* é a atividade em que quase todos os moradores do Aventureiro estão inseridos. Alguns *campings* com mais estrutura, outros simplesmente cedendo um pedaço de seu terreno aos campistas. Os terrenos da praia ou das proximidades dela são os mais procurados e organizados. Em segundo lugar, vem a pesca, seguida pela agricultura, em que observam roças maiores e mais variadas convivendo com pequenas plantações e hortas. Depois dela, aparecem os bares e finalmente o funcionalismo público.

Observei também que algumas famílias fazem parte de uma espécie de “elite local”. O que estou assim denominando é o conjunto daquelas famílias que possuem maior poder aquisitivo por estarem inseridas na maioria das atividades econômicas locais, algumas possuindo inclusive barcos com os quais fazem transporte de passageiros. Estas, que geralmente são ocupantes das áreas mais próximas à praia, nas épocas de alta estação do turismo, costumam empregar em seus negócios os menos favorecidos economicamente.

Estes costumam morar nas casas construídas na encosta do morro e são dedicados ainda, em primeiro lugar, à roça e/ou à pesca e, secundariamente, aos acampamentos em seus terrenos ou a outras atividades ligadas ao turismo, como a venda de artesanato, de “sanduíches naturais”, ou trabalhando no negócio de amigos ou parentes.

O turismo parece reafirmar uma certa estratificação social já existente de longa data no Aventureiro. Foram geralmente as famílias com melhores condições econômicas, que tinham mais roças, tinham barcos e que ganharam mais dinheiro com a pesca embarcada, as que se ligaram mais prontamente ao turismo, estabelecendo os *campings* na praia, lugar privilegiado para esta atividade. Foram elas que construíram os melhores banheiros, que oferecem maior diversidade de produtos para venda, etc.

De qualquer maneira, percebe-se facilmente que todos no Aventureiro estão de alguma forma ligados ao turismo. Até mesmo os moradores das casas mais altas no morro, local em que os turistas só costumam ir quando na praia não há mais lugar, mostraram uma expectativa em relação à “época dos turistas”, momento em que “entra mais dinheiro”.

Nota-se também, observando o quadro acima, o quanto as atividades agrícolas e a pesca, mesmo para aqueles que possuem barcos, camping e bares, ainda são importantes, provavelmente nem tanto como sustento e sim como elemento de identificação da comunidade.

4.8 – Turismo: preservação ou destruição ?

O turismo no Aventureiro tem se transformado na grande preocupação dos ambientalistas governamentais e não governamentais pelo grande número de pessoas que concentra nas épocas já citadas e pelos impactos que causa.

Wunder (2000) mostra que, na pesquisa do Plano Diretor de Turismo da Ilha Grande (Tangará 1998), o turismo dos “mochileiros” foi aquele a que se atribuiu impactos mais negativos na Ilha, por sua infra-estrutura precária e principalmente pelo baixo aporte econômico que gera. Todavia, o autor contrapõe esta idéia, dizendo que é possível suspeitar que a noção de aglomeração de baixo custo é determinada mais pela percepção subjetiva e estética do “turista de luxo” do que pelo que acontece concretamente. Sua argumentação me faz pensar que se o que denota um dos impactos considerados mais visíveis do turismo na Ilha é a quantidade de novas construções que surgem a cada dia, o turismo do tipo que ocorre no Aventureiro, com barracas de *camping* que desaparecem em determinadas épocas do ano, se configura, então, como o de menor impacto duradouro na paisagem.

Quanto às outras preocupações, como por exemplo, o lixo gerado pelos turistas, Wunder (2000) alerta que o lixo trazido pela maré e que vem da poluição da Baía da Ilha Grande e dos municípios ao redor, é muito maior do que o realmente deixado pelos turistas. Lembra ainda que estes problemas podem ser resolvidos, elevando a consciência de todos os atores envolvidos, inclusive da população local e dedicando recursos a sua

remoção. Ressalta também que a mesma lógica pode ser utilizada para as questões relativas à água e ao sistema de esgoto.

Outra grande preocupação dos ambientalistas em relação ao turismo no Aventureiro é a de que ele acabe por destruir a cultura caiçara. Um membro de uma ONG ambientalista local argumentou que embora o turismo seja uma alternativa para a sobrevivência da comunidade frente às proibições de uso dos recursos, pode acabar descaracterizando a cultura caiçara. “(...) Daí a haver uma contaminação e uma perda de identidade é um pulo. Dez anos acabam com o povo do Aventureiro no sentido de povo caiçara. Vai virar uma comunidade de baixa renda que é completamente diferente de caiçara” (...) Outro agente ligado a outra ONG local demonstrou preocupação semelhante não em relação aos mais velhos, pois em sua opinião estes teriam uma ligação mais consolidada com a sua cultura, e sim com os jovens que recebem muita influência dos turistas. Costa (2004) relata uma visão semelhante, operando, no entanto, de outra maneira, em um episódio que ele descreve em sua dissertação, em que um ambientalista moveu um inquérito contra a população do Aventureiro, acusando-os de depredadores em razão de suas atividades com o turismo. Sua concepção era então de que a comunidade não era mais caiçara, já tinha se descaracterizado e, portanto, deveria ser transferida do local.

Refletindo sobre a inexorabilidade dos efeitos do turismo em relação à destruição da cultura local, penso que depende não só da forma como se dá esta interação, mas também, como fala Rambaud (1969), da “intensidade do pertencimento ao sistema social e a sua solidez” a resposta de um grupo determinado às interferências externas”.

Marié (1986) compara as relações entre turistas e comunidade local em duas regiões da França: Var central e Lubéron Sud. Na primeira, após um período que durou até os anos de 1960, o turismo se caracterizava pelas “estações de caça” e a “villegiatura”, no momento em que uma classe abastada se refestelava no verão nas pequenas aldeias; após este período, teve início o turismo de massa que chegou inaugurando uma crise. Em um contexto de enfraquecimento, anomia e irrupção brusca de influências externas de grande envergadura, o turismo provocou um sentimento de agressão, dando aos moradores locais a percepção de uma situação insuportável. Um outro tipo de relação caracterizou o turismo em Lubéron Sud. Em sua opinião, o que ocorre lá pode ser qualificado de sincretismo. Grupos suficientemente fortes são capazes de se influenciar mutuamente, conservando sua identidade própria. Há uma fusão de elementos culturais heterogêneos em que cada um dos dois termos recupera o outro por adaptação recíproca. Em seu ponto de vista, o turismo se adapta a cada circunstância e sociedade locais. Esta ponderação remete-me a questões mencionadas no início do capítulo, em que outros autores apontavam para abordagens não totalmente destruidoras das populações locais, rurais ou tradicionais em seus contatos com a sociedade globalizada.

O reverso da idéia de que o turismo necessariamente destruirá a cultura caiçara é a suposição de que, de outra maneira, ela poderia ser “congelada” como uma “comunidade caiçara tradicional”, mantendo uma cultura “pura”, sem influências da sociedade mais ampla, ou a idéia de uma sociedade imutável, cristalizada no tempo, sem dinâmica própria.

É importante lembrar que o isolamento em que eles viviam era apenas relativo, já que sempre se referenciaram à cidade de Angra dos Reis e a pesca embarcada, como ressaltam Vilaça e Maia (1988), desde meados do século XX tinha interferido em suas atividades tradicionais. Percebo, portanto, que a questão demanda um aprofundamento destas reflexões, que me parece apenas ter começado. Embora continuem a reproduzir sua cultura, por sugestão explícita ou não dos agentes externos que os valorizam como um grupo caiçara e também porque é assim que sabem e gostam de viver, sua forma de processar o que vem de fora é dinâmica, feita de reações, adaptações e assimilações. Penso que não se pode afirmar com segurança que o turismo no Aventureiro esteja destruindo a cultura caiçara, mas certamente que há uma forma própria deste grupo de se relacionar com o turismo e com o mundo globalizado.

5. CAPÍTULO IV – REDEFININDO TERRITÓRIOS

5.1 –Territórios em disputa :

Pretendo, neste capítulo, analisar as mudanças que têm ocorrido no Aventureiro sob a perspectiva da conformação de distintos territórios sociais na localidade. Cada um destes territórios estabelece redes de relações sociais que se comunicam, mas se distinguem por suas práticas, por seu ethos e pela maneira como percebem o espaço. Os atores sociais relacionados a estes territórios entram então em disputa por significação e direito de uso do espaço, e esta disputa determina uma redefinição de territórios.

É preciso em primeiro lugar definir o campo do que estou chamando aqui de território. Como é possível perceber, no primeiro parágrafo, a noção de território aqui diferencia-se daquela de espaço. Para Raffestin (1993), a base do território é o espaço, mas não se confunde com ele na medida em que o território é o “resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa), em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço.” Segundo este autor, o território é o resultado de um trabalho humano, enquanto o espaço é simplesmente uma combinação de forças e ações mecânicas, físicas, químicas e orgânicas. Portanto, “o território é uma reordenação do espaço”, e é marcado pelas relações de poder. “O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1986, p.172).

Nesta perspectiva, certos elementos do território são materiais, outros são imateriais ou simbólicos. Todo território social é um produto do imaginário humano. O espaço geográfico tem que ser pensado, tem que passar ao estado de representação para constituir um território. O território social é uma re-produção do real. Cada território carrega seus próprios códigos, suas representações e cada um deles tem também suas fronteiras (Barel, 1986). Para a comunidade local, o território remete ao sentimento de pertencimento e à noção de lugar. Ao local das práticas cotidianas, da luta pela sobrevivência, do afeto, podendo ser ou não a terra natal.

No Aventureiro, até a criação da Reserva Biológica, a comunidade vivia exclusivamente da atividade agrícola e da pesca. Seu território dividia-se entre as roças que subiam os morros e o mar. Estes eram os principais espaços associados as suas práticas tradicionais. A partir de então e depois com o Parque Estadual Marinho, foram trazidas para estes espaços novas visões sobre eles. Pode-se considerar que houve uma retração do território nativo. A comunidade reduziu sua área agrícola, não pôde mais coletar plantas na mata, teve que deixar de caçar, passou a não poder construir suas casas, ou seja, não pôde mais ampliar sua ocupação do espaço, tendo também que enfrentar novas regulações em relação ao mar.

As questões ambientais produzem “uma espécie de requalificação do território por suas funções ecológicas, e também uma requalificação do local como lugar de intervenção ou gestão do meio ambiente” (Mormont,1996). O autor sinaliza que o espaço qualificado ecologicamente se transforma em um lugar onde se instala um enfrentamento entre os usos locais, que podem estar ligados à tradição da cultura ou mesmo interesses econômicos e os interesses exógenos, universais ou globais. Esta superposição de qualificações e interesses engendra campos particulares de

interdependência, e coloca-se, então, a questão da compatibilidade destes diferentes usos do espaço.

Neste sentido, conforma-se um território que chamarei de território da preservação, criado por forças governamentais e legitimado pela ciência e por uma associação destas forças com o ambientalismo não governamental, mesmo que estes, em diversos momentos, estejam também em campos que disputam entre si visões e poderes.

As unidades de conservação, sobretudo as de Proteção Integral, são criadas como apreensão de um espaço em que são imputados valor ambiental diferenciado e regulações também diferenciadas. Este valor é dado com base em uma avaliação de características que consideram sua importância ecológica. Este território carrega uma negação do território da população local ou da tradição, na medida em que o projeto de conservação adotado implica uma concepção excludente de suas práticas culturais que fazem uso daquele ambiente. Sua existência está relacionada à permanência naquele espaço e ao uso daqueles recursos. O estabelecimento destas reservas representa para estes habitantes uma forma de desterritorialização, mesmo que continuem a morar no local. Na medida em que um território existe a partir da apreensão do espaço pelo capital cultural de um determinado grupo e as regulações ambientais inviabilizam esta reprodução cultural, ocorre um processo de desterritorialização, em um primeiro momento, que será seguido de uma reterritorialização em outras bases.

Para Diegues (1996), as populações que vivem em áreas onde são criadas unidades de conservação sentem esta situação como uma “usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados e o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial.” Elas têm uma representação simbólica desse espaço, que lhes fornece os meios de trabalho e de vida, e sua expulsão do local impossibilita sua reprodução como grupo portador de determinada cultura.

Estas áreas são, então, alvo de uma intensa disputa de representações e valorações diferentes do mesmo espaço, implicando uma pluralidade de significado. Para as populações que lá vivem há gerações, são um elemento primário de identificação, o lugar de reprodução da sua cultura. Para os ambientalistas, é um espaço a ser protegido, principalmente, do uso humano. Para o turismo, é um território de lazer e de prazer. Suas fronteiras são traçadas principalmente pelo interesse que cada um dos ambientes apresenta em termos de atrativo turístico e pelos perigos que apresenta. Falando de outra localidade, no município de Paraty, Moreira e Gaviria (2002) explicam que “a dinâmica social vivenciada por esses atores carrega diferentes projetos de organização do território e de condições e possibilidades das relações sociais, das identidades e das ruralidades locais”.

São forjadas, portanto, identidades distintas de acordo com a apreensão de cada território. O Aventureiro é, ao mesmo tempo, o lugar das roças, dos ecossistemas e o paraíso. É possível identificar uma “assimetria de poderes” (Gaviria e Moreira, 2002) entre os territórios lá construídos. Nesta perspectiva, define-se a existência de agentes ou grupos sociais relacionados a cada um dos territórios identificados, ocupando posições determinadas e relacionando-se através de uma distribuição de poder, na qual alguns exercem posições de dominação dentro do campo social do Aventureiro. Estas

posições impõem a cada um certas determinações e condicionam sua forma de agir em relação uns aos outros e às situações que se apresentam. O poder no interior dos campos é um poder simbólico que é expresso pela disputa de significado e sentido do mundo e particularmente do mundo social (Bourdieu, 2002). “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 2002, ps.7-8). Neste sentido, o território da preservação que demarca a Reserva é hegemônico, na medida em que representa e é legitimado pelo poder do Estado, porque impõe limites ao território demarcado pelas relações sociais dos moradores nativos. De certa forma, o território turístico também exerce uma dominação, não de direito como as leis da Reserva, mas de fato, na medida em que ele, tanto quanto o ambientalismo, constitui um território globalizado, legitimado por valores de ampla circulação nas sociedades contemporâneas, transmitidos inclusive pelos meios de comunicação de massa.

A produção de um território implica a delimitação de fronteiras. Raffestin explica que “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite”, pois sendo este definido pela relação que um grupo mantém com o espaço e sendo a ação deste grupo regulada por objetivos, estes objetivos mesmos definem os limites e o campo de atuação.

As fronteiras físicas e sociais destes territórios, no entanto, são móveis. Os processos sociais que as definem são dinâmicos, portanto as fronteiras se constroem e reconstroem continuamente. O território da preservação estabeleceu regras sobre o território da comunidade, superpondo suas fronteiras.

O território do turismo elege porções do espaço que determinam também uma mudança no território da comunidade. É produzida uma concentração da população do Aventureiro na praia. Ela torna-se o espaço mais importante. Enquanto para a lavoura as encostas eram e em parte ainda são as roças, e agora também a mata em regeneração, para o turismo o principal espaço é a praia. Outro espaço que passou a ser utilizado de forma mais intensa foi o mar, pois é o atrativo maior para os turistas e o caminho de chegada e saída para todos.

O embate entre os diversos territórios produz então uma redefinição de cada um deles. O da comunidade, que é transformado pelas suas relações com o da preservação, e o do turismo. Além das mudanças físicas em suas fronteiras, há um processo de inculcação ou incorporação de valores ao modo como Bourdieu fala da “história incorporada”, “da apropriação do adquirido histórico” (2002). Hábitos de consumo são incorporados, ocorrem mudanças nos valores, como a monetarização da vida, a troca da solidariedade pela competitividade, a percepção do território nativo a partir de elementos valorizados pelo ambientalismo e pelo turismo, como a fauna, a flora e a paisagem, são exemplos desta incorporação. O poder simbólico das representações dominantes é de alguma forma aceito e legitimado pelos grupos dominados, que naturalizam estas representações, sem as questionar, não percebendo também a relação de forças a qual estão sujeitos. Estas representações passam, no entanto, por um processo de reelaboração a partir dos valores e representações da própria comunidade. Um morador, ex-pescador, funcionário público, que tem ainda uma pequena roça onde ele e a mulher vão “ para se divertir e trazer umas coisinhas para casa”, conversando comigo na viagem de barco, na ida pela segunda vez, falou: “Eu nasci na roça, me criei na roça. Tenho vocação pra roça. Mesmo se eu ganhasse muito dinheiro, minha vida ia continuar

a mesma. Talvez eu comprava um barco bom e uma serra elétrica que é uma coisa que eu queria ter. Fora disso, não mudava nada. Não saía daqui, nem mudava de mulher. Quando o cara fica rico, logo troca de mulher. Eu não. A família tem que continuar junto, senão não dá certo. Quem sofre são os filhos”.

Seu relato demonstra que ganhar muito dinheiro, como um valor fundamental da sociedade capitalista contemporânea, pode ser um sonho também de quem não quer mudar de vida. O que ele deseja comprar são coisas do seu mundo de pescador ou de pai de filho barqueiro e de construtor da própria casa, que conserta seus móveis, etc, no qual o valor mais importante é a família, são os laços de parentesco, definidores de seu território.

Outros elementos neste contato também são incorporados pela população, como por exemplo, as disputas internas do campo ambientalista. O campo ambientalista presente no Aventureiro, através do Estado administrador das unidades de conservação ou de ONGs ambientalistas, não é unívoco. Pelo contrário, é um espaço de intensa disputa pela legitimidade de visões sobre a natureza e a sociedade, e esta disputa e sua relação de força interna influenciam de maneira decisiva o que ocorre no local, considerando que a comunidade também não é unívoca.

A divergência entre agentes da FEEMA quanto à permanência dos moradores no Aventureiro, na qual venceu, naquele momento, a opção pela permanência, afinada com uma visão sócio-ambientalista da questão, refletiu-se na própria comunidade. O medo transformou-se, em parte, em crítica e resistência. A população apreendeu que tinha direitos e incorporou este discurso às suas próprias argumentações.

A entrevista que fiz com um pescador de cinquenta anos, dono de roça, *camping*, bar e barco, esclareceu-me especialmente sobre este aspecto. Falou-me que, em 1994, a FEEMA cadastrou toda a comunidade, tendo também declarado nesta ocasião que “nem os terrenos, nem as casas e nenhuma benfeitoria são da comunidade”. Para ele, “o que incomoda também é não poder construir casa para os filhos. Eles querem que nossos filhos cresçam e vão embora, porque aí os mais velhos vão morrendo até não ficar mais ninguém aqui. Mas eles estão muito enganados...” Através de suas palavras, percebi uma reflexão sobre a estratégia do órgão ambiental para expulsa-los do Aventureiro e uma crítica a esta atitude, demonstrando disposição em resistir. A crítica e a resistência, aliadas à forma específica como lidam com os valores e representações exógenas, apontam para possibilidades de construção de um modelo diferente do proposto pelas territorializações hegemônicas. A forma própria de absorver o que vem de fora, como por exemplo, valorizar a família como o maior bem, ser agora um microempresário do turismo, mas continuar sendo pescador e agricultor, organizar ainda a festa tradicional que trabalha no sentido de congrega-los, em que os turistas não têm maiores penetrações, indica um fortalecimento nos valores e na coesão interna do grupo que os torna menos vulneráveis diante das pressões exógenas (Rambaud, 1969; Marié, 1986).

O território da preservação, expresso principalmente pelas fronteiras da Reserva Biológica, altera-se na convivência com o território dos moradores e com o do turismo. Os planos originais para a Reserva, que desconheciam de início este primeiro, no momento em que se defrontaram com a situação concreta e presente tiveram que se modificar. O do turismo no Aventureiro, por sua vez, se define também de forma

diferente do que ocorre regionalmente, porque se organiza sob as restrições da Reserva e sob o modo particular que esta população tem de lidar com a atividade.

5.2- Costumes nativos:

Utilizo aqui o conceito de *habitus* (Bourdieu, 2002), por associá-lo ao mundo ideológico (no sentido empregado por Oliveira, 1974, concordando com Poulantzas “como um conjunto com coerência relativa de representações, valores e crenças (...) a tal ponto presente nas atividades dos agentes que não pode diferenciar-se de sua experiência vivida”) de cada um dos territórios descritos e por entender que é sobretudo através dele que estes se constituem e se transformam.

O conceito de *habitus* está intimamente relacionado ao processo de socialização. “(...) o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (...) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural (...) “ (Bourdieu, 2002, p.61). É criado pela experiência social, é o gerador das representações e das práticas, responsável pela forma particular de sentir, pensar, perceber e de fazer de agentes e grupos. Funciona como um princípio inconsciente, como lente através da qual o mundo é percebido e como produtor das práticas. É também um esquema classificatório, princípio “de visão e divisão”. O *habitus* está sempre se reestruturando, pois é produto da experiência passada e da presente. Todavia, embora tenha abertura para a mudança, sua principal característica é a reprodução. No momento em que as condições objetivas se modificam, o *habitus* resiste, não se modifica com a mesma rapidez. Desta forma, é produzida uma defasagem entre o antigo *habitus* e as novas condições, muitas vezes instaurando conflitos.

Com as transformações operadas no modo de vida da população do Aventureiro pelo advento das unidades de conservação e do turismo, o *habitus* nativo tem se reestruturado continuamente. No entanto, estas mudanças não se dão com a mesma rapidez e intensidade com que ocorrem as transformações objetivas. A história, “no seu sentido incorporado, que se tornou *habitus*” (Bourdieu, 2002), (...) “opõe uma resistência surda e dissimulada” às mudanças. Neste sentido, muitas práticas tradicionais, agora proibidas pela legislação ambiental, podem ser ainda usadas clandestinamente, como a caça e a extração vegetal ou mineral (areia para construções) por exemplo, ou o desejo por antigas atividades pode permanecer sob forma de insatisfação ou inadaptação, durante muito tempo.

Festa de Santa Cruz e Festa da Parnaioca: a tradição revisitada:

Para falar do *habitus* nativo como definidor de um território em contínua transformação, considero apropriado mencionar as festas tradicionais do Aventureiro e da Parnaioca, tratando-as como momentos privilegiados em que os moradores atualizam e ressignificam importantes elementos de sua cultura.

O padre só vai ao Aventureiro uma vez por ano, em janeiro, para a Festa de Santa Cruz, a padroeira. Esta é a comemoração mais importante do lugar, segundo vários moradores com quem conversei durante a festa deste ano, da qual participei. “É a nossa tradição, nada é mais importante do que ela. Enquanto eu estiver vivo, vou fazer de tudo pra que ela aconteça todos os anos sem falta” - falou-me o festeiro do momento.

O festeiro, uma espécie de gerente e organizador da festa, é sempre um membro do grupo, homem casado, escolhido pelo anterior e mantido em segredo até o momento do leilão, realizado depois dos batizados, casamentos, procissão e missa, celebrados nesta única oportunidade do ano. Observei na missa de sexta-feira, primeira atividade desta festa, a alegria dos participantes. Cantavam alto e forte, em muitos momentos da celebração, principalmente as mulheres e as crianças, com muita animação e energia. Esta missa é dedicada aos mortos do lugar, às almas dos antepassados. Em determinado momento as pessoas falam alto o nome dos seus falecidos. Todos diziam compenetradamente vários nomes e sobrenomes, o que durou bastante tempo.

Após o leilão, no sábado, é anunciado o nome do festeiro do próximo ano e dos outros vários cargos de organizadores, tais como: juíza do altar, encarregada da decoração deste e dos andores de Santa Cruz, São Pedro e São Sebastião; primeiros e segundos juízes e juízas, que doam quantias mais representativas para a festa seguinte e o “procurador de dinheiro”, que cuida de arrecadar os recursos necessários. Há também a zeladora da igreja, responsável pelos cuidados e limpeza da capela durante todo o ano e pela arrumação durante os dias da festa.

No leilão as pessoas dão lances altos para produtos como pães, queijos, bolos e bebidas, exercitando uma demonstração pública de prosperidade e desprendimento, além de reafirmar a importância que dão ao evento e, portanto, à tradição, uma vez que todo o dinheiro arrecadado é guardado para a festa do ano seguinte. Esta atitude pode ser entendida também como um ato de generosidade que tem o poder de reforçar os laços entre os membros da localidade. Depois do leilão há sempre um forró que vai até o dia amanhecer. A festa dura três dias- de sexta a domingo- sendo o sábado o dia mais importante.

“A festa não mudou muito durante toda minha vida”, diz o festeiro. Antigamente era em maio, depois passou para janeiro, pois em maio o mar é muito difícil e atrapalha a vinda do padre e a das pessoas de fora, alguns pertencentes à categoria de veranistas, outros à de parentes ou amigos de outras localidades. Há mais de dez anos mudou de data. O ritual, no entanto, é praticamente o mesmo. Sexta tem missa, sábado casamento, batizado, procissão, missa, leilão e forró, e domingo missa e bingo. Antigamente, ao invés da missa, na sexta-feira, as mulheres cantavam a ladainha, hábito agora desaparecido. Naquela época, o dia principal era o domingo.



A procissão é uma das atividades mais importantes da festa. Caminhando pela praia, soltando fogos de artifício e cantando alto, os moradores tem a oportunidade de encontrar parentes e amigos. A festa de Santa Cruz além de seu papel religioso é também um acontecimento social, que movimenta a vida do Aventureiro.

Até hoje, durante o leilão, tudo pára no Aventureiro. Os bares fecham, ninguém pode servir comida ou bebida. É comum encontrar turistas desavisados à procura de alguém que sirva um “pf”, alguns desesperadamente famintos, depois de caminhar, surfar ou “zoar” o dia inteiro. O pessoal do lugar tem que fazer um certo esforço para se desvencilhar do assédio de turistas em busca de comida para poder ir à festa; porém, ao se aproximar a hora do leilão, que parece ser o momento mais importante, todos vão fechando os bares e se dirigindo para o salão da igreja.

O leilão começa em torno das oito horas da noite e vai até onze e meia ou meia noite; até lá ninguém serve nada. No forró, que tanto como o leilão e o bingo, acontece num salão aberto ao lado da igreja, apenas um ou outro turista entra para dançar. A maioria olha de fora, ou nem isso, considera “coisa de minhoca”²³ e nem chega perto. O forró é um momento de confraternização entre os moradores e os “de fora”, tais como veranistas, que têm casa no Aventureiro e são considerados como amigos, parentes e amigos vindos geralmente de outras praias da Ilha ou de Angra. Nos dias de festa, alguns homens bebem bastante e têm uma atitude mais liberada com as turistas. Suas mulheres muitas vezes se aborrecem com isto e brigam com os maridos por ciúmes.

Um aspecto relevante da relação entre turistas e habitantes é que muitos dos primeiros, principalmente os mais recentes, não percebem direito a população com suas demandas. Ela é vista apenas como prestadora de serviços, à sua disposição, não sendo considerada em suas particularidades ou contrariedades. Durante o período da Festa de Santa Cruz, entretanto, quando a tradição se afirma, os forasteiros, acabam por reconhecer de alguma forma o espaço de vida dos moradores. Sendo assim, embora muitos acreditem que a festa continue sempre a mesma, é visível o quanto tem sido recriada para cumprir determinados papéis e fica clara sua importância para a manutenção da unidade do grupo perante a “invasão” dos turistas.

A Festa do Aventureiro, como também é conhecida, parece simbolizar a unidade e a continuidade daquela população. Quase todos os mais velhos com quem conversei e perguntei sobre ela tinham histórias para contar da festa em anos passados e relataram sobre como é importante para eles. É um dos raros momentos em que praticamente todos ficam envolvidos. Apenas três famílias no Aventureiro são protestantes. As outras são católicas e participam ativamente na festa. O festeiro, figura principal, é um cargo de grande responsabilidade, pois é sempre ele quem cuida de sua continuidade. Todos os homens mais velhos e casados já foram festeiros um dia. Além disso, todos do grupo têm oportunidade de contribuir em vários momentos. Meses antes é passada uma lista com o objetivo de arrecadar doações e durante a própria festa pode-se arrematar produtos no leilão. Ajuda com trabalho também é sempre bem vinda na hora da organização e da arrumação. Acabam os moradores em geral se envolvendo de alguma maneira. Dias antes, o festeiro vai à Angra fazer as compras e, na sexta-feira buscar o padre. Aos homens, cabe a parte social e organizativa. Às mulheres, a parte religiosa. Nos domingos anteriores, ensaiam os cânticos da missa junto com as crianças, coordenadas pela ministra da eucaristia. Nos dias da festa é grande a animação dos moradores. A cada barco, que da entrada da enseada anuncia sua chegada com fogos de artifício, moradores respondem da praia também com fogos saudando os que chegam. Durante três dias estouram fogos a todo momento, no início de cada missa, ao final dos batizados e dos casamentos, durante a procissão, antes e depois do leilão, antes do forró,

²³ gente da terra.

etc, para a máxima contrariedade dos ambientalistas oficiais e não oficiais, pois em uma reserva biológica é totalmente proibido soltar fogos de artifício.

Como sublinha Marié (1986) analisando a relação do “estrangeiro” (como ele qualifica quem é de fora) com a comunidade local, a festa da aldeia (na França) é um bom exemplo da “dialética do olhar que circula entre o autóctone e o estrangeiro”. Rambaud (1969) acentua que o conceito de estrangeiro (*étranger*) é ambivalente: ao mesmo tempo em que marca diferenças e oposições, entre autóctones e pessoas estranhas ao grupo, constitui um modelo ideal apto a orientar a necessidade ou o desejo de mudanças. Segundo Marié (1986), em algumas aldeias esta festa não existe mais e em outras é organizada pelos “de fora” que a recriam.

Estas questões me chamaram a atenção para diferenças e semelhanças entre a festa da Parnaioca, da qual participei em novembro e a festa do Aventureiro. A Parnaioca, praia da Ilha Grande que esteve longo tempo desabitada em razão da migração de sua população devido às constantes fugas de presos e suas agressões aos moradores, tem visto retornarem alguns dos que foram embora, principalmente estimulados pelo turismo. Um casal, nesta situação, há dois anos vem reorganizando a festa que ficou muito tempo sem acontecer. Embora este casal seja nativo, de certa forma pode ser considerado “de fora”. Neste caso, o que importa não é propriamente o local de nascimento deles e sim o olhar que os faz querer reorganizar a festa. Este olhar, sim, é “estrangeiro”. Valorizada a partir do olhar do turista que influencia o olhar destes organizadores, Parnaioca volta a ter uma festa. Com elementos semelhantes aos da festa do Aventureiro: missa, procissão, leilão e forró. Como diz Marié (1986), é uma “outra festa”, porém também verdadeira. O essencial do fenômeno é a recuperação da memória, a revivescência da identidade. É a festa “tradicional”, como se imagina que ela tenha sido no passado, revivida de acordo com as necessidades e valores do presente (Hawbachs, 1925). Não é um retorno à tradição mas uma “composição entre o imaginário urbano e a memória reencontrada” (Marié, 1986).

No Aventureiro a festa continua. Os nativos a percebem como “sempre a mesma festa”. No entanto, ela se atualiza. Contribui para exercitar a antiga solidariedade que reclamam estar desaparecendo e se afirmar como uma comunidade que se mantém católica, embora com ligações estreitas com os protestantes do Provetá. Muda de data “por causa dos de fora”. Isto parece significar que o olhar estrangeiro é importante para a manutenção da tradição, tradição esta que trabalha na reafirmação da identidade local, no reconhecimento como “o povo do Aventureiro”, diferenciado dos demais da Ilha Grande. Portanto me parece que ao mesmo tempo em que há diferenças marcantes entre estas duas festas, principalmente no que a do Aventureiro pode significar para seus habitantes em termos da manutenção da memória e da tradição e da diferenciação com o que vem de fora, por outro lado aparecem semelhanças no sentido de que, mesmo em continuidade, não deixa de estar em constante recriação e adaptação aos novos contextos.

5.3 – Território e identidade:

O reconhecimento da pertença a um território aciona a discussão sobre a construção de identidades. O território da população do Aventureiro tem se estabelecido nas visões sócio-ambientalistas, como o de uma população tradicional, um território caiçara. Enquanto esta esteve relativamente isolada, não precisou definir-se de tal forma. Com a criação da Reserva e o assédio dos turistas, esta identidade foi se constituindo. Não só

porque é na relação com o outro e a partir da visão do outro, no jogo dialético entre semelhança e diferença, como na noção de identidade contrastante (Oliveira, 1971 apud Oliveira 1974), que se constroem as identidades. Também pelas inúmeras oportunidades que eles tem vivido de narração de seu passado e da elaboração de uma memória coletiva através das constantes perguntas dos pesquisadores, dos representantes do Estado, dos ambientalistas e dos turistas.

Como é possível concluir a partir de idéias de Santos (1998) em que trabalha com conceitos de Halbwachs (1925) elaborados em *Os quadros sociais da memória*, a construção da identidade parece estar ligada à reconstrução que se faz do passado a partir de tensões e conflitos do presente. Desta forma, a construção da identidade coletiva desta população tem se dado também através de uma seleção de fatos lembrados, debatidos e atualizados, a partir de estímulos de agentes externos sob forma de perguntas e informações sobre o passado e o presente do Aventureiro.

Duas principais frentes de sustentação desta identidade têm ocorrido no local, reforçando-a constantemente: uma interna que se dá em contraste com os migrantes que é a de ser “**o nativo**”, “**o que tem direitos**”, afirmando assim uma maior legitimidade em relação à permanência e à utilização dos recursos locais, do que aqueles que chegaram para morar lá, e outra em relação aos agentes externos que é a de “**ser nativo e ter direito ao lugar**”, defendendo, neste caso, o direito de estar lá e usar seus recursos, sobretudo perante o Estado, principal questionador destes direitos.

Refletindo ainda nesta direção, percebe-se que a identidade de um grupo parece estar associada ao território, ao espaço em que este reproduz e desenvolve suas práticas culturais. A identidade tem sido um elemento importante no reconhecimento de direitos das populações em relação às áreas de conservação ambiental. Quando estes moradores estão lá há várias gerações, têm sua sobrevivência associada aos recursos naturais daquele local e resguardam seus traços culturais, são considerados “população tradicional” perante a lei, tornando complicada sua remoção da área.

A questão de ser uma “população tradicional” coloca-se então para este grupo social, que antes não tinha noção desta identidade. É uma identidade relacional à unidade de conservação. “(...) Os defensores da identidade dominada aceitam quase sempre tacitamente, por vezes explicitamente, os princípios de identificação de que sua identidade é produto” (Bourdieu, 2002, p.110). Desta forma, os nativos do Aventureiro incorporaram a identidade caiçara. Se não explicitamente, utilizando esta denominação, sem dúvida de forma implícita contando para os que chegam, como para mim por exemplo, histórias da vida caiçara, hábitos relacionados ao casamento, como “roubar” a noiva, relacionados à comida típica caiçara como o peixe com banana, como a recuperação e construção das “casas de farinha”, entre outros elementos valorizados e merecedores de atenção especial por parte principalmente de ambientalistas, pesquisadores, e alguns turistas. Esta identidade, de certa maneira, garante seu direito ao lugar, ao seu território, embora não garanta o direito a todas as suas práticas sociais tradicionais. “ O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo, é a um tempo um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e divisão comuns, portanto uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade” (Bourdieu, 2002, p.117). Neste sentido, ao mesmo tempo em que ocorrem mudanças profundas no *habitus* deste grupo, é reforçada uma identidade que o reafirma como grupo diferenciado.

Paul Little (2002) afirma que à diversidade sociocultural do Brasil corresponde uma diversidade fundiária. Cada uma destas formas fundiárias corresponde a uma determinada territorialidade, que ele define como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico. Raffestin (1993) pensa a territorialidade como um “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade. Diz ser um fenômeno multidimensional em que os homens vivem a um só tempo um processo e um produto territorial em que estão implicadas relações de poder. Para Little (2002) é uma força latente em qualquer grupo e que depende de suas contingências históricas. A territorialidade tem uma multiplicidade de expressões. É como se existisse um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. A relação particular de um grupo social com seu território diz respeito a uma cosmografia, que por sua vez está relacionada a “saberes ambientais, ideologias e identidades, coletivamente criados e historicamente situados, que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (Little 2001, apud Little 2002).

Penso que até mesmo capacidades físicas e a constituição corporal, uma determinada corporeidade, fazem parte desta cosmografia. Bourdieu (2002) fala de disposições “quase posturais” relacionada ao *habitus*. Os moradores do Aventureiro utilizam trilhas íngremes e extensas para deslocamentos freqüentes, e me impressionaram seus relatos sobre a intimidade e a facilidade que têm com estas trilhas. As crianças que freqüentam a escola em Provetá, sobem por uma delas, das mais difíceis, tranquilamente todos os dias. A mãe de duas destas crianças me contou que não considera muito esforço esta caminhada diária. “Só é ruim quando chove, não dá pra eles irem, mas normalmente é bom, assim fazem exercício e ficam fortes”. No tempo em que as roças eram uma das principais fontes de ganho, as pessoas do local, incluindo crianças e idosos, iam a Provetá freqüentemente vender seus produtos, subindo a trilha com grande peso; segundo contam, com vinte ou trinta quilos nas costas. Geralmente voltavam carregados com as compras que lá faziam depois de arrecadarem o dinheiro das vendas. Este esforço, no entanto, é ainda hoje preferido por algumas mulheres a ter que enfrentar o mar. “Preferia ir a pé para a festa da Parnaioca. Não gosto de andar de barco, só por necessidade. Ia daqui até lá a pé, dançava a noite toda e voltava de manhã esse caminho todo.”

A cosmografia para Little (2002) inclui também o regime de propriedade da terra e os vínculos afetivos que os grupos mantêm com seu território específico. No Aventureiro, as roças foram e ainda são trabalhadas pelas famílias. “Antigamente tinha o mutirão, hoje não existe mais. As pessoas chamavam os amigos e os parentes pra ajudar a plantar a sua roça. Aí depois era o outro que chamava, e assim ia. Todo mundo acabava se ajudando (agricultora, dona de camping e bar, 42 anos). Os produtos das roças pertenciam às famílias, mas não havia a propriedade privada da terra. Havia algumas posses, mas as roças eram definidas pela disponibilidade de terra em condições de ser trabalhada. Hoje esta disponibilidade é praticamente nula, pois não é mais possível desmatar para plantar, “só pode plantar onde tem uma capoeirazinha” (agricultor, 65 anos).

Desde o cadastramento da população pela FEEMA, quando os moradores passaram a ser considerados “ocupantes”, o local das casas ficou definido, não sendo possível mais a mudança, embora, como já foi relatado nesta dissertação, exista uma atividade

construtiva, mesmo que discreta, no Aventureiro. Por outro lado, apesar das terras não serem de propriedade dos moradores e nem mesmo as casas e as outras benfeitorias, parece que o turismo, ao possibilitar e estimular o desejo de maiores ganhos econômicos e competitividade, acabou por estimular também um sentimento maior de propriedade nos moradores, expresso nas expressões: “no meu camping”, no “meu bar”, no “meu barco”, etc.

Ao mesmo tempo em que ocorre uma mudança na conformação dos territórios, em que há uma transição no regime de propriedade, da posse coletiva da terra para o “desapossamento”²⁴ coletivo, das práticas coletivas de trabalho para uma maior individualização, a ameaça representada pelas leis da Reserva e pelo contraste com os *habitus* dos “de fora”, produz um movimento aglutinador do grupo, reforçando sua identidade. Featherstone (1996) diz que, em situações de ameaça, há uma tendência a se apagarem as particularidades e se reforçar o sentimento de coletividade. É como se o grupo desenvolvesse um trabalho cultural no sentido de construir uma imagem pública aceitável, mobilizando um repertório de símbolos comunais, memórias e sentimentos coletivos.

Nesta mesma direção, Little (2002) fala que a história da ocupação do território está guardada na memória coletiva. Nos contextos de conflito, onde cabe fazer sua defesa, observa-se uma tendência à unificação dos grupos. Sendo assim, a resistência contra as pressões exercidas por outros grupos e pelo governo impõe o aparecimento de outras formas territoriais. No caso do Aventureiro, a impossibilidade de plantar da mesma forma que antes e o turismo deram origem a uma nova territorialização, em que as roças sobreviventes diminuíram de tamanho e não podem ser postas em pousio da mesma forma; em que os campings disputam com as roças o espaço das encostas; em que o espaço privilegiado passa a ser a praia, em que os espaços vazios diminuem, em que aumenta de forma abrupta a ocupação do espaço em determinadas épocas do ano, entre outras mudanças que redefinem fronteiras e ocupações.

Na visão de Little (2002), novas territorialidades não são geradas apenas durante resistências, guerras, confrontos, migrações forçadas mas também através da acomodação, apropriação, consentimento, influência mútua, mistura entre as partes envolvidas. A constituição e a resistência culturais são dois lados do mesmo processo. Além do mais o território de um grupo, incluindo suas condutas territoriais pode mudar ao longo do tempo, dependendo das forças históricas que exercem pressão sobre ele.

A apreensão do espaço por outros atores, definindo um território de interesse da preservação e outro de interesse do turismo, configura outro território também para a tradição. O povo do Aventureiro mora em uma pequena praia. É habitante de uma ilha. Suas casas distribuem-se ao longo da praia, algumas mais próximas ao mar, outras em áreas mais altas, porém todas voltadas para ele. O mar entra de maneira decisiva no pensar e no viver de cada um. Lá, a percepção da variação dia/noite é dada pela posição do sol e pelo fluxo da maré. Antigamente a vida dos moradores era muito ligada ao trabalho nas roças, um espaço mais ocupado pelas mulheres. Os homens iam para o mar pescar. As mulheres cuidavam delas com seus filhos e geralmente recebiam ajuda

²⁴ Chamo de desapossamento, neste texto, a perda da capacidade de gerenciamento coletivo sobre o uso da terra a partir da criação da unidade de conservação.

dos homens nas épocas ruins para a pesca. Cada família tinha sua roça que era um importante elemento de agregação da unidade familiar (Vilaça, A; Maia, A.,1988).

A existência de duas unidades de conservação, uma relativa ao mar onde se pesca e outra à terra, local das roças, estabelecendo controles sobre os principais elementos de identificação desta sociedade, implicou mudanças substanciais . Além de determinar a busca de alternativas econômicas, a existência dessas unidades impõe uma reelaboração das classificações que este grupo social utilizava para compreender seu mundo e seu habitat, a partir das classificações trazidas pelo ambientalismo. Brandão (1999) fala de uma “gramática” das “relações de troca entre os seres do campo e do mato” e as pessoas. Antes da criação da Reserva, a terra representava as roças. Os bichos tinham sua própria classificação, alguns eram domesticados, outros serviam para serem caçados ou eram temidos. Muitas plantas da mata ao redor das roças eram usadas como remédio entre outras utilidades, algumas eram nocivas e evitadas. Para Brandão (1999, p.74), “mais do que classificações segundo relações de perigo e utilidade os animais sugerem sentimentos pela figura do que são ou pela metáfora do que foram em uma outra dimensão de suas próprias imagens e idéias para uma dada cultura”. Embora permaneçam presentes algumas visões nativas, de alguma forma também foram modificadas pelas visões concorrentes. Nos locais que eram roças, agora estão os ecossistemas; os bichos são espécies a serem preservadas e a capoeira se transforma na floresta em regeneração.

A presença de turistas, de pessoas para quem o tempo de lazer corresponde ao tempo de trabalho do homem local, também contribui para a transformação pela qual passa esta população. O turista traz hábitos estranhos, traz necessidades a serem atendidas, dinheiro, barulho, lixo e poluição. Necessidades e hábitos que em parte vão se incorporando ao universo nativo. O dinheiro que vem do turismo traz a luz dos geradores. E assim chega também a televisão. E com ela chega um mundo de informações e valores.

O espaço visto pelo turista como paraíso causa um certo espanto e uma certa estranheza a quem olha para aquela paisagem diariamente e a percebe envolta no cotidiano, no trabalho, nas dificuldades e nas afetividades. No entanto, esta visão do “de fora” chama a atenção para aspectos não olhados anteriormente, propõe reflexões. Uma moradora me disse: “eu gostaria de ser assim como vocês, ter meu bom apartamento na cidade e vir aqui para ficar só olhando a paisagem”.

5.4 – Territórios globais e territórios locais:

Neste ponto, penso ser necessário voltar o foco da reflexão para analisar como o lugar, assim definindo o aspecto localizado das relações sociais que ocorrem em um determinado espaço, se articula com o que está acontecendo no mundo.

O processo de globalização hoje em curso apresenta-se como “um fenômeno social total que permeia o conjunto das manifestações culturais. Para existir, ele deve se localizar, enraizar-se nas práticas cotidianas dos homens, sem o que seria uma expressão abstrata das relações sociais” (Ortiz,1994). A principal característica deste processo é sua capacidade de ultrapassar fronteiras, conectando localidades de culturas muito diversas, o que para alguns autores implica uma homogeneização cultural.

Com o crescimento ininterrupto dos aparatos comunicativos, a sofisticação e a facilitação dos meios de transporte, o aumento incessante do fluxo de pessoas, inclusive para as partes mais recônditas do mundo, e a tendência expansionista do capitalismo em busca de mercados, o intercâmbio de lugares torna-se um fenômeno corriqueiro dos dias atuais.

“As pessoas que moram em aldeias pequenas, aparentemente remotas, em países pobres, do Terceiro Mundo, podem receber na privacidade de suas casas, as mensagens e imagens das culturas ricas, consumistas, do Ocidente, fornecidas através de aparelhos de TV ou de rádios portáteis, que as prendem à “aldeia global” das novas redes de comunicação (Hall,2002). O autor argumenta que quanto mais o mercado global condiciona a vida social com seus estilos, lugares e imagens, e com seus sistemas de comunicação globalmente interligados, mais se formam identidades desvinculadas e desalojadas de tempos, lugares, histórias e tradições, como se flutuassem no espaço sem referências.

Os locais em que se implantam Unidades de Conservação, tal como a própria discussão sobre conservação ambiental, estão inseridos no mundo globalizado pela importância científica que lhes é atribuída e pela importância que passam a ter como reserva de recursos para o futuro da humanidade. Desta forma, passam a ser vistos como descolados da sua localidade e se revestem de importância global.

O interesse em conhecer e desfrutar destes lugares que ocupam o desejo e o imaginário mesmo daqueles que acreditam que estas áreas devam ser defendidas da presença humana, expresso na atividade turística, é um outro fator que contribui para sua inclusão em esferas cada vez mais amplas. Esta inclusão, no entanto, carrega formas próprias, espaciais e históricas, possibilidades e impossibilidades.

Falando das ruralidades contemporâneas, Moreira (2002) destaca que este universo pode ser pensado a partir das relações entre o local e o global da pós-modernidade e da globalização. Nesta perspectiva, o rural, seja ele imaginado como vilarejos camponeses e paisagem orgânica do campo pré-capitalista, seja como paisagem de um campo selvagem incivilizado ou acrescentando elementos da discussão presente neste trabalho, visto como natureza intocada e primitiva e como patrimônio da humanidade, seria sempre reconstruído e criado como tradição do e no tempo presente. “Haveria um duplo desenraizamento: do tempo, em um passado desaparece, reaparecendo como representação do passado desaparecido, e do espaço local que desaparece ao se globalizar, reaparecendo como um global desterritorializado” (Moreira,2002). Ressalta ainda que à produção imaterial característica das sociedades contemporâneas (vistas por alguns como sociedades do conhecimento e da informação), representada tanto pela produção e apropriação do conhecimento técnico-científico como pela possibilidade de apropriação de conhecimentos culturais não hegemônicos de sociedades indígenas, camponesas, etc., acrescenta-se agora a apropriação do rural imaginário. Trabalhando com idéias de Boaventura Santos (2002), Moreira (2002) identifica tensões do local e global como “valorizações contraditórias de práticas sociais transnacionais (globalizadas) e nacionais e regionais (localizadas)” onde “paradoxalmente ganham forças identidades locais, regionais e nacionais, porém com demarcações diferenciadas das antigas experiências, fazendo emergir novos localismos.”

Desta forma, é interessante atentar para Featherstone (1996) que assinala que ao falarmos de uma localidade, não devemos presumi-la como uma comunidade integrada. Diz também que não é possível avaliar concretamente até que ponto ela era integrada no passado. “Há que atentar para o local no tempo-espaço e no espaço social daqueles que fazem estas declarações e para o fato de que podem estar pintando um retrato nostálgico e demasiado unificado.” Não contribui para a discussão pensar as localidades como se só se transformassem em um processo de modernização linear, implicando a total destruição da comunidade e da cultura local.

Ao mesmo tempo em que o lugar, abordado pelas forças globalizantes, se reconstrói cada vez mais relacionado com elementos externos, se reforça em suas particularidades e em sua distinção, como que em um movimento de auto-afirmação.

“Como explicar a produção de diferenças em um mundo profundamente interconectado? (...) podemos reinterpretar os lugares como vinculando-se para constituir redes, espaços desterritorializados (...) lugares que permitam as viagens, o cruzamento de fronteiras e identidades parciais, sem descartar completamente as noções de enraizamento e pertencimento...?” (Escobar, sd).

Escobar ressalta que a investigação sobre este tema, que tem sido explorada sob várias óticas (cognitiva, epistemológica, etnobiológica e de maneira geral antropológica), tem concentrado a atenção nos mecanismos através dos quais o conhecimento local se constitui. Para isso, muitos estudiosos do assunto têm procurado demonstrar que diversas comunidades rurais do Terceiro Mundo constroem visões de natureza de forma muito diferentes das formas modernas dominantes. O autor cita Marilyn Strathern (1980) que afirma que não podemos interpretar os mapas nativos (não modernos) em termos de nossos conceitos de natureza, cultura e sociedade e completa dizendo que devemos analisar a cultura e a natureza como construções sociais, tendo claro que não existe uma visão unificada que caracterize os modelos locais. Para Escobar, talvez a noção mais enraizada hoje em dia, seja a de que os modelos locais de natureza não trabalham com a dicotomia natureza e sociedade. Além disso, ao contrário das construções modernas que se utilizam de uma separação estrita entre as esferas biofísica, humana e sobrenatural, os modelos locais estariam sustentados por estreitos vínculos entre estas três esferas, que resultariam em uma continuidade entre elas. Desta maneira, o lugar constituiria um conjunto de significados-usos que ainda que estejam em contextos de poder subordinados cada vez mais às forças transnacionais, não podem ser reduzidos às construções modernas, nem ser explicados sem alguma referência a um enraizamento. Embora nunca estejam isolados do contexto mais amplo, guardam sempre sua especificidade de lugar. Muitas representações, apreensões cognitivas e relações espaciais são específicas do lugar.

O autor conta também que, na década de 1980, um grupo de etnógrafos decidiu documentar as resistências ao capitalismo e à modernidade em entornos variados, detectando a existência de múltiplas formas dessa resistência expressas em modelos locais de economia e de ambiente natural que reconstroem ativamente modos de vida e lugares. Ressalta, ainda, que trabalhos posteriores apresentaram modelos locais de camponeses e indígenas, em que se pode observar um processo de hibridização cultural, tornando visível o encontro dinâmico de práticas originais de múltiplas matrizes culturais e temporais, mostrando que estes grupos não são meros receptores passivos da transnacionalização, mas que constroem de maneira ativa suas identidades, relações

sociais e práticas econômicas. Assim sendo, é preciso estender a investigação sobre os lugares, saber de suas relações com economias regionais e transnacionais, suas identidades, suas fronteiras, as mudanças que se dão como resultado da globalização, as novas formas de pensar que emergem desse processo.

No Aventureiro, o contato com um grande número de pessoas “de fora”, tais como turistas, pesquisadores, ambientalistas, funcionários do governo, etc, assim como também o fato de agora a televisão trazer o “mundo de fora” intensamente para o lugar, tem modificado visões e hábitos da população, produzindo uma maior identificação com o “mundo exterior”. Muitas práticas culturais do passado têm mudado: as mulheres não têm mais seus filhos com as parteiras, preferindo ir para o hospital em Angra dos Reis, por exemplo. Apesar de se tratarem eventualmente com remédios caseiros, acreditam agora que o verdadeiro tratamento é o do médico e dos remédios industrializados. O tradicional peixe com farinha ainda tem sua importância na alimentação, mas cada vez mais incorporam-se nela os produtos industrializados. Isto para citar apenas algumas constatações exteriores de mudanças.

Por outro lado, esta relação com as mudanças é também percebida como ameaçadora, provocando sentimentos ambíguos e um fortalecimento de sua identidade como grupo diferenciado que se expressa através do pertencimento ao lugar. Na fala de alguns moradores pode-se constatar uma tentativa de preservação de valores, como por exemplo: “As moças daqui não podem se comportar como as de fora, porque senão o pai dá uma surra”(agricultora, dona de camping e bar, sessenta anos). Além disso, em praticamente todos com quem conversei, observei um grande amor pelo lugar, e apesar do reconhecimento das muitas dificuldades pelas quais sempre passaram, seu desejo é permanecer. “Nada como o Aventureiro, aqui o clima é diferente. Depois de uma semana em Angra já estava me sentindo sufocado!” Esta frase foi dita por um pescador e barqueiro depois de passar uns dias em Angra fazendo um curso para os barqueiros. Nunca escondem porém a nostalgia em relação à época em que havia um grande número de roças e mais ainda à fartura da pesca em outros tempos. A grande importância atribuída e a participação ativa na Festa de Santa Cruz é também uma demonstração do enraizamento desta população em relação ao seu lugar, assim como a persistência em manter a agricultura e a pesca.

No mundo atual, as misturas culturais, na verdade uma tendência das culturas, segundo Barth (2000 p. 109), “não há cultura que não seja um conglomerado resultante de acréscimos diversificados”, tem se intensificado. Não é possível, entretanto, decretar uma unilateralidade neste processo. Como descreve Hannerz (1997), a cultura deve ser vista como um fluxo, em constante mobilidade, porém um fluxo que opera em várias direções. Devem ser observados também os contrafluxos, onde uma cultura vista como dominada exerce influência sobre a vista como dominante. Seguindo o raciocínio de Hannerz, ao invés de pensarmos em aculturação, que sugere uma mudança unilateral, seria mais adequado pensarmos em transculturação, termo usado pelo historiador cubano Fernando Ortiz, segundo Hannerz e também por Malinowski. “Concordava com Ortiz que transculturação era um sistema de toma-lá-dá-cá, isto é, um processo a partir do qual decorre uma nova realidade, transformada e complexa, uma realidade que não é um aglomerado mecânico de traços, nem mesmo um mosaico, mas um fenômeno original e independente” (Hannerz, 1997).

Podemos observar no Aventureiro outras exterioridades como uma mistura construtiva em que materiais, artefatos e técnicas locais e tradicionais como o estuque, o sapê, o bambu, o barro, as casas de farinha, as canoas, os ranchos de pesca, entre outros, se misturam às telhas de amianto, às cadeiras e mesas de plástico, às antenas parabólicas, aos geradores de energia, aos celulares. No entanto, observamos também o hábito de comer farinha de mandioca disseminado nas mesas urbanas, o cultivo das bromélias nas casas da cidade, o uso bastante difundido de remédios como chás de ervas e uso de plantas medicinais, a reprodução de padrões construtivos tradicionais principalmente em locais ecoturísticos; tudo isto, tanto para um lado como para o outro, devidamente reinterpretado e ressignificado.

Para sublinhar a importância desta tendência miscigenadora das culturas que se intensifica no mundo contemporâneo, podemos falar de Barth (2000, p.110), que, por sua vez, citando James Clifford e George Marcus diz: “(...) precisamos jogar a cultura em sua totalidade no caldeirão das controvérsias, porque ela não pode ser representada como um corpus unificado de símbolos e significados interpretados de forma definitiva” (Clifford & Marcus 1986, p.19).

Voltando à discussão sobre territórios, notamos que a presença do “outro” no território nativo, seja ele quem for, criando outros territórios simbólicos que se interconectam, produz uma reconstrução constante das identidades. É útil lembrar ainda que este próprio território nativo, como já mencionado, é uma construção anterior de outros sujeitos em interação.

Para Barth (2000), a construção das identidades está relacionada a uma permanente reconstrução do sistema de valores de uma determinada sociedade. As formas culturais não refletem apenas a história da adaptação ao meio ambiente, em um sentido imediato, mas também as circunstâncias externas às quais os atores têm que se acomodar.

Faz sentido a identidade caíçara quando se trata de afirmar o direito ao lugar, principalmente perante as leis ambientais, apelando ao direito consuetudinário. Faz sentido, também, por sublinhar diferenças em relação ao “outro”, por afirmar costumes e direitos a eles e direitos à cosmografia de que fala Little. No entanto é importante refletir sobre a dinâmica desta cosmografia. Barth fala das estratégias que os grupos menos industrializados, em busca por participação em sistemas sociais mais amplos visando obtenção de maior valor, podem ter, desde tentar passar para o grupo cultural industrial, incorporando-se a ele, até aceitar o status de “minoridade” ou optar pela ênfase em sua identidade étnica, usando-a para desenvolver novas posições e padrões. O autor vê na terceira estratégia a possibilidade de geração dos interessantes movimentos que podem ser observados nos dias de hoje (Barth, 2000).

Assumir sua identidade caíçara implicaria para estes moradores uma posição “não passiva” na relação com a sociedade mais ampla, podendo vislumbrar perspectivas de uma integração mais a seu modo, resguardando aspectos culturais que lhes são importantes.

Costa (2004) descreve a criação da AMAV – Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro) em 2000, como decorrência de um inquérito civil público instaurado por uma ONG ambientalista contra a comunidade. A associação surgiu assim como uma reação a “formas de imposição dominantes”(…) que obrigaram a população a se

organizar em uma associação para defender seus direitos”. Demonstra que a associação não sendo uma forma de organização nativa, além de ter sido impulsionada por motivos vindos “de fora”, é, no entanto, apropriada localmente. Sua proximidade ou distância dos membros da comunidade vincula-se à lógica da organização social local, em que sobressaem as relações de vizinhança e parentesco e se fazem presentes também as rivalidades locais. Para o autor, a instauração do inquérito contribuiu para que se instaurasse “uma nova localidade” e “novos sentimentos de unidade e coesão”.

Depreendo também desta discussão sobre a criação da AMAV, que a reterritorialização imposta à localidade a partir de elementos externos, não necessariamente aponta para uma degradação ou uma decomposição da sociedade local, mas pode também contribuir para uma reorganização no sentido de sua coesão.

5.5 – O território virtual do Aventureiro:

Na análise dos territórios sociais e simbólicos presentes no Aventureiro, não é possível ignorar um novo tipo de território, que embora por suas características constitutivas não dispute propriamente um espaço físico, não deixa de interagir com os outros territórios e agentes implicados no local. É o território virtual do Aventureiro na Internet, construído e reconstruído de maneira veloz e constante, que embora imaterial e provavelmente não percebido, conscientizado ou avaliado em extensão pela população local, tem certamente uma influência de peso nos fenômenos que lá ocorrem atualmente. Segundo Moreira (1999), para que seja possível a compreensão das sociedades contemporâneas é preciso que se considere a produção imaterial, “esteja este imaterial associado à produção do conhecimento científico e tecnológico ou à produção da imagem cultural, própria da indústria das comunicações e da indústria cultural” (Moreira, 1999, p.250).

A Ilha Grande figura em diversas páginas especializadas em turismo na Internet, como um destino de destaque no estado do Rio de Janeiro. A Vila do Aventureiro está também presente nestes espaços virtuais e em outros especializados em meio ambiente.

É interessante perceber a pluralidade de representações presentes nas páginas da Internet sobre os lugares e, sobretudo, o alcance deste processo, na medida em que milhares de pessoas de variadas partes do mundo podem facilmente ter acesso a estes conteúdos.

O Aventureiro tal qual é descrito nestes territórios virtuais expressa uma visão idealizada e urbana de um lugar que parece pertencer aos contos de fada, ignorando o local concreto com seus problemas e contradições. É apresentado como “inóspito” e “paradisiáco”, onde vive uma “comunidade caiçara, pura e tradicional”. Não difere, neste sentido, em grande medida, de certas visões ambientalistas, em que deixando de perceber o passado inscrito na paisagem, as matas em recomposição são tomadas por natureza intocada e o território de uma comunidade é visto como um lugar inóspito. É ressaltado o aspecto de isolamento, não considerando, paradoxalmente, que o próprio fato de estar na Internet cria uma ponte invisível de alta circulação, onde o isolamento transforma-se em mera ficção. Em uma dessas páginas, a linguagem é poética e a comunidade é tida como em “perfeita integração com a natureza”, tendo “preservado sua cultura devido ao isolamento”, sendo “um dos últimos lugares da região onde existem remanescentes caiçaras”. Aventureiro é visto de maneira fantasiosa, como um

cenário (este sentido, no qual o cenário para os turistas é a paisagem, contrapõe-se ao sentido que utilizei anteriormente em que o cenário são os próprios turistas), onde tem “tudo o que é necessário para uma vida farta e alegre: terras boas para o cultivo, água potável de nascentes inesgotáveis, paisagem belíssima e um mar repleto de peixes” (ilhagrande.com, acesso em 20/12/03), quando a maioria das terras é agora interdita ao cultivo, as nascentes, segundo os moradores tiveram uma grande diminuição no volume de água e os peixes são atualmente escassos devido aos métodos de pesca com tecnologia “de ponta”, altamente predatórios, utilizados pelas grandes empresas na região. Ainda nesta página, fala-se de uma moradora idosa, que como em um conto de fada é a conselheira e guia da comunidade, possui conhecimentos mágicos sobre as matas e o poder curativo das plantas da região, o que a faz ser considerada como uma bruxa, “uma bruxa simpática, de personalidade forte e humor instável como o mar de sua amada praia”.

Em outra página, o Aventureiro “resiste há décadas sem alterar suas características. Aqui o tempo parou...” (ilhagrande.com.br, acesso em 20/12/03). Contraditoriamente, há na mesma página uma denúncia sobre os feriados de Ano Novo e Carnaval, quando “o paraíso se transforma em inferno” e verifica-se uma “superpopulação de turistas que o local não comporta, e drogas, sexo, brigas, desrespeito à humilde comunidade”.

Para Castells (1999), desde o fim do milênio, a revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação vem mudando de forma radical a base material da sociedade. As novas tecnologias da informação têm contribuído para uma integração do mundo através de redes globais de instrumentalidade. A comunicação, feita principalmente através dos computadores, está dando origem a um grande número de comunidades virtuais. Para o autor, a sociedade ancorada na difusão das novas tecnologias de informação e comunicação é também a grande propulsora do atual desenvolvimento da globalização capitalista.

O território virtual apresenta-se de forma bastante maleável devido a sua não corporeidade e ao seu distanciamento do espaço real, sendo possível mais que em outros planos criar simulacros. Polistchuck & Trinta (2003) argumentam que “perdido num labirinto de imagens, o ser humano deste novo tempo habita um mundo construído por efeitos de representação, em que a realidade oferece fortes aparências. A imagem passa a valer por si mesma e não por aquilo a que se refira, a cópia é preferível ao original, o simulacro ao real.” Os simulacros seriam intensificadores do real, e proporiariam uma hiper-realidade espetacular, mais vívida e sedutora do que própria a realidade.

Nesta perspectiva, o Aventureiro parou no tempo, resiste sem alterar suas características, é um paraíso com sua comunidade em perfeita integração com a natureza, tem tudo o que é necessário para uma vida farta e alegre. Neste território ainda é possível plantar livremente em suas terras boas para o cultivo, suas nascentes são inesgotáveis e o mar ainda está repleto de peixes.

Em algumas páginas, são relatadas por turistas, com riqueza de detalhes, suas experiências no local, são vendidos pacotes de viagens e divulgadas fotos dos mais variados ângulos do Aventureiro, inclusive com pessoas da comunidade. Ao comentar com vários moradores sobre o Aventureiro e a Internet, pude perceber que embora ele não seja desconhecido por pelo menos três jovens que entrevistei e que têm acesso à Internet em Angra dos Reis, a comunidade de um modo geral não tem noção do quanto

é famosa e do quanto se fala e se comenta sobre sua vida fora de lá. Continua a viver sua vida, indiferente a este Aventureiro imaginário.

Ao mesmo tempo em que as redes sociais criadas pela Internet facilitam e propiciam a criação de territórios virtuais desconectados do real, é inegável seu poder de conexão positiva para a troca de informações e na facilitação dos contatos e dos debates à distância. Apesar do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação favorecer a compressão espaço-tempo e a desterritorialização características dos tempos pós-modernos, e de ter permitido o desvairado e incontrolado fluxo de capitais pelo planeta, agilizou também a articulação de uma variedade enorme de movimentos sociais e organizações da sociedade civil (Martinho, 2003, p.11). Boaventura Santos (2002, p.67), ao falar da “globalização da resistência aos globalismos localizados²⁵ e aos localismos globalizados”, cria o conceito de cosmopolitismo. O cosmopolitismo resulta em um processo que se alimenta das possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial em transição, incluindo as que decorrem da revolução nas tecnologias de informação e de comunicação e consiste em transformar trocas desiguais em trocas de atividade partilhada em lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência e a desintegração.

Esta discussão aponta para a possibilidade de que a Internet ao mesmo tempo em que pode servir para reproduzir imagens fantasiosas e estimular uma apreensão superficial e massificadora do lugar, pode contribuir também para o intercâmbio de idéias e reflexões que possam apontar para a solução criativa das questões locais. “ O cosmopolitismo não é mais do que o cruzamento de lutas progressistas locais com o objetivo de maximizar o seu potencial emancipatório *in locu* através das ligações translocais/locais” (Santos, 2002, p.69).

A formação de redes, de idéias, de pessoas, de pensamentos, dos movimentos contra-hegemônicos da sociedade civil são facilitados pela Internet, pela rapidez e alcance global. “ Tais redes, que anteriormente emergiram do relacionamento entre os atores sociais e das situações políticas que exigiam resposta coletiva, mas que mantinham uma existência episódica, transformaram-se propriamente em uma das principais formas de organização permanente desses movimentos sociais” (Martinho,2003, p.11).

Portanto, na conformação de um território virtual do Aventureiro, ao par de se reproduzir uma localidade descolada do real e de se estimular o fluxo de pessoas para as quais a população local não passa de mais um elemento da paisagem, é possível que se estabeleçam também redes em que o debate e a troca de experiências entre atores diferenciados, inclusive da própria comunidade, possam sinalizar mudanças na equidade das relações.

²⁵ Impacto específico nas condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorem dos localismos globalizados que consistem no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, seja a atividade mundial das multinacionais, a transformação da língua inglesa em língua franca...(Santo, 2002 pp.65,66)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, procurei compreender os processos sociais que hoje ocorrem na Vila do Aventureiro como resultantes, em primeiro lugar, da criação de duas unidades de conservação no local, principalmente a Reserva Biológica da Praia do Sul e, em segundo lugar, do crescimento do turismo na localidade. Sendo assim, foram enfocadas as implicações sociais, culturais e ambientais decorrentes destes fatores para a população do Aventureiro.

Inicialmente tentei percorrer o processo de criação das unidades, procurando observá-lo como decorrente de uma estratégia de expansão de áreas ambientalmente protegidas, no Brasil e no mundo, que está inscrita na conformação do pensamento ambientalista. O ambientalismo, por sua vez, configura-se como um conjunto de idéias e princípios bastante controverso, dividido entre correntes de pensamento diversas, portadoras de visões diferenciadas sobre natureza e sociedade, reproduzindo esta disputa de significações concretamente no estabelecimento de diversos tipos de unidades de conservação. O tipo Reserva Biológica seria, neste sentido, o mais restritivo, aquele que realiza de forma mais completa a dicotomia homem/natureza.

Em segundo lugar, analisei as implicações desta apreensão do lugar pelo ambientalismo sobre os modos de vida da população local que, desta forma, foi compelida a alterá-los, necessitando criar novas estratégias de sobrevivência e incorporar visões de mundo e percepções sobre o seu ambiente relacionadas com este universo significativo que se impôs às cosmogonias locais. Os processos de resistência e adaptação que ocorreram no Aventureiro não estão isolados do que têm acontecido em outros lugares e são percebidos, nesta dissertação, como associados aos diversos processos de criação de unidades de conservação no Brasil, em sua relação com as populações que vivem nestas áreas. Estas são vistas pelas diversas correntes ambientalistas de forma mais, ou menos, tolerante e são ou não por elas incluídas em seus projetos conservacionistas. As formas mais inclusivas são exercidas por agentes para os quais o pensamento ambientalista associa-se ao pensamento social e com relação às populações consideradas tradicionais, que vivem há várias gerações no local, relacionando-se culturalmente com seus ecossistemas e dependendo da exploração dos recursos naturais daquela área para sua sobrevivência. Sendo assim, deveu-se ao fato dos habitantes do Aventureiro estarem há longo tempo ali e também à mudança no órgão administrador da Reserva aproximando agentes com uma percepção mais incorporadora da população nativa, esta poder permanecer no local, embora modificando seus costumes. A agricultura extensiva e rotativa teve que ser restringida; a extração de espécies florestais utilizadas de diversas maneiras, inclusive terapêuticas, foi reprimida, assim como também a caça, a extração de areia, etc. No entanto, apesar de todas as restrições impostas pela legislação, a agricultura e a pesca ainda ocupam um espaço de forte representatividade nos seus processos identitários, sendo praticadas e valorizadas por grande parte deste grupo social, a despeito de não serem mais as únicas nem as principais fontes de ganhos desses moradores.

Em terceiro lugar, abordo a chegada do turismo ao Aventureiro, como um fenômeno característico da contemporaneidade, em que populações urbanas interessadas em viajar para locais considerados “remotos e selvagens”, para ambientes radicalmente diferentes de seu cotidiano e influenciadas pela divulgação de uma ética e estética ambientalistas, que tem se espalhado pelo mundo principalmente a partir da década de

1970, procuram áreas com reservas de natureza a fim de "estreitar seu contato com os elementos naturais e recarregar energias". Este processo tem ocorrido no contexto de uma revalorização do mundo rural, em que se atribuem novos papéis a ele, deixando de ser visto prioritariamente como um espaço agrícola e produtivo, para ser associado também ao lazer, ao turismo, à ecologia. Tento entender, a partir de então, como se dá a relação entre turismo e conservação ambiental e as novas percepções sobre o local em suas interações com a comunidade. O tipo de turismo que tem em seu principal motivador a visita às áreas protegidas, denominado ecoturismo, está relacionado, por um lado, ao ambientalismo e, por outro, às novas tendências capitalistas contemporâneas, articulando estes dois universos de forma muitas vezes ambígua e contraditória. Sendo assim, observa-se que a motivação pela natureza, quando relacionada ao turismo, tem produzido muito mais um fenômeno de turismo de massa na natureza do que propriamente ecoturismo, tendo em vista os elementos que constituem seus diversos conceitos. Por outro lado, o contato com novos grupos, tanto ambientalistas quanto com os turistas, provoca mudanças na vida, nas expectativas e nas mentalidades da população local. De um lado, a população do Aventureiro vê nas unidades de conservação um instrumento de proteção de seus espaços face à especulação imobiliária e vê no turismo uma alternativa econômica vantajosa em relação às anteriores, principalmente por gerar dinheiro, elemento significativo e prioritário no mundo contemporâneo e globalizado. Mundo com o qual esta população passou a se relacionar cada vez mais a partir das inserções já descritas. Mas, por outro lado a população nativa do Aventureiro percebe estas inserções como agressões e ameaças aos seus modos de vida tradicionais.

Neste sentido, procuro analisar a expansão do turismo na Ilha Grande, contrapondo-a ao processo específico do Aventureiro. Frequentemente, este processo tem sido interpretado por alguns ambientalistas como em continuidade com o que ocorre no restante da Ilha, o que tento contestar, por entender que, pelo fato de estar associado a uma unidade de conservação tão restritiva como reserva biológica, e pela dificuldade de acesso somada à coesão interna deste grupo que, apesar das transformações pelas quais tem passado, parece se manter, configurou-se uma especificidade nessa localidade que em muito difere do contexto geral da Ilha, apontando possibilidades de inovação. Neste contexto, a intervenção cuidadosa de políticas públicas preocupadas em respeitar e considerar as questões socioculturais relativas ao grupo e dispostas a construir em conjunto com ele um projeto conservacionista inclusivo, no qual sejam valorizadas suas identidades e práticas culturais poderia sinalizar uma qualidade de vida digna para esta população, envolvendo-a ao mesmo tempo na conservação ambiental desta área.

Enquanto o turismo na Ilha, em geral, é explorado prioritariamente por pessoas vindas de fora, com maior poder econômico e melhores condições sociais, no Aventureiro é a própria população nativa que conduz a forma e a maneira de organizar esta recepção partindo dos elementos próprios da sua experiência de vida, articulando seus elementos culturais com valores, informações e demandas dos próprios turistas. Na Ilha, a especulação imobiliária domina a cena, transformando os espaços de forma rápida e radical. No Aventureiro, esta demanda é reprimida e as modificações espaciais ocorrem mais lentamente e de forma mais controlada. O grande impacto ambiental e paisagístico é circunscrito ao verão e alguns feriados, tornando-se praticamente nulo nos outros períodos do ano, principalmente no inverno. Desta forma, a população mantém também maior autonomia em relação ao turismo e maior conservação de sua coesão interna e seus elementos culturais. Embora os nativos estejam modificando hábitos e costumes,

espelhando-se nos modos de vida dos turistas, principalmente as crianças e os jovens, e expandindo sua rede de relações sociais, observa-se também a afirmação de uma identidade diferenciada. Esta identidade manifesta-se por meio de uma valorização do pertencimento ao lugar, do compartilhar um universo simbólico comum e de suas regras e interdições culturais e ainda da diferenciação que fazem entre os nativos e os “de fora”. Esta identidade é também afirmada através de suas práticas agrícolas e pesqueiras, da sociabilidade baseada nas redes de parentesco e na solidariedade entre as famílias, ainda comemorada com a festa de Santa Cruz.

Nas discussões que proponho nesta dissertação, está implicada a idéia de que o Aventureiro é o *locus* de uma disputa por hegemonia entre diferentes valores e significados e por direito de uso pelos grupos a eles associados. O local tem sido apreendido agora também como espaço de preservação e de desfrute, percepções que entram em choque com as da comunidade que o habitava exclusivamente. Descrevo os diversos campos ideológicos presentes no Aventureiro como configurando territórios sociais que se entrelaçam e se redefinem neste processo. Procurei analisar, aqui, as implicações dessas diferentes formas de percepção e de domínio sobre a vida da comunidade local e também as expectativas destes grupos sobre ela, muito voltadas para uma perspectiva de conservação ambiental e cultural, enquanto atuam como elementos dinamizadores e provocadores de mudanças.

Tento, ao mesmo tempo, relativizar cada uma destas perspectivas, pois estão engendradas em meio a dissensões e contradições próprias da contemporaneidade, resultando em ambigüidades e incertezas. Desta forma, a presente pesquisa mostrou-me um contexto em que se abrem as perspectivas de interpretação, com a inquietante e criativa condição de que há mais questões para entrar em pauta do que propriamente respostas.

Ao mesmo tempo em que a rigidez da legislação referente às unidades de conservação tem contribuído para que o Aventureiro seja diferente de outras localidades da Ilha, fazendo com que a atividade turística não tenha podido se instalar tão intensamente, tem fechado as possibilidades de atuação sobre situações concretas, como dotar o local com infra-estruturas relativas à saúde e à energia elétrica, consideradas tão importantes pelos nativos, como também com relação ao turismo. Sendo assim, não é possível planejar a atividade e propor políticas públicas para seu ordenamento na medida em que é considerada uma atividade interdita. O que se discute aqui não é a possibilidade das populações ditas tradicionais manterem sua cultura livre de influências da sociedade global, do capitalismo e da modernização, ou seja, criar uma "reserva cultural". Até porque sabemos que, no mundo contemporâneo, em intensidades e entrelaçamentos diversos, todas as sociedades em alguma medida se conectam com eles. Além do mais, dentro da perspectiva em que coloco essas análises, esses contatos não resultam necessariamente em uma absorção e anulação da cultura local, mas podem apontar também para um movimento de aglutinação em torno de elementos locais como uma reação aos processos urbanizadores e globalizantes. Sendo assim, o que se coloca é o direito de escolha que estas populações têm sobre a forma pela qual desejam inserir-se neste universo, podendo, inclusive, negar aspectos que não lhes convém, permeando com sua forma própria de apreensão do mundo, projetos de conservação ambiental que as inclua e relações menos desiguais com o mundo abrangente.

7. BIBLIOGRAFIA:

- ACOT, Pascal. “Organicismo e biologismo social em ecologia”, “Retorno ao Sagrado ou gestão dos ecossistemas” e “A História e seu sentido”. In: *História da Ecologia*. Rio de Janeiro, Campus, 1990
- ADAMS, Cristina, *Caiçaras na Mata Atlântica*, São Paulo Annablume:FAPESP, 2000
- ALIER, Joan Martinez, “Justiça ambiental” In: *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*, Clóvis Cavalcanti (org), Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1997
- ARRUDA, Rinaldo, “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação” In: *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*, org. Diegues, AC, Ed. Huicitec, São Paulo, 2000
- BAREL, Yves – “Le social et ses territoires”, In: Auriac, F & Brunet, R., *Espaces, jeux et enjeux*, S.L. Fondation Diderot/ Fayard, 1986
- BARTH, Frederik – *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Ed. Contra Capa, Rio de Janeiro, 2000
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, *O afeto da terra*, Campinas, São Paulo, Editora Unicamp, 1999
- BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002
- CARA, Roberto Bustos, “El turismo y los procesos de transformación territorial, In: Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais, Ed. Huicitec, São Paulo, 1996
- CARLOS, Ana Fani Alessandri , “ O turismo e a produção do não lugar” in: Yázigi, Eduardo; Carlos, Ana Fani Alessandri & Cruz, Rita de Cássia Ariza (orgs), *Turismo, espaço, paisagem e cultura*, Huicitec, São Paulo, 1996
- CARNEIRO, Maria José., “Ruralidade: novas identidades em construção”, In: *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, nº 11. Rio de Janeiro, CPDA,1998
- _____Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In:Costa, Luis Flávio, Moreira, Roberto José & Bruno, Regina (orgs) *Mundo Rural e tempo presente*, Mauad, Rio de Janeiro, 2000
- CASTELLS, Manuel, A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol I, São Paulo, Paz e terra, 1999
- CAVACO, Carminda, “Turismo rural e desenvolvimento”, In: Rodrigues, Adyr Balastrieri, *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*, São Paulo, Huicitec, 1996
- CHAMBOREDON, Jean Claude, “Les usages urbains de l’espace rural: du moyen de production au lieu de recreation”, In: *Revue Française de Sociologie* , Paris, 1980
- CEBALLOS-LASCURÁIN, Héctor, “ O ecoturismo como um fenômeno mundial” In: *Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão*, Editora Senac, São Paulo, 1995
- COSTA, Gustavo Villela Lima da, *A população do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul: conflitos e disputas sob tutela ambiental*, Dissertação de Mestrado., Rio de Janeiro, UFRJ, PPGAS, Museu Nacional, 2004
- DESCOLA, Philippe – “L’anthropologie et la question de la nature”, In: Abélès, M.; Charles, L.; Jeudy, H.P.& Kalaora, B- *L’environnement en perspective*, L’Harmattan, Paris, 2000
- DIEGUES, AC., & Nogara, P, *Nosso lugar virou parque*, São Paulo, NUPAUB,USP, 1994
- _____ *O mito moderno da natureza intocada*, Editora Huicitec,1996, São Paulo
- _____ *Ilhas e Mares, simbolismo e imaginário*, SP, Huicitec, 1998

- _____. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*, Ed. Huicitec, São Paulo, 2000
- _____. & Arruda, Rinaldo, *Saberes Tradicionais*, Ministério do Meio Ambiente-MMA, Brasília, 2001
- DIRETORIA DE CONSERVAÇÃO E VIDA SILVESTRE, *Bases, princípios e diretrizes*, IBAMA, 1997
- DRUMMONT, José Augusto, *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*, EDUFF, 1977
- DUPUY, Jean-Pierre. “Da ecología à crítica da sociedade industrial.” In: *Introdução à crítica da ecologia política*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980
- DURÁN, Francisco Entrena, “Viejas e nuevas imágenes sociales de ruralidad” In: *Revista Estudios-Sociedade e Agricultura*, nº 11, CPDA, Rio de Janeiro, 1998
- ESCOBAR, Arturo; “El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o postdesarrollo?”, www.clacso.org
- FEATHERSTONE, Mike “Localismo, globalismo e identidade cultural” In: *Globalização e fragmentação*, Relume Dumará, Brasília, 1996
- GEIGER, Pedro P., “Turismo e Espacialidade” in *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*, org. Rodrigues, Adyr Balastrieri, Editora Huicitec, SP, 1996
- KAYSER, Bernard, *La Renaissance Rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*, Armand Colin, Paris, 1990
- KRIPPENDORF, Jost, *Sociologia do Turismo*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1989
- KUMAR, Krishan, “Fordismo e pós-fordismo”, in *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997
- GODELIER, Maurice, *Le idéal e le matériel*, Fayard, 1984
- Hall, Stuart; “Globalização” in *A identidade cultural na pós-modernidade*, DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2002
- HANNERZ, Ulf, “Fluxos, fronteiras, híbridos – Palavras-chave da Antropologia Transnacional” In: *Mana 3/1*, PPGAS, UFRJ, Editora Contra Capa, Rio de Janeiro, 1997
- LEIS, Héctor Ricardo “As críticas do ambientalismo” in *A modernidade insustentável. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*, Petrópolis, Vozes, Rio de Janeiro, 1999
- LENOBLE, Robert. “Da noção de natureza do século XVI ao século XVII” In: *História da Idéia de Natureza*, Edições 70, 1990
- LINDBERG, Kreg & Hawkings, Donald (orgs) *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*, SENAC, São Paulo, 1995
- LITTLE, Paul E; “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil” in *23ª Reunião Brasileira de Antropologia*, mimeo, RS, 2002
- LUCHIARI, Maria Tereza; “Turismo, natureza e cultura caiçara: um novo colonialismo?”, In: *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*, org. Serrano, Célia e Bruhns, Heloisa, Papirus Editora, São Paulo, 2001
- _____. *A relação do homem com o meio ambiente no universo caiçara*, s.d., (mimeo)
- MACIEL, Norma Crud et al; Araújo, Dorothy Sue Dunn & Magnanini, Alceo, *A situação dos ecossistemas da Praia do Sul e do Leste, na Ilha Grande, Município de Angra dos Reis, RJ, com vistas à preservação*, FEEMA, RJ, 1980
- MARIÉ, Michel, “Penser son territoire: pour une épistémologie de l’espace local” In: *Espaces, jeux et enjeux*, Auriac, F. & Brunet, R, Fondation Diderot/ Fayard, Paris, 1986
- MARTINHO, Cássio, *Redes: Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*, WWF-Brasil, 2003, www.wwf.org

- MOREIRA, Roberto José, "Pensamento científico, cultura e Eco 92: alguns significados da questão ambiental", In: *Reforma Agrária*, v.23, n.1, Universidade e Meio Ambiente, Numa, Ufpa, 1993
- _____ "Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista". In: *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999
- _____ "Críticas ambientalistas à revolução verde" in *Estudos Sociedade e Agricultura* nº 15, CPDA, Rio de Janeiro, 2000
- _____ & Gaviria, Margarita, "Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na comunidade de Taquari", In: *Estudos- Sociedade e Agricultura*, CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2002
- _____ "Ruralidades e globalizações", *CPDA, Ruralidades*, 2002
- MORMONT, Marc - "L'environnement entre localité et globalité" in: *Mobilités et ancrages*, L'Harmattan, Paris, 1996
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, "Um conceito Antropológico de identidade", *Revista ALTER*, UNB, Brasília, 1974
- ORTIZ, Renato, *Mundialização e Cultura*, Editora Brasiliense, 1994, São Paulo, SP
- PÁDUA, José Augusto, *Um sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*, Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2002
- _____ "Natureza e projeto nacional. As origens da ecologia política no Brasil", In: Pádua, José Augusto, *Ecologia e política no Brasil*, Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987
- PRADO, Rosane, *Depois que entrou o Imbamba: percepções de questões ambientais na Ilha Grande*, trabalho apresentado na 22ª Reunião Brasileira de Antropologia, DF, 2000
- _____ *Quem entende do paraíso? Estudo sobre percepção e políticas ambientais num contexto de unidades de conservação*, trabalho apresentado na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, 2002
- _____ *A indigenização da Agenda 21: reflexão a partir de um caso na Ilha Grande/ Angra dos Reis, RJ*, trabalho apresentado na XXVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 2003
- PIRES, Paulo dos Santos, "Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual", In: *World Ecotourism 97*, Biosfera, Rio de Janeiro, 1997
- _____ A paisagem litorânea como recurso turístico, In: Yazigi, Eduardo et al, Carlos, Ana Fani Alessandri & Cruz, Rita de Cássia (orgs.) In: *Turismo, espaço, paisagem e cultura*, São Paulo, Huicitec, 1996
- POLISTCHUCK, Ilana & Trinta, Aluizio Ramos, "Teoria da comunicação: o pensamento e a prática da comunicação social", Ed. Campus, 2003
- RAFFESTIN, Claude – Écogénèse territoriale et territorialité In: Auriac, F. & Brunet, R., *Espaces, jeux et enjeux*, S.L. Fondation Diderot/Fayard, 1986
- _____ "O que é território?" in *Por uma geografia do poder*; São Paulo, Ed. Ática, 1993
- RAMBAUD, Placide, *Société Rurale et Urbanization*, Editions du Seuil, Paris 1969
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri, *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*, Ed. Huicitec, SP, 1996
- _____ *Turismo e desenvolvimento local*, São Paulo, Huicitec, 2000
- RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira, *O turismo e a reconstrução do Espaço Rural: O caso do arraial de Conceição do Ibitipoca*, Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, 2001
- SANT'ANNA, Renata de, *Sistema Nacional de Unidades de Conservação: reflexões antropológicas sobre a elaboração de uma lei ambiental*, Dissertação de Mestrado, PPGSA, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003

SANTOS, Boaventura de Souza. “ Os processos da globalização”. In: Boaventura de Souza Santos (org) *A globalização e as ciências sociais*, São Paulo, Cortez, 2002

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos, “Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 13 nº 38, 1998

SARDAN, Jean-Pierre “Steriotypes, ideologies et représentations”, in *Anthropologie et développement*, Éditions Karthala, Paris, 1995

SEMADS - RJ, *Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro*, Metalivros, SP, 2001

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei Nº 9 985, 2000 e Decreto Nº 4 340, 2002, MMA, Brasília

SOUZA, Marcelo José Lopes de, “ O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento” in *Geografia: conceitos e temas*, org: Castro, Iná Elias; Gomes, Paulo César da Costa; Corrêa, Roberto Lobato; Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2001.

SILVA, J.G.S. da, Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil, São Paulo, Cemar, USP,1993

TANGARÁ, Serviços em Meio Ambiente e Turismo, Ilha Grande – Plano Diretor de Turismo,

THOMAS, Keith , “ O dilema humano” in: *O homem e o mundo natural* .Companhia das Letras, São Paulo,1989

URBAN, Teresa, *Saudade do Matão: relembrando a história da natureza no Brasil*, Paraná, Editora UFPR, 1998

WESTERN, David, “Definindo ecoturismo” in *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*, org. Lindberg, Kreg; Hawkins,Donald, ed. SENAC SP, São Paulo, 1995

WOORTMAN, Klass, “Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral”, In, *Anuário Antropológico*, Ed. Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990

WUNDER, Sven , Big Island, green forests and backpackers, IPEA, 2000

VILAÇA, A. & Maia, A – *O povo do Aventureiro*, FEEMA, Rio de Janeiro, 1988

ZAZONI, Magda et al; Ferreira, Angela; Miguel,Lovois; Floriani, Dimas & Canali, Naldy; “Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental” in: *Desenvolvimento e meio ambiente. A reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/ natureza* , editora UFPR, Curitiba, 2001.

8. ANEXOS

7.1 - Entrevistas com moradores da Vila do Aventureiro:

- 1- Nome e idade.
- 2- Você é nativo do Aventureiro? Se não é, quando e porquê veio morar aqui?
- 3- Sua família mora toda aqui? Quantas pessoas são?
- 4- Algum foi embora? Quando? Porque? Para onde?
- 5- Em que você trabalha? Tem mais de uma atividade? Qual a principal?
- 6- Sua família tem alguma roça? Planta o quê? Quem cuida da roça?
- 7- Se não planta mais, por que parou? Gostaria de continuar plantando?
- 8- Como era a agricultura antigamente? O que era plantado? Quem ia para a roça? Os produtos eram vendidos?
- 9- Onde compra alimentos atualmente? Como era antigamente? Como era a alimentação antigamente?
- 10- Você pesca atualmente? Se não, por que parou?
- 11- Trabalhou para alguma empresa de pesca? Por quanto tempo? Você gostava do trabalho? E o salário?
- 12- Tem barco? Pesca com alguém ou sozinho? Pesca todo dia?
- 13- Quantas vezes na semana? Que peixes costuma pescar? Vende o peixe? Onde?
- 14- Como é a vida de pescador?
- 15- O que o mar significa para você?
- 16- O que você pensa de morar numa ilha?
- 17- O que pensa de morar no Aventureiro?
- 18- Como era antigamente a vida no Aventureiro?
- 19- Você acha que a vida aqui tem mudado muito? Por que?
- 20- O que melhorou e o que piorou?
- 21- O que é para você uma Reserva? Para que serve? Traz algum benefício para a comunidade? Prejudica a comunidade em alguma coisa? Em que?
- 22- Como você acha que devia ser?
- 23- Gosta de morar aqui? Por que?
- 24- Já saiu daqui? Para onde?
- 25- Tem vontade de ir a algum lugar fora daqui? Para onde?
- 26- Tem vontade de se mudar?
- 27- Gosta de ver televisão? O que gosta de ver na televisão?
- 28- O que pensa da televisão? O que ela traz de bom? E de ruim?
- 29- O que você pensa do turismo no Aventureiro? O que ele traz de bom, e o que traz de ruim?
- 30- Como são os turistas que vem aqui?
- 31- Lembra de algum costume de antigamente que hoje você não usa mais?
- 32- Que costumes você acha que ficaram até hoje?
- 33- Quais os costumes do pessoal daqui que você acha mais importante que não mude?
- 34- A vida daqui agora é melhor ou pior?
- 35- Você tem a posse do seu terreno? Paga algum imposto?
- 36- Quais as festas mais importantes para a comunidade? Alguma festa do Aventureiro deixou de acontecer? O que a festa de Santa Cruz significa para você?

- 37-As pessoas daqui costumam se casar com pessoas de fora? De onde? Vão morar onde? Como são os casamentos?
- 38- Qual é sua religião? Todos na sua família são da mesma religião?
- 39- Existe algum conflito entre as pessoas daqui por causa da religião?
- 40- Viaja sempre? Por que motivos? Para onde?
- 41- Costuma ir ao médico? Onde? Quando alguém passa mal aqui, como fazem?
- 42- Seus filhos estudam? Onde? Gostaria que continuassem os estudos? Gostaria que seguissem que profissão?
- 43- Muita gente foi embora do Aventureiro? Os que foram, foram porquê?

Perguntas para os jovens:

- 1- Gosta de morar aqui? O que gosta mais daqui? E menos?
- 2- Você já trabalha? Desde que idade? Em que e com quem?
- 3- Estuda? Onde? Quer continuar os estudos fora? Acha que vai ser possível?
- 4- Qual a profissão que você pretende ter no futuro?
- 5- Seus pais tem roça? Costuma ir com eles para a roça?
- 6- Costuma pescar? O que é a pesca para você?
- 7- Gostaria de morar sempre aqui ou quer ir morar fora?
- 8- Quer casar com alguém daqui ou de fora?
- 9- O que acha do turismo no Aventureiro?
- 10- O que acha dos turistas?
- 11- Fez algum amigo entre eles? Já namorou algum (a)?

Obs1: A palavra **antigamente** utilizada diversas vezes na pesquisa refere-se ao tempo anterior à implantação da Reserva Biológica e à chegada do turismo. Isto foi explicado aos entrevistados antes de cada pergunta com esta referência.

Obs2: As perguntas não foram feitas nesta ordem e nem exatamente da maneira como estão descritas neste roteiro. Este serviu apenas de guia para abordagem dos diversos campos de interesse da pesquisa.

7.2- Entrevistas com turistas:

- 1- Quando foi a primeira vez que você foi ao Aventureiro?
- 2- Você lembra da primeira impressão que teve ?
- 3- Por que motivo você vai lá? Do que mais gosta ?
- 4- Como é sua relação com as pessoas da comunidade? O que pensa delas?
- 5- Costuma ir em que época do ano?
- 6- Como são os turistas que freqüentam o Aventureiro?
- 7- Você sabe por que motivo vão lá?
- 8- Sabe o que pensam da comunidade?
- 9- Você conhece a Reserva? O que conhece dela?
- 10- O que pensa da Reserva?
- 11- Sabe que existe um Parque Estadual Marinho no local?
- 12- O que pensa do Parque?
- 13- Você vê as pessoas de lá pescando? Como é esta pesca?
- 14- Você sabe se existem roças no Aventureiro? Onde?
- 15- Como você pensa que eles vêem o turista?
- 16- Você já foi lá em época de alta estação para o turismo no Aventureiro? Quando foi?
- 17- Como é que é? Conte-me um pouco sobre isso.
- 18- Você conhece os costumes da comunidade? O que você lembra sobre isso?
- 19- Já foi em alguma festa de lá? Qual e como foi?
- 20- Você já ouviu falar que aquela comunidade é caiçara? O que você sabe sobre os caiçaras? O que você pensa disso?
- 21- Já ouviu de alguém da comunidade se referir a si próprio como caiçara?
- 22- Já conversou com as pessoas idosas de lá? Como foi? Já ouviu histórias de lá?
- 23- E com os jovens da comunidade? Como eles são?
- 24- Como é seu relacionamento com eles?
- 25- Você sabe o que eles pensam de lá? E o que eles pensam do mundo de fora?
- 26- Você se interessa pela vida da comunidade?
- 27- Como a comunidade trata os turistas?
- 28- Quais são as semelhanças e diferenças entre as pessoas de lá e as de cá?

7.3- Conversas com ongs e órgãos:

- 1-Como foram os primeiros contatos?
- 2- Como foi recebida pela comunidade a criação da Reserva?
- 3- Quantas pessoas havia lá na época?
- 4- Quando os primeiros foram embora? Porque foram?
- 5-Foram indo aos poucos ou saíram muitos ao mesmo tempo?
- 6-Sabe como viviam antes da criação da Reserva?
- 7-Como foi o processo da chegada de turistas?
- 8- Como os turistas foram recebidos pela comunidade?
- 9-Quando a comunidade começou a oferecer serviços para os turistas?
- 10-Do que eles vivem atualmente?
- 11-Como é esta atividade?
- 12- Como são os turistas que visitam o Aventureiro?
- 13-Porque você acha que os turistas gostam de lá?
- 14- Acha que a comunidade gosta das unidades de conservação?
- 15-Como eles encaram o turismo atualmente?
- 16- O que você pensa do turismo no Aventureiro?
- 17- Os moradores continuam a plantar e pescar?
- 18-O que você pensa disto?
- 19-Acha que o Aventureiro deve continuar fazendo parte da Reserva?
- 20- Acha que os moradores devem permanecer lá?